

redução salarial

Intelectuais memorial  
contra o censura

Grande reunião  
com...

1977

### reunião de 150 caciques dissolvida pela Funai

Na tarde de ontem, a reunião de 150 caciques...  
A reunião foi convocada para discutir...  
A Funai determinou a dissolução da reunião...

General...  
gabinete...

### GREVE DOS MOTORISTAS DE SÃO PAULO

A greve dos motoristas de São Paulo...  
Os motoristas reivindicam...  
A greve começou ontem...

O Exército anuncia morte  
de 3 líderes...

# conjuntura brasileira

ano 3 n.º 15 dez/jan 1977 7ff



Assembléia geral dos metalúrgicos - São Paulo - campanha salarial - novembro 1976

40P 8821

**conjuntura brasileira**

récépissé n° 43 089  
 directeur de la publication :  
 trefeu roger  
 tiragem : 850 exemplares

**assinatura**

6 meses : US\$ 8 (35f)  
 1 ano : US\$ 16 (70 f)

**assinatura de apoio**

6 meses : US\$ 20 (100f)  
 1 ano : US\$ 40 (200f)

**pagamento**

cheque bancário ou postal  
 CCP 10 822 83 A paris  
 via aérea mais US\$ 3 (15f)  
 números atrasados US\$ 2 (10f)

**endereços**

bp 322  
 75 122 paris cedex 03  
 france

c/o michel thery  
 29, rue meslay  
 75 003 paris  
 france

**distribuição**

librairie portugaise et brésilienne  
 33, rue gay-lussac - 75005 paris  
 le tiers-mythe  
 21, rue cujas - 75 005 paris  
 librairie « que faire »  
 1, place des grottes - 1201 geneve  
 librairie l'œil sauvage  
 221, chaussée d'ixelles - 1050 bruxelles  
 livraria opinião  
 rua nova trindade, 24-lisboa

**publicações consultadas****jornais**

O ESTADO DE S. PAULO  
 JORNAL DO BRASIL  
 JORNAL DA TARDE  
**O GLOBO**  
 GAZETA MERCANTIL  
 FOLHA DA TARDE  
 TRIBUNA DA IMPRENSA  
 Opinião  
 MOVIMENTO  
 Brasil Mulher  
 O SAO PAULO  
 DE FATO

**revistas**

DIRIGENTE INDUSTRIAL  
 Conjuntura Econômica  
 DIRIGENTE RURAL  
 Visão  
 EXAME  
 BANAS  
 VEJA

**boletins**

DIAL  
 LATIN AMERICA

**publicações latino-americanas****índice**

guia de leitura	2
economia	6
agricultura	11
política e comércio exterior	13
política nacional	15
política salarial	23
movimentos sociais	24
presos políticos	36
anistia	37
censura	38
imprensa	39
repressão	40

os títulos seguidos da indicação cb  
 não correspondem ao título original

**guia de leitura**

O balanço do ano que passou nada tem de favorável a ditadura militar. Apesar do crescimento de 8% da economia, o que contou nesse setor foi a persistência do déficit do balanço de pagamentos - com mais alguns bilhões de dólares para a dívida externa - e a inflação de 50% no ano. Esses resultados negativos puseram a nu as dificuldades crescentes e mesmo a incompetência da ditadura militar para realizar uma política econômica eficaz na conjuntura, apesar da enxurrada de medidas e contra-medidas adotadas e de todos os mecanismos políticos/institucionais de que ela se dotou para a condução da política econômica. A consequência imediata dessa performance é o estímulo às dúvidas e incertezas da grande burguesia e do imperialismo quanto a capacidade administrativa da equipe Geisel para realizar a gerência da crise. Pois, também do ponto de vista político, os resultados nada tem de positivos. A pretendida institucionalização da ditadura foi crescentemente bloqueada pelo aguçamento das divergências inter-burguesas e, principalmente, pelos avanços conquistados pelo movimento de oposição democrático e popular. "Reforma Política" "Acordo Nacional" e outras fórmulas que poderiam servir à institucionalização da ditadura, surgem e se mantêm na onda, mas não conseguem adquirir maior consequência. De tal forma foram se acumulando problemas e expectativas frustradas no arraial das classes dominantes que a projeção dessa situação, considerando-se o desconcerto e mesmo o imobilismo da ditadura militar, aponta para situações de impasse frente às quais a continuidade da dominação ditatorial via forças armadas se confronta com obstáculos e insatisfações crescentes em setores da grande burguesia e do imperialismo.

A partir da segunda metade do ano passado a ditadura se viu compelida a adotar uma política econômica essencialmente voltada para o combate da inflação e do déficit do balanço de pagamentos. Premida pelos problemas mais imediatos colocados pela crise econômica, a ditadura militar teve que fazer uma opção que, de certa forma, penalizou a coalizão de setores da

grande burguesia, do imperialismo e da burocracia estatal interessados em levar a frente um novo projeto de desenvolvimento baseado na expansão dos setores de bens de produção e insumos industriais básicos - que se passou a chamar de "novo processo de substituição de importações" (ver guia cb 13). Além de uma nova poda dos salários, foram adotadas medidas para maior controle do crédito, corte nos gastos públicos e, mais recentemente, racionamento do consumo de combustíveis derivados do petróleo. Essa opção a que se viu compelida a ditadura, atendia mais diretamente os interesses dos setores da grande burguesia e do imperialismo menos preocupados em definir um projeto de desenvolvimento, num contexto de crise econômica, do que em enfrentar a inflação, o déficit do balanço e outros problemas agravados pela crise. Entretanto, os resultados obtidos até agora estão muito aquém dos esperados. Mais que isso, as sucessivas medidas que vão sendo adotadas pela ditadura indicam um desconcerto que não é de molde a inspirar confiança nas classes dominantes quanto aos resultados práticos que elas poderão produzir.

Nesse contexto a ditadura consegue canalizar contra si não só críticas da coalizão burguesa penalizada com algumas das medidas adotadas - sobretudo o corte nos gastos públicos -, mas também dos setores da grande burguesia e do imperialismo mais imediatamente interessados num controle da inflação e do déficit do balanço de pagamentos. Isto é, a ditadura ao optar por uma política essencialmente voltada para o controle da inflação e do déficit do balanço de pagamentos, contrariou interesses de uma coalizão da burguesia e, vista a ineficácia das medidas adotadas, não conseguiu satisfazer os setores que propugnavam pela adoção dessas medidas. Ao mesmo tempo, no terreno político, as fórmulas sucessivamente avançadas não chegaram a sensibilizar significativamente setores das classes dominantes. Pelo contrário, a inércia política da ditadura - apesar da repressão constante - encontra contrapartida na extensão do movimento de oposição democrático e popular, na sua organização pela base, na afirmação

de um programa democrático, deixando antever impasses crescentes para a reprodução da dominação ditatorial. É considerando esses novos contornos que vão revestindo a crise de dominação que podemos compreender porque não arraial das classes dominantes passa a prevalecer uma atitude de descrédito na política econômica da ditadura que encontra desdobramentos políticos onde é posta em questão a capacidade e a apetência dos militares para dirigirem o Estado.

No correr dos últimos meses do ano passado a campanha contra a estatização vai dando lugar a críticas a equipe Geisel que já não poupam o próprio ditador e questionam a forma "autoritária" como são adotadas e encaminhadas as decisões. Para isso, diversos recursos são utilizados, entre eles a divulgação de documentos a respeito da intervenção da C.I.A. no golpe de 64, com o objetivo de insinuar que os militares golpistas teriam se afastado dos seus "compromissos democráticos" e "esquecido dos seus verdadeiros aliados", entre os quais o imperialismo americano. Num passo seguinte, as críticas colocam sob suspeição a forma atual de organização do poder que, mais que a equipe Geisel, passa a ser responsabilizada pelo agravamento da crise e pelas incertezas quanto ao futuro. Concretamente, as classes dominantes passam a identificar os problemas decorrentes da crise de dominação como sinais evidentes de um esgotamento parcial da eficiência dos militares para o controle do poder político e para a direção do Estado. As vacilações da ditadura militar, suas divisões, sua incapacidade de definir novos rumos frente a crise, vão criando condições para uma concertação para onde confluem as críticas e descontentamentos do conjunto da grande burguesia e do imperialismo. A nova pregação das classes dominantes deixa patente que elas querem ter mais autonomia de ação - livres da intermediação sistemática do aparato militar e da burocracia estatal - para decidir de suas divergências e para gerenciar a crise econômica, readquirindo condições de controle mais estrito do poder.

Nesse momento esta pregação da



grande burguesia e do imperialismo procura se apresentar como a expressão dos "interesses da nação, sufocada por tantos anos de autoritarismo". Tendo um objetivo comum - pressionar no sentido de transformações na ditadura - esta pregação é diferenciada em razão das próprias divergências existentes dentro da grande burguesia e do imperialismo. Mas no seu conjunto esse contrabando dos pais da criação (ou seriam a mãe?) mal consegue e ludir seus objetivos centrais: redefinir as condições da dominação ditatorial para buscar saídas a crise econômica e para enfrentar o movimento de oposição democrático e popular.

Entre os militares os apelos à unidade das Forças Armadas, procurando congelar as lutas das frações aí existentes, são um claro indício de que eles estão "sentindo o golpe". Suas manifestações são no sentido de evitar a precipitação de "soluções", fatos consumados, embora estejam com uma capacidade de antecipação fortemente debilitada.

São várias as consequências que poderão derivar desse embate entre a grande burguesia, o imperialismo e o aparato militar. De qualquer forma elas estarão condicionadas pela preocupação em não submeter o poder ditatorial a um desgaste prolongado que poderia criar situações incontroláveis. Uma das alternativas seria a definição de um acordo para a promoção de algumas reformas, consagrando um maior nível de abertura para os diferentes processos de decisão política e econômica, que implicaria em redefinições quanto ao papel das Forças Armadas e quanto a institucionalidade ditatorial. Entretanto, mesmo com um acordo dessa natureza, as divergências inter-burguesas, longe de estarem superadas, encontrarão um novo campo para se desenvolverem.

As definições políticas, as tendências e alinhamentos que vão se conformando no conjunto da sociedade impõem ao MDB - como de resto a própria ARENA - um movimento de clarificação de posições, no sentido de lhe dar unidade política e ideológica. Dentro do partido de oposição consentido este movimento vai polarizando duas ten-

dências que hoje disputam sua direção. Uma delas, liderada pelo senador Saturnino Braga propõe ao MDB "concentrar sua ação na mudança do modelo econômico, abrindo mão da luta contra o AI 5 temporariamente". Tratar-se-ia de colaborar com o governo Geisel na busca de soluções para a crise econômica, apoiando-o na aplicação de medidas de tipo "estatizante". O atenuamento das reivindicações democráticas proposto por esta tendência, abriria caminho para um compromisso com a ditadura e qualificaria o MDB para o exercício da "oposição". Uma outra tendência, reúne os setores do MDB mais comprometidos com um programa democrático. Ela procura assegurar ao MDB uma característica de "frente de oposição" (idéia muito em voga logo após as eleições de 74) para onde poderiam convergir amplos setores interessados em transformações de tipo democrático. A atual direção do MDB busca descartar a possibilidade de cristalização de qualquer destas tendências. Entre suas razões está a de que frente a crise é necessário um partido de oposição apto a negociar de forma mais ou menos unitária, mesmo que nele convivam várias posições. O que isto significa, está bem ilustrado pela presença com que o secretário geral do MDB reconheceu a derrota do seu partido nas eleições de novembro passado e a ofereceu a ditadura. No momento presente, em que vai ser designado o novo líder do partido na Câmara dos Deputados, a direção atual quer garantir a continuidade de Laerte Vieira, enquanto autênticos e até setores admissíveis, lançam a candidatura do deputado Alencar Furtado. Quanto a ditadura, ela pressiona para que o MDB assumma uma linha mais homogeneamente disposta a negociação e ao compromisso. Tendo em vista as projetadas eleições de 1978, ela espera do MDB apoio para seus projetos de "reforma", sem contestações radicais "que poderiam por tudo a perder".

A "liberdade interna" existente dentro do MDB permitiu até agora a convivência de diferentes tendências dentro dele e mesmo a manifestação, de forma intermitente, de um setor democrático por onde o movimento de oposição democrático e popular pode atuar, ampliando a propaganda das lutas democráticas. Mas no fundamental, predomi

nam no MDB e o caracterizam as tendências sempre dispostas ao compromisso e a colaboração com a grande burguesia e o imperialismo, ainda que reivindicando a representação de interesses políticos e econômicos de setores médios e mesmo populares. Naturalmente que esta disposição à colaboração não se dá sem condições. Entretanto, o comportamento do MDB, particularmente no período posterior às eleições de 74, não pode dar lugar a expectativas de que o aguçamento das divergências dentro da burguesia e do aparato militar poderá ser explorado pelo partido de oposição consentido na direção de transformações democráticas consequentes.

A conjuntura presente da luta de classes no Brasil abre novas e favoráveis perspectivas para a ampliação e aprofundamento das lutas democráticas. Nessa conjuntura o movimento de oposição democrático e popular e especialmente os núcleos de vanguarda da classe operária, tem que saber explorar e tirar proveito político do aguçamento da crise de dominação da ditadura, afirmando seu objetivo fundamental: a organização e ampliação de suas próprias forças e a consolidação de suas bases. Para isso é necessário estimular todas as reivindicações democráticas que contribuam para debilitar a ditadura; desarticular e desmascarar as proposições manipuladoras da grande burguesia e do imperialismo que hoje criticam a "forma autoritária do exercício do poder"; reafirmar o programa democrático consequente: Fim do AI-5 - Fim da Política de Arrocho Salarial - Direito de Greve - Direito de Organização e Manifestação - Fim do 477 - Fim da Censura - Anistia Geral e Irrestrita.

O manifesto dos intelectuais contra a censura é mais uma indicação de que as condições são favoráveis à intensificação das reivindicações democráticas e da capacidade de mobilização que estas reivindicações encontram hoje. Apesar da repressão feroz - mais recentemente contra o PCdoB e contra posseiros do Araguaia, pg.34 - e da forma policialesca com que a ditadura procura enfrentar as manifestações de oposição e de resistência, seu terror já não consegue paralisar es-

tas manifestações, embora não se possa descartar a possibilidade de que ela venha a desencadear uma repressão ainda mais feroz que a dos anos anteriores.

A reanimação da luta política e, mais especificamente, o crescimento da capacidade reivindicativa da classe operária, consequência do fortalecimento da Oposição Sindical e de suas bases de apoio - as comissões de fábrica - abre no movimento operário uma disputa por sua direção política e ideológica. Uma das manifestações dessa disputa é a imprensa dos sindicatos pelegos (ver pags. 25/6). A mensagem política - despolitizadora - desta imprensa visa assegurar a liderança que os pelegos ainda dispõem, tentando credenciá-los como alternativa à classe operária na condução de suas lutas reivindicativas. Mas ela indica também que é crescente a contestação dessas lideranças pelegas, obrigadas a se mostrarem mais "ativas" na defesa de certas reivindicações dos trabalhadores. Esta contestação é um dos frutos do fortalecimento da Oposição Sindical e dos núcleos de vanguarda da classe operária. Mas, apesar dos avanços e das posições já conquistadas, ainda é frágil a organização do movimento operário, contribuindo para isso de forma significativa a grande variedade de influências políticas e ideológicas que circulam no seu interior. Isto é agravado pela ausência ou precariedade dos instrumentos de orientação e propaganda política capazes de travar a luta política e ideológica com estas diferentes correntes, fortalecendo as bases de um pensamento revolucionário. A exceção dos núcleos de vanguarda da classe operária e da Oposição Sindical que tem conseguido escapar ao cerco das correntes internas e internacionais que combatem a organização política pela base e a necessidade do partido revolucionário, todas as demais correntes que atuam no movimento operário (nos referimos às organizações de massa, em nível de frentes) buscam dotá-lo, exclusivamente, de uma consciência puramente legal e reivindicativa, sendo já evidente por parte de certas áreas que aí atuam, o combate às posições da esquerda.

VEJA, 5 DE JANEIRO, 1977

# VOTOS AUSTEROS de ANO NOVO

Apreensivo mas sem pânico, o governo convoca os brasileiros à aceitação de sacrifícios. A meta é desacelerar a economia "sem depressão e desemprego"

**A** tradição presidencial de usar o rádio e a televisão para um balanço de final de ano foi cumprida em pouco menos de 30 minutos na noite de quarta-feira da semana passada. No terceiro dezembro de seu mandato, tendo ao fundo o cenário habitual da biblioteca do Palácio da Alvorada, em Brasília, o presidente Ernesto Geisel leu pausadamente as 42 páginas datilografadas de seu discurso, misto de agradecimento, prestação de contas e convocação ao povo. Mais uma vez, embora conclamasse todos os brasileiros à aceitação de sacrifícios — "que, afinal, ainda serão apenas no secundário, quando não no supérfluo" —, o tom do pronunciamento não fugiu à linha austera que define o atual governo desde o seu início em março de 1974.

O balanço da semana passada, como em outros discursos de Geisel, foi dedicado principalmente à economia, "pela importância própria de que esta área se reveste e pelos fortes reflexos que tem sobre os nossos problemas políticos e sociais". O presidente não se limitou porém ao último ano. Rememorando os primeiros dias de seu governo, sem perder de vista os lances da economia mundial, ele procurou traçar um histórico do comportamento oficial.

Com esta resenha da marcha da economia brasileira em quase três anos, Geisel procurou extrair uma visão coerente

O ESTADO DE S. PAULO  
7-9-77

"As dificuldades encontradas pelos condutores da política econômica, nos dois últimos anos, em atingir os objetivos anunciados no início de cada ano, em nada contribuem para

reduzir o grau de incerteza que domina hoje a economia brasileira. Os fatos têm demonstrado que nem sempre aqueles que detêm em suas mãos os instrumentos

de política econômica e o controle da economia têm conseguido atingir os objetivos programados a priori". Esta crítica à atuação do governo está contida na

análise das perspectivas econômicas para 77, realizada pelo Departamento de Economia (Decon) da Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo.

O ESTADO DE S. PAULO

## NOTAS E INFORMAÇÕES

Quando uma entidade conservadora como a FIESP se mostra disposta a afrontar as iras governamentais, é sinal de que fatos de suma gravidade estão acontecendo, ou estejam em curso de maturação. Note-se — é esse o sentido preciso que desejamos dar a nosso comentário — que o menos importante no documento que analisamos é o apoio ao governo (que, aliás, vem nas últimas linhas), ou a afirmação de que existem "imensas oportunidades abertas ao empreendimento neste País". Essas são manifestações polidas, feitas para não caracterizar formalmente o desacordo. Aquilo para o que todos devem atentar, e em primeiro lugar os "donos de poder", é que a FIESP-CIESP não reclama apenas dos sacrifícios que também o setor empresarial deverá fazer para que o País se recupere; ela põe em dúvida o acerto do diagnóstico da crise e das decisões adotadas; a possibilidade de a indústria continuar convivendo no tipo de economia que está sendo montado e a capacidade de o governo cumprir suas diretrizes.

Não é preciso leitura por demais atenta para

das medidas do seu governo encaixando inclusive um pequeno comentário político. A propósito da "diferença marcante entre a quadra de justificada euforia do governo Medici e a que se passara a viver, plena de interrogações e de dúvidas", o presidente acusou "quem só veja ai dissensões, antagonismos e agravos, na vã e insana tarefa de semear divisionismo". Segundo Geisel, no mesmo quadro de uma economia de mercado, "haverá sempre avanços e retardos". Apelando para uma expressão muito em voga entre economistas, ele justificou a "sucessão inevitável de miniciclos econômicos" que caracterizam a situação mundial e dos quais o país não está livre.

De dois a três meses antes da mensagem de fim de ano do presidente Geisel à nação, o governo já vinha tomando decisões que antecipavam um difícil e acidentado percurso para a economia brasileira em 1977. Adotadas num contexto de exacerbadas pressões inflacionárias e de um déficit na balança comercial acima do previsto, elas liberavam, no entanto, uma carga psicológica fortemente negativa. A ponto de iniciar com elaborados e refinados argu-

mentos os que não só prenunciavam como defendiam — hoje menos numerosos do que no início do último trimestre de 1976 — uma recessão para o novo ano, como forma milagrosa de equilibrar as exportações e as importações e conter energicamente o ímpeto inflacionário em doze meses.

No que depender, porém, das medidas e instrumentos de política econômica acionados pelo governo, procura-se seguir outro caminho — aparentemente menos doloroso mas nem por isso isento de sacrifícios. A ponto de o ministro do Interior, Maurício Rangel Reis, chegar a caracterizar 1977 "como um ano de economia de guerra". Não obstante o tom dramático dessa observação, Rangel Reis estaria reproduzindo o estado de espírito reinante em amplos setores da administração federal. Em todo caso, quinta-feira da semana passada, em Brasília, ele explicaria o sentido de sua advertência: o cidadão brasileiro deve estar consciente das dificuldades de 1977. "O povo tem que economizar", disse o ministro. "Evitar compras excessivas."

### OS GRANDES NÚMEROS

	1976	1977	
Produto Interno Bruto (PIB)	8%	4/5%	
Inflação	45%	30/35%	
Déficit comercial (1)	2 300	500/1 000	MILHARES DE DÓLARES
Déficit conta corrente (2)	6 300	4 700/5 200	
Dívida externa bruta	28 000	33 000	

1. Exportações menos importações

2. Igual a resultado da conta comercial mais saldo da conta de serviços

### FIESP: HOJE EXISTE UM CLIMA DE INCERTEZA

#### Advertência ao governo

perceber que os setores empresariais de São Paulo não conseguem esconder uma sensação de perplexidade diante da gestão de nossos negócios econômico-financeiros, a qual já havíamos detectado e exposto francamente em vários comentários sobre a desorientação da burocracia federal. O que torna o documento importante não é o fato de transmitir à opinião pública a certeza, que domina a FIESP, de "que nem sempre aqueles que detêm em suas mãos os instrumentos da política econômica e o controle da economia têm conseguido atingir os objetivos programados a priori". Isso já seria suficiente para atestar que há um clima de crise, se assim podemos dizer, pairando sobre a economia brasileira; quando diz, porém, que essa incapacidade de implementar políticas definidas como corretas, aliada às medidas que acabam de ser adotadas pelo governo para desacelerar a economia, gera "clima de pessimismo em todo o País", o órgão representativo da indústria paulista dá um passo adiante e afirma, com toda a clareza, que as condições psicológicas para que a crise se estabeleça já se deram. O que é grave. 8 DE JANEIRO DE 1977

## O ano já começa com várias altas

O mês de janeiro começará com novos aumentos de preços, entre eles os dos automóveis, dos cigarros e da carne, já programados. Estes aumentos, juntamente com a elevação das tarifas de transportes, taxas e impostos federais e estaduais, que são normalmente reajustados no início do ano, deverão exercer forte influência nos índices dos preços dos primeiros meses do ano.

Os novos preços da carne, com um reajuste médio de 20 por cento, e dos automóveis, que subirão de oito a dez por cento, entrarão em vigor a partir de segunda-feira. Nos açougues, que es-

tão fora do "acordo de cavaleiros" firmado entre os técnicos do Ministério da Fazenda e os dirigentes de supermercados, o reajuste da carne será bem maior, devendo atingir os 30 por cento. No caso, dos automóveis, este será o primeiro reajuste do ano, ao qual se seguirão outros três, nos meses de abril, julho e outubro.

Os preços dos cigarros também serão aumentados na segunda quinzena de janeiro, em percentual ainda não definido pelo CIP. Também nesse período ou no início de fevereiro, o governo autorizará uma elevação dos preços do arroz.

## Os custos da racionalização

MOVIMENTO

A gasolina aumenta de preço, mas o aumento não entra no cálculo do custo de vida.

Das 14 medidas tomadas pelo governo para reduzir o consumo de combustíveis derivados de petróleo no país, três medidas, pelo menos, terão efeito direto sobre o consumo. A primeira delas é o recolhimento compulsório de Cr\$ 2 por litro de gasolina adquirida pelo consumidor, e de Cr\$ 250 por tonelada de óleo combustível (utilizado para acionar caldeiras, aquecer fornos e na redução direta do aço); a segunda é a regulação dos motores diesel dos caminhões e ônibus; a terceira é o aumento do preço do óleo diesel (cujo percentual ainda não foi fixado).

Também será elevada a cobrança do pedágio nas rodovias nos fins de semana (50%), e serão fechados os postos de gasolina, de sábado à tarde até a madrugada de 2<sup>a</sup>, nos grandes centros urbanos.

Com exceção do recolhimento compulsório de 2 cruzeiros por litro e do aumento do diesel, as demais medidas apresentam efeitos de pequena monta sobre toda a economia. Com a arrecadação do empréstimo compulsório, o governo deverá arrecadar, em 2 anos, cerca de Cr\$ 62 bilhões. Este total foi obtido com base no consumo anual de 1976, que alcançou 14,5 bilhões de litros de gasolina comum e azul, e 16,3 bilhões de litros de óleo combustível.

Tal arrecadação corresponderá a mais de seis vezes o lucro obtido este ano pelo Banco do Brasil (Cr\$ 10 bilhões) e a mais do que a previsão de recolhimento do Imposto de Renda em 77 (CVr\$ 53 bilhões).

Com este total recolhido, o governo poderá enxugar um bom volume de moeda em circulação, mas seus efeitos sobre o conjunto da economia poderão ser desastrosos, conforme a aplicação que será dada a este dinheiro. Se boa parte dessa quantia for repassada como meios de pagamento, seus efeitos inflacionários serão elevados.

Por outro lado, o recolhimento compulsório representa um custo adicional da gasolina e do óleo combustível. Este custo é disfarçado sob a forma de depósito a qual esconde o aumento real do preço do combustível. Esta operação beneficia o cálculo do custo de vida, pois não se reflete diretamente nele. Assim, a Fundação Getúlio Vargas poderá apresentar um índice bem menor do que o real.

O recolhimento compulsório deverá também representar um custo adicional à gasolina da ordem de 30% ao ano. Este ônus, somado ao aumento do óleo diesel e ao do óleo combustível — utilizado em larga escala no aquecimento das caldeiras que fornecem força motriz às firmas que esmagam grãos de soja — poderá elevar os preços dos óleos comestíveis, dos transportes e de uma série de atividades industriais, com reflexos diretos sobre o custo de vida dos assalariados.

## Governadores do Sul prevêm um ano difícil

O ESTADO DE S. PAULO

A RAZÃO

Quando da recente visita de governadores a Brasília e mesmo na reunião mantida há uma semana entre os ministros e os secretários estaduais de Planejamento e Fazenda percebeu-se grande apreensão de parte dos dirigentes estaduais em relação ao desempenho econômico-financeiro no próximo ano. Enquanto recomendavam aumento de 20 por cento ao funcionalismo, os ministros Reis Velloso e Mário Simonsen advertiam aos responsáveis pelas finanças dos Estados que não poderiam praticamente contar em 77 com a atenção dos organismos de crédito federal em particular o Banco do Brasil.

O secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul Bebó Miranda explicou aos ministros que a chamada "reserva contingencial" de seu Estado permite aumento de 30 por cento aos seus 125 mil funcionários. Mas foi desestimulado a dar aumento nesse nível e exortado a seguir a percentagem obedecida pelos Estados menores. Em seguida Bebó Miranda indagou como poderia justificar perante seus funcionários, num Estado dos mais politizados do País um aumento abaixo de 30 por cento. A resposta de Simonsen foi definitiva: "O problema é de vocês".

O governador Elcio Aivalas passou duas horas muito tensas no Ministério da Fazenda à procura de créditos que lhe foram negados. Depois da interferência de outros escalões superiores conseguiu o suficiente para pagar o mês de dezembro aos seus funcionários. O governador do Espírito Santo não sabe como será o mês de janeiro.

4 DEC. 1976

Os governadores Sinalva Guazzelli, do Rio Grande do Sul; Antonio Carlos Konder

Reis, de Santa Catarina e Jaime Canet Júnior, do Paraná, afirmaram ontem, em Porto Alegre, que este será um ano de extremas dificuldades financeiras para todos os Estados brasileiros.

Canet Junior e Konder Reis foram mais otimistas que Guazzelli, por confiarem no desempenho do setor primário. O Paraná, por exemplo, segundo seu governador, terá a área de plantio de soja significativamente aumentada, o que representará um incremento de 700 mil toneladas na produção, que passará a 5,2 milhões de toneladas. A safra de trigo deverá render 1,8 ou 2 milhões de toneladas e a de milho 5 milhões de toneladas.

Konder Reis, por sua vez, destacou o bom desempenho das exportações em seu Estado, em 1976, e com perspectivas de crescimento este ano; o equilíbrio financeiro e o cumprimento de etapas consideradas significativas do plano de governo. Acha, porém, que a execução de seu programa de ação dependerá exclusivamente das diretrizes a serem adotadas pelas autoridades federais no combate à inflação e na busca do equilíbrio do balanço de pagamentos.

Dos três governadores, Sinalva Guazzelli foi quem se mostrou mais pessimista, prevendo grandes dificuldades financeiras que implicarão maço cortes de despesas. "Prioritários, mesmo, no Rio Grande do Sul, somente os setores energético e de transportes." O primeiro receberá recursos para a conclusão das usinas de Itaúba e Candiota, que dependem de financiamentos do governo federal e externos. O setor de transportes será beneficiado apenas com o prosseguimento das obras já iniciadas.

4 JAN. 1977

## A REVOLUÇÃO QUE PRECISAMOS FAZER AGORA

A trágica morte do ex-presidente Juscelino Kubitschek, no mesmo mês em que foram lembrados outros dois acontecimentos históricos — o suicídio de Getúlio Vargas e a renúncia de Jânio Quadros —, traz à tona fases de aguda instabilidade política da sociedade brasileira contemporânea.

Não obstante a aparente estabilidade política implantada no Brasil a partir de 1964, com os sucessivos governos da Revolução, as fontes profundas da instabilidade política e econômico-social não parecem ter sido efetivamente eliminadas. Desse modo, periodicamente renascem no país — especialmente nos períodos em que as dificuldades econômico-financeiras se agravam —, inclusive nos círculos governamentais, dúvidas e perplexidades sobre a validade do que chamam "modelo" brasileiro, sobre a capacidade de o atual sistema propiciar padrões adequados de justiça social, sobre o papel do Estado, etc.

Assim, sem a dramaticidade dos acontecimentos precedentemente mencionados, porém de modo persistente e por vezes insidioso, questiona-se a validade da economia de mercado — tão mal praticada em nosso país — ou mesmo preconiza-se o engajamento mais profundo do país nos caminhos cediços do capitalismo de Estado e de sistemas políticos híbridos que são seu corolário inevitável. (•••)

A fragilidade do regime político brasileiro corresponde, por seu turno, à tibieza da economia nacional, até o presente indefinida no que concerne aos princípios ideológicos, não do ponto de vista jurídico, pois aí está a Constituição com clara definição, mas na realidade estampada no comportamento de expressiva parcela da população brasileira e de círculos governamentais, cujas concepções e ação contribuem para distanciar nosso sistema econômico dos límpidos e comprovados caminhos das sociedades apoiadas na livre empresa. (•••)

O ESTADO DE S. PAULO ENTREVISTA

30 JAN. 1977

### ROBERTO CAMPOS: *Volta às teorias da Cepal*

P. Por falar em exportações, que nos diz o senhor da controvérsia no Brasil sobre o abandono do modelo econômico dos tecnocratas — Bulhões, Campos, Delfim e Simonsen — acusados de negligenciar o mercado interno e a redistribuição de renda?

R. Acompanho a controvérsia de longe. E confesso que sem grande interesse. Tudo tem um ar de "deja vu". Vinho velho, em odres novos... As chamadas novas receitas implicam volta às teorias da Cepal, que dominavam o pensamento burocrático latino-americano nos anos cinquenta e começo da década de 1960. É o que eu chamo de mezinha "esponácia" — uma colher de estruturalismo, meio litro de nacionalismo e uma pimenta de autarquismo. Ora, essa tisana "esponá-

cia" já foi tentada em vários países, com resultados rigorosamente negativos. No Brasil, entre 1959 e 1964. Na Argentina, durante a ascensão e queda do peronismo. No Uruguai, intermitentemente, ora em condições democráticas, ora autoritárias. No Chile, ao fim do governo Frei e durante todo o período Allende. No Peru, com colorido diverso, durante a fase Alvarado. Variaram as condições de temperatura e pressão e a velocidade do desenlace, mas este foi uniforme: aceleração da inflação e estagnação econômica. Essa a lição da história. Agora, nada nos impede de dar um chute nas nádegas da história. Pode ser até gostoso. Apenas... Estaremos condenados a repeti-la.

Quanto à distribuição de renda, não há discordância sobre a necessidade de melho-

O mercado brasileiro de capitais (ver editorial e matéria na página 104 de VISÃO, 6-12-76) se apresenta com todos os seus problemas desnudados pela crise atual. Como mercado, ele se apresenta extremamente débil e instável para atender às exigências das empresas privadas. Como sistema, mostra-se inadequado para atender às necessidades do desenvolvimento nacional. A crise, entretanto, tem fundamento político-institucional, pois se deve à falta de conteúdo ideológico consequente em nossa ação econômica. Enquanto persistir a inconsciência daqueles que esperam que a sociedade brasileira construirá, ao azar, um modelo econômico inédito, o subdesenvolvimento continuará marcando este país.

Necessitamos, pois, de verdadeira ação revolucionária para corrigir todos os desvios de orientação na economia, que são, inclusive, a base de nossas dificuldades na área política. A fim de romper o impasse e já que, pelo menos formalmente, estamos alinhados no mundo onde predomina o sistema privado, poderíamos valer-nos das experiências amplamente divulgadas do laboratório americano. Nesta edição de VISÃO, insere-se uma matéria que apresenta uma dessas interessantes e bem sucedidas experiências realizadas por aquela nação do Norte: os fundos de pensão. (•••)

Bem concebidos, os fundos de pensão brasileiros também poderão exercer influente desempenho na economia nacional, desde que não sejam inviabilizados pelos dispositivos estatais, batizados com inúmeras siglas. Todo o complicado e centralizado sistema de captação e alocação da poupança nacional, envolvendo desde o INPS, FGTS, PIS e Pasep até as cadernetas de poupança e os fundos mútuos e fiscais, precisa ser revisto e reconstruído, num esforço para dar à nação um mercado de capitais privado digno de suas potencialidades e mais de acordo com a Constituição brasileira. Esta é a revolução que precisamos fazer agora.

rá-la. E urgentemente. Há apenas diferenças de método. Alguns advogam métodos contraproducentes.

P. O senhor está evadindo da questão. Por que a ênfase sobre exportações, aumentando nossa dependência externa, quando existe a alternativa do mercado interno?

R. Ora, meu caro amigo, se há uma qualidade que me falta é a esperteza política de evadir de questões. Sofro da Imbecilidade da Coerência, doença aparentemente incurável. Acontece, primeiro, que as exportações são excelente meio de expandir o mercado interno. E, segundo, que as exportações aumentam a independência e não a dependência. Para a primeira assertiva, existe base teórica e comprovação histórica. A base teórica é clara. As exporta-

ções aumentam a produtividade global (só se exporta sustentadamente aquilo que se produz bem). Permitem ocupar fatores ociosos.

A experiência histórica é igualmente rútila. Os países cuja renda "per capita" e consumo interno mais cresceram no pós-guerra foram precisamente os de expansão dinâmica da exportação. E isso parece verdade tanto no mundo industrializado como no subdesenvolvido, tanto no campo capitalista como no socialista. Alemanha Ocidental, Japão, França e Itália expandiram seu mercado interno, em termos relativos, mais que a Inglaterra e Estados Unidos, estes menos dinâmicos nas exportações.

P. Mas é inegável que existe crescente desapontamento com o modelo econômico. Mesmo nas esferas go-

vernamentais, há um movimento revisionista em relação às doutrinas da "trinca" Campos-Delfim-Simonsen.

R. Estando numa ilha (sem me considerar ilhado) não me adianta colar os ouvidos na terra, pois só ouviria o ronco do mar. Por isso não sei interpretar os rumores que leio na imprensa. Acredito que haja vasto exagero. E que as vezes se confunda diferenças de ênfase e estilo, com diferenças de substâncias e dogma.

Agora, ousa opinar que os desajustamentos — inflação, déficit cambial, endividamento — não devem ser atribuídos ao "modelo" econômico (modelo, aliás, é expressão falsa, pois pressupõe correlações determinísticas, quando o que existe é um conjunto de princípios e uma escolha de instrumentos). Nossas dificuldades derivam de uma opção política e de um fato existencial.

os três depoimentos que publicamos abaixo foram tirados da revista veja

5 JAN. 1977

## A certeza de um PIB menor

Questão de épocas



Severo Gomes

Severo Fagundes Gomes, ministro da Indústria e do Comércio

Há épocas em que o conjeturar sobre o ano seguinte alcança também o futuro mais distante. Em outras, não é possível qualquer antevisão do

amanhã sem uma renovação do pensamento. São os tempos de mudanças e perplexidades. Os conceitos vão se afastando da realidade em transformação, o que exige esforço criativo para uma nova rearticulação entre o passado e o futuro, que permita ao pensamento tornar-se parte constitutiva da ação.

Inflação, balança comercial, dívida externa, concentração de renda, problemas angustiantes de hoje, não são acontecimentos isolados, mas uma constelação que reflete o sistema internacional. Vistos separadamente, podem até reduzir-se a uma trivialidade técnica e administrativa, opaca e com solução talvez fácil, desde que se aceite que tudo possa ser transformado em moeda e negociado. Encarados em conjunto, todavia, mostram que são parte de problema maior, dos desequilíbrios da economia internacional que afetam nossa vida na razão

A opção política, para a qual existiam válidas razões antes de conhecermos a gravidade da crise mundial — foi continuarmos a investir e crescer bastante num mundo em recessão. Como as exportações não podiam se expandir como dantanho, tivemos que nos endividar.

O fato existencial é a alta do petróleo. Suas consequências inflacionárias têm sido exageradas (o petróleo explica uma alta de preços, porém não uma espiral de preços), mas o impacto sobre o balanço de pagamentos é de um óbvio ululante. A conta de petróleo é dois terços de nosso déficit em contas correntes.

Agora, isso nada tem a ver com o modelo econômico. Os economistas, cujos nomes são associados ao modelo (não gosto de sua expressão "trinca", que parece denotar um bando de malvados) há anos vinham

direta da integração no sistema. O que, de forma crescente, limita a capacidade de decisão, sempre em benefício dos países industrializados. Mostram, também, que a sobrevivência da atual ordem econômica internacional compromete a nossa.

As dificuldades do presente têm, por isso mesmo, um outro lado, uma qualidade que é preciso apreender conceitualmente. Isto é, através de uma reflexão explicativa, do passado e da nossa cultura, da capacidade para identificar os próprios interesses e os que a eles se contrapõem, da visão sobre as forças em conflito. Enfim, o conhecimento sobre o que somos e o que queremos fazer. A crise traz, assim, no seu bojo, uma oportunidade emancipadora, com a dimensão do grande acontecimento político de nossa história como nação independente.

### Os rumos futuros

Luciano Coutinho, coordenador de pós-graduação em Economia da Universidade de Campinas (UNICAMP)

Já se delineia um certo grau de consenso a respeito do ano novo: todos esperam uma inevitável desaceleração do crescimento com relação a 1976, com o objetivo de equilibrar a balança comercial e reter a inflação abaixo de 25%. Para isso, várias medidas vêm sendo anunciadas a fim de reduzir o nível do investimento público, que, pelo seu peso e importância, constitui instrumento muito poderoso. Vale acrescentar que esse instrumento deve ser manejado com cautela e habilidade, para evitar uma eventual amplificação do seu efeito recessivo, capaz de, potencialmente, provocar recessão mais séria, com elevado nível de desemprego e sacrifícios sociais.

Permanece, porém, aberta a questão maior sobre os rumos futuros. Desde a detonação da crise da economia mundial, em fins de 1973, as autoridades de política econômica perceberam nitidamente a inviabilidade de sustentação do

advertindo de que, ao rejeitarmos capital e técnica estrangeiras para suplementar os esforços de Petrobrás — corríamos o risco de aumentarmos nossa dependência, emagrecermos a taxa possível de desenvolvimento e engordarmos o endividamento.

É assim algo irônico que o modelo econômico da "trinca" seja acusado de aumentar a dependência e o endividamento, quando, na realidade, seus executores tudo fizeram com grande sofrimento político, para evitar ambas as coisas.

Enfim, não adianta especular, pois a história é uma arena de conflito e não um tribunal de justiça. Quando vejo grandes figuras nacionais (e diria mesmo internacionais) como Eugênio Gudin e Glycon de Paiva, cruelmente injustiçados e mutilados em suas oportunidades de sucesso político, con-

venço-me do dito do grande Alfred Marshall, pai da economia neoclássica: "É impossível ser patriota e popular ao mesmo tempo".

P. Qual sua opinião sincera sobre a "trinca" dos economistas, autores ou executores do modelo econômico?

R. Bem, em primeiro lugar, a "trinca" não é trinca. É quadriga. Tem-se que adicionar santo Octavio de Bulhões, que eu considero talvez mais criador. Delfim é o que tem mais intuição política, Simonsen o mais bem instrumentado tecnicamente.

P. O senhor está novamente evadindo da questão. Como julga seu próprio papel?

R. Bom, estou num plano inferior aos outros. Sou apenas uma espécie de "maria teimosa". De vez em quando chego ao poder, mas nunca aprendi a ficar lá".

padrão de crescimento da era do "milagre" — cujos desbalanceamentos exigiam que as importações crescessem entre 25% e 30% para sustentar uma taxa de crescimento de 10% ao ano. O governo propôs uma "readaptação estrutural", enfatizando a expansão de setores básicos que se haviam atrofiado (siderurgia, não-ferrosos, petroquímica, fertilizantes, papel e celulose, material elétrico e bens de capital), para assegurar ao sistema industrial um padrão de crescimento endogenamente sustentado. Em resumo, esboçou-se — auspiciosamente — uma política industrial de longo alcance.

Todavia, desde 1974, o governo apenas implementou, de forma incompleta, algumas medidas nessa direção, postergando várias outras e hesitando sempre em se antecipar aos fatos — preferindo remediar a posteriori. Essa política de relativa indecisão permitiu que se avolumasse rapidamente a dívida externa, cujo giro e serviço absorvem parcela substancial das exportações, comprometendo a capacidade de crescer no futuro ou vinculando-a estreitamente ao desempenho das exportações. Infelizmente não se aproveitaram plenamente esses recursos para implantar de modo decisivo a nova política, mas apenas para manter o estilo anterior com modificações marginais.

Certamente essa linha de conduta dominante percebeu a óbvia necessidade de fomentar as exportações, optando pela implementação de grandes projetos, na forma de joint ventures com o capital estrangeiro, que infelizmente, na maioria dos casos, recebem financiamentos vinculados — subtraindo parcialmente o estímulo ao setor doméstico de bens de capital.



Coutinho



Felizmente, porém, ainda se pode recuperar o tempo perdido. Isso implicaria a adoção decidida, imaginosa e audaciosa de um elenco de políticas que mobilizassem investimentos maciços para os vários setores básicos, com maior participação da empresa nacional. E esta seria fortalecida por uma incisiva reforma de todo o sistema financeiro, corrigindo-se as "anomalias" com o open market especulativo, viabilizando a emergência da grande empresa nacional na forma da moderna S.A. Certamente, neste contexto não poderia faltar uma política energética de envergadura, impondo mudanças no padrão atual de consumo de combustíveis, talvez até — em prazo limitado — a opção do racionamento. Tampouco se poderia dispensar uma ousada política de desenvolvimento tecnológico, subordinada às novas prioridades. É dentro desse contexto mais amplo que se deveria avaliar a política de conjuntura, para dosar os cortes dos investimentos públicos com seletividade adequada à estratégia de longo prazo.

### O "milagre" acabou

Paul Singer, economista do Centro Brasileiro de Análises e Planejamento (Cebap)

Há alguns anos, o presidente Medici disse: "A economia vai bem mas o

povo vai mal". Agora, pelo que dizem as autoridades, a economia vai mal. E o povo, será que vai melhor?

A saúde da economia é medida por uma série de abstrações — taxa de crescimento do PIB, saldo do balanço de pagamentos, nível de inflação — que norteiam a política econômica do governo e as decisões dos empresários. Quando esses indicadores prenunciavam "ótimo tempo", no período 1968-73, os indicadores do bem-estar popular, tais como a evolução da mortalidade infantil, por exemplo, não mostravam tendências no mesmo sentido. Antes pelo contrário, a transformação de grande parte dos trabalhadores agrícolas em "bóias-frias" e o reajustamento insuficiente das remunerações nas cidades impediram que o povo pudesse colher benefícios do que se chamou, então, de "milagre brasileiro".

Agora, o "milagre" acabou e estamos entrando no quarto ano caracterizado por "dificuldades econômicas". Neste período, algumas medidas reparadoras do padrão de vida da população foram adotadas no campo salarial, fiscal e da ha-



Singer

bitação. Provavelmente não terão sido suficientes para reverter a tendência anterior, mas devem ter atuado para detê-la. A questão está em saber se, diante da maior severidade da política econômica, anunciada para o ano que vem, as medidas visando a preservar a capacidade de consumo dos mais pobres também serão sacrificadas ou não.

É difícil não ser pessimista. Se a economia entrar em recessão é natural que os empregadores venham a opor maior resistência a aumentos de salário. E o previsível crescimento do desemprego facilitará aos empregadores a redução, mediante maior rotatividade da mão-de-obra, da remuneração dos trabalhadores menos qualificados. Nessas condições, a não ser que haja reajustamento adequado do salário mínimo — e adequado significa aqui um percentual bem maior do que o da elevação do custo de vida —, a grande maioria da população irá inevitavelmente sofrer, de modo brutal, as conseqüências da queda do ritmo de atividade.

Tudo isso desemboca, naturalmente, no plano político. Como não se esperam grandes avanços no rumo da distensão para 1977, também não se pode prever o fortalecimento dos órgãos de representação (e de pressão) popular. Nessas condições, as perspectivas econômicas para o povo não chegam a ser alentadoras em 1977.

## Um padeiro contra o imperialismo

### Indignado com o boicote ao café nos EUA, um padeiro inicia um boicote à Coca-Cola

O boicote ao consumo de café nos Estados Unidos, iniciado por setores da população com apoio de supermercados, contra a alta dos preços do produto no mercado norte-americano, causou algumas reações muito interessantes no Brasil. Primeiro, o presidente da Associação Paranaense dos Cafeicultores, Justino Vilela, propôs que os brasileiros também iniciassem um boicote a produtos estrangeiros; e, como exemplo, deu o produto que comumente é apresentado como o símbolo do capital monopolista americano: a Coca-Cola. Imediatamente, ainda no Paraná, um austríaco que vive há muitos anos em Curitiba, onde tem cinco confeitarias e padarias, iniciou seu boicote à Coca-Cola.

"Eu acho um absurdo o povo brasileiro servir sempre de saco de pancada para os americanos", disse o austríaco Paulo Klausner ao mesmo tempo em que mandava arancar de suas padarias os cartazes de propaganda da Coca-Cola e se dispunha a suspender a venda de "todos os refrigerantes de origem norte-americana". Nas padarias de Klausner, em vez dos vistosos cartazes vermelhos do "isso é que é", agora aparece um cartaz de exortação ao combate ao capital estrangeiro: "Brasileiro, seja mais patriota, não compre Coca-Cola, Crush, Fanta, Pepsi-Cola, etc."

Embora muito modesta e restrita, a campanha do padeiro Klausner não é desprezível: ela vai direto a um dos problemas fundamentais da sociedade brasileira, a dependência ao imperialismo, principalmente ao norte-americano. A pequena campanha iniciada em Curitiba por um padeiro de procedência austríaca, mas que pela própria natureza de seu negócio está servindo aos interesses nacionais, certamente soma-se à luta que em várias outras frentes se faz contra o capital monopolista estrangeiro e às empresas brasileiras a ele associadas.

A Coca-Cola é um bom exemplo da nocividade do capital monopolista. Ela, e as empresas estaduais que compram seu xarope para fabricar Coca-Cola em vários Estados do país, tende a se açambarcar do mercado, a esmagar pela sua força poderosa de trupe as pequenas empresas nacionais: paga salários baixos em comparação aos pagos na matriz; leva para o exterior a ren-

da dos brasileiros. Se a modesta campanha contra a Coca-Cola não é desprezível, seus lucros no Brasil são bem ainda. Estima-se que, de cada três refrigerantes bebidos no Brasil hoje, um é do tipo coca (Cola ou Pepsi); estima-se ainda que isso significa nove milhões de garrafas de Coca-Cola e Pepsi Cola por dia, o que dá a essas duas empresas estrangeiras cerca de um milhão de cruzeiros por dia; e a Coca-Cola fica com 85% desse dinheiro; os 15% restantes são da Pepsi.

E a Coca-Cola e suas congêneres, evidentemente, não praticam sozinhas esta pilhagem, que tem várias formas e facetas. O deputado Alencar Furtado (MDB-PR), presidente da CPI das Multinacionais realizada na Câmara em 1975, constatou que dez grandes empresas estrangeiras que dominam a indústria de transformação no Brasil investiram, em toda a sua existência no país, apenas 98,8 milhões de dólares; mas remeteram para o exterior 774,5 milhões de dólares. A Esso, por exemplo, só investiu 1,8 milhões de dólares, mas até aquela data já havia remetido para sua matriz nos Estados Unidos um total de 44,5 milhões de dólares. A Firestone, fábrica de pneus, investiu 4,5 milhões e remeteu 10 vezes mais. A Anderson Clayton, que faz margarina, investiu 1,4 milhões e em 10 anos remeteu 16,8 milhões. "Quanto ao reinvestimento — e o reinvestimento é capital nacional adquirido pela empresa — a Rhodia, por exemplo, investiu 14,3 milhões de dólares de seu capital trazido para o Brasil e reinvestiu 108,7 milhões de dólares. Ou seja, ganhou em 10 anos quase dez vezes mais do que investiu no Brasil", dizia o deputado Alencar Furtado a **Movimento** nº 20.

**A proposta do padeiro, ao mesmo tempo que não deve ser ridicularizada, não deve ser vista como simples reação de quem quer evitar prejuízo comercial do Brasil. Mas o caso do café mostra que, na proporção em que se reduz o mercado dos produtos brasileiros no exterior agrava-se o déficit da balança comercial; e o governo precisa atualmente exportar tudo o que puder para reduzir seu déficit comercial e saldar seus compromissos no exterior. Por isso, sobem os preços do café no mercado interno e aumenta a dependência ao mercado externo; quando o mercado externo**

**apresenta algum problema, revela-se a vulnerabilidade da economia.**

O caso do açúcar é ilustrativo. O Brasil é o maior consumidor per capita de açúcar do mundo (42 kg/hab, contra 40 kg/hab na Europa), mas como os preços do produto no mercado interno são baixos, os produtores preferem exportá-lo. Entre 1970 e 1975, cresceu 16% a exportação brasileira de açúcar; em 1974, os preços dispararam no mercado internacional — e isso estimulou os produtores brasileiros a pressionar o governo para que eliminasse o subsídio ao consumidor (1) e assim forçar uma redução no consumo interno para que dispusessem de mais açúcar para exportar. Mas eis que no fim de 1976 os preços da tonelada de açúcar baixaram brutalmente no mercado internacional, de 1.100 para 220 dólares; a esse preço os produtores não querem exportar e por isso o país tem hoje 8,2 milhões de toneladas de açúcar estocadas aguardando preços maiores.

O caso do café é parecido: depois das geadas que destruíram boa parte das plantações em São Paulo e Paraná, o preço disparou no mercado interno; e não foi porque faltasse café; mas sim porque faltava café para exportação. Então, o governo optou pelo aumento dos preços ao consumidor brasileiro, que assim era forçado a reduzir o consumo e garantir a cota de exportação.

As duas questões — o domínio estrangeiro, contra o qual de certa forma se insurge o padeiro de Curitiba; e a dependência ao mercado externo — estão portanto bem ligadas. E qualquer iniciativa para destruí-las, mesmo iniciativas modestas e restritas como a do padeiro, são importantes. (**Sérgio Buarque**). **MOVIMENTO 17/01/77**

(1) O governo federal, através do Instituto do Açúcar e do Alcool, paga ao produtor 25% a mais por quilo de açúcar vendido no mercado interno; mesmo assim, os produtores acham que é pouco e dizem que os preços do açúcar deveriam ser liberados para que eles pudessem aumentá-los (como aumentaram o do café), reduzir o consumo interno e garantir a exportação. Quando o mercado externo sofre baixas, como atualmente, fica evidente a vulnerabilidade dessa economia de exportação.

BANAS

28 NOV. 1976

## A agricultura responde pela maior parte da inflação?

Pelo que é possível extrair dos números oficiais, existe uma dissonância ou uma "dessintonia" entre os vários órgãos encarregados de zelar pela exata observância do orçamento monetário.

A constatação de que as atividades creditícias do Banco do Brasil vinham sendo exercidas tão dinamicamente, a ponto das aplicações do chamado "o maior banco de crédito rural do mundo" apresentar uma evolução do seu saldo de empréstimos três vezes maior que a dos bancos comerciais privados, faz pensar que os responsáveis pelas diversas áreas da política financeira fixam um plano de ação comum, mas ao saírem das reuniões cada um executa o que lhe vem à cabeça.

Essa falta de sintonia leva também a pensar que a política propriamente dita tem voz mais alta que a política econômica e que as pressões setoriais e de grupos são suficientemente fortes para fazer estourar qualquer programação monetária. Essa é a explicação mais viável para o fato de que os meios de pagamentos tenham subido 19 por cento no período de janeiro a outubro, quando o objetivo era apenas 14 por cento.

A expansão dos empresários do Banco do Brasil não está alheia à liberalidade na fixação dos preços mínimos para a lavoura, liberalidade que por sua vez está relacionada com a pressão exercida pelos fazendeiros para que as altas do café e da soja no

mercado internacional fossem absorvidas pela economia e não contidas, como o bom senso sugeria, por uma retenção de cambiais proporcional ao aumento.

Essa liberalidade cambial fez com que os preços dos produtos agrícolas, ao impacto da alta do café e da soja, dessem uma das contribuições mais importantes (a outra foi a especulação no Open Market) para que a inflação, já controlada no primeiro semestre de 1975, disparasse outra vez obrigando o Governo a decretar novas restrições para desquecer a máquina econômica.

Essa torrente de dinheiro, de cambiais do café e da soja, e das arcas do Banco do Brasil, para uma lavoura estruturalmente incapaz de elevar suas produtividade, produziu um resultado que não poderia deixar de ser previsto: os preços agrícolas passaram por cima dos da indústria e da construção, ainda que o setor imobiliário também continuasse inflacionado por um Programa Nacional de Habitação superdotado de recursos e sendo, portanto, um dos agentes mais importantes na formação dos índices de preços.

"Memo-Empresarial", uma carta da Editora Banas dirigida aos empresários, diz que o combate à inflação não atinge as raízes do mal. O grau de improdutividade na agropecuária, combinado com uma comercialização altamente especulativa, ameaça destruir o progresso material rea-

lizado pela Nação nos últimos anos.

O problema — diz a publicação — é rever imediatamente a estrutura agropecuária e da rede distribuidora, assim como das "tradings", a fim de mudar os denominadores. Podemos chamar a isso de reforma agrária ou não.

Ninguém desconhece a estreita interligação de todas as pessoas capitalizadas, inclusive os industriais, que têm interesses no campo. Na maioria dos casos, para assistir à valorização da terra. Mas o fato de se poder bancar o especulador imobiliário neste setor específico prende-se ao lato subvencionamento concedido pelo Governo. É essa tremenda ajuda que valoriza a terra, não a ânsia em expandir as áreas cultivadas.

Esse interesse, diz "Memo-Empresarial", impede a realização de uma reforma como a que McArthur realizou no Japão. Lá também havia este tipo secular de resistência. Foi preciso perder uma guerra e aceitar as imposições da nação vencedora para que se realizasse uma reforma que todos os japoneses reconhecem hoje ser a peça mestra do milagre econômico.

O assunto vem sendo discutido no Brasil há 50 anos, sem resultado tangível. A criação do Inera e de outros organismos "reformistas" visam essencialmente ao chamado "negative pledge", criando complicações para provar que uma reforma seria impossível.

Em face dessa resistência do "establishment" rural, pode-se, sem grande risco de erro, fazer a previsão de que a industrialização vai sofrer uma interrupção prolongada e o mercado interno ficara por muito tempo no regime de subdesenvolvimento.

O ESTADO DE S. PAULO

### Corte de subsídios pode onerar safras

O governo, por meio do ministro da Fazenda, já divulgou que a eliminação do subsídio dos fertilizantes será examinada na próxima reunião do Conselho Monetário Nacional.

Essa medida preocupa os agricultores, as indústrias do setor e deixa o governo num impasse, pois se retirar o subsídio, mantendo o contingenciamento imposto às importações desses insumos os agricultores serão penalizados com aumento superior a 60% nos preços dos adubos. Se suspender o contingenciamento, os agricultores serão favorecidos, mas todo o esforço para atingir a auto-suficiência interna em fertilizantes poderá ser perdido, porque ninguém vai querer comprar o produto nacional que deverá custar 30% a mais que o vendido no mercado externo. Além do mais, as taxas de juros do crédito rural poderão ser elevadas dentro do esforço para contenção do processo inflacionário.

O subsídio dos fertilizantes, na base de 40% sobre o preço da nota fiscal, foi instituído em fins de 1974, num esforço do Ministério da Agricultura para recompor o poder de

compra do agricultor, pois esses insumos tinham sofrido acréscimos superiores a 300% no mercado internacional.

Com o contingenciamento, os preços dos fertilizantes não sofreram a mesma redução verificada no mercado externo. Os cálculos indicam que os preços dos fertilizantes deixaram de sofrer queda de 29%. Contudo, houve concordância indispensável para que o País atingisse a almejada auto-suficiência, mesmo porque os agricultores ainda contavam com o subsídio de 40%.

O problema é que, se o subsídio for retirado, será necessário encontrar uma fórmula de proteção à indústria nacional, inclusive porque o atual mecanismo de contingenciamento é falho por estimular a indústria a não fazer grandes investimentos para montar linha de produção com base em matéria-prima nacional. Além disso, deixa a agricultura vulnerável a possíveis manobras para se criar uma demanda artificialmente alta, já que os agricultores, impossibilitados de importar com liberdade, ficam na dependência do fornecimento do produto nacional. 16 DEC. 1976

O ESTADO DE S. PAULO

### Agricultores

#### pedem manutenção de taxa

A retirada do incentivo de 40% para os fertilizantes, o aumento da alíquota do Imposto de Renda, de 5 para 25%, e a ameaça de elevação das taxas de juros para a agricultura poderão levar o País a uma difícil situação, afirmou o deputado Sérgio Cardoso de Almeida, acrescentando: "O desânimo já começa a se apressar dos produtores rurais, com reflexos altamente negativos para a produção".

Os produtos agrícolas estão contribuindo com nada menos do que 70% das nossas exportações. E precisamos de mais café, soja, açúcar e outros produtos para destinar ao mercado mundial e conseguir, assim, divisas para equilibrar nosso balanço de pagamentos. Para tanto, contudo, é preciso que haja estímulo. Unicamente estímulo".

No seu entender, o problema não foi devidamente examinado. "As autoridades competentes não atinaram ainda com a situação grave que as medidas adotadas po-

dem trazer para a produção agrícola e não levaram em conta também que, elevando os índices do custo, os cereais passarão a ser vendidos mais caros no varejo".

ANFAVEA

Empresários dos setores agrícola e de máquinas e implementos decidiram ontem, após reunião na Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfa-vea), em São Paulo, encaminhar ofício ao presidente Geisel solicitando providências imediatas para a liberação dos financiamentos para a área rural. No documento, que ainda está sendo elaborado, os empresários solicitam: a) solução para os financiamentos das colheiras e tratores já entregues e ainda não pagos por falta de recursos; para o financiamento da produção de máquinas, implementos e insumos agrícolas para o próximo ano; e c) que sejam mantidas as condições atuais de crédito rural para a próxima safra, com aumento das taxas de juros.

30 DEC. 1976

## O café e o seu confisco cambial

A elevação brutal da cota de contribuição (confisco cambial) do café tem os seguintes objetivos, do ponto de vista do governo federal: 1) elevar as receitas cambiais a fim de melhorar a balança comercial e o balanço de pagamentos, que necessitam desse esforço; 2) exercer pressão deflacionista, ao transferir para o Tesouro Nacional uma maior parcela, em moeda nacional, do preço pago por saca de café.

O presidente do IBC está convencido de que o aumento do preço de exportação do nosso café não prejudicará o volume das exportações. Por outro lado, a situação atual e as perspectivas estatísticas, a curto prazo, são favoráveis aos produtores. Há mais de 20 anos o professor Antonio Delfim Netto fez esta observação: "Dada a importância do Brasil no mercado qualquer modificação do preço brasileiro arrasta consigo os preços dos outros cafés, sendo que os pequenos pro-

dutores têm uma certa margem de variação de seus preços sem o acompanhamento do Brasil e da Colômbia".

Para ressaltar a atualidade desta observação, cabe lembrar que a majoração de nossa cota de contribuição foi imediatamente acompanhada pela Colômbia, o que faz supor um entendimento prévio entre Brasília e Bogotá.

Delfim Netto, no mesmo trabalho, disse: enquanto os concorrentes aceitarem a liderança do Brasil em matéria de preços (isto é, enquanto eles fixarem a sua política de preços depois que o governo brasileiro tiver definido a dele) é impossível que a procura de cafés brasileiros se torne elástica, sendo de se esperar uma majoração geral das cotações". Por isso não se deve temer que a resolução do IBC venha a diminuir nossa participação no mercado mundial.

5 JAN. 1977

## Venda de café não cai em NY

**NOVA YORK** — Embora as vendas de café não tenham apresentado quedas nos supermercados e restaurantes de Nova York, a campanha de boicote ao consumo de café, "por causa de seu preço elevado", iniciada segunda-feira pela Comissão Municipal de Assuntos do Consumidor, segundo sua diretora Elinor Guggenheimer, "está sendo bem aceita pelo público". Enquanto isso, no mercado a termo no maior quilo, o preço do café caiu ontem 3 centavos de dólar por libra-peso, o que representa menos US\$ 3,96 por saca de 60 quilos.

"Temos escutado — disse — muita coisa sobre o frio, que no Brasil danificou os cafezais. Entretanto, ninguém nos dá uma explicação válida sobre por que o consumidor tem de ser forçado a suportar todo o impacto das geadas".

Apesar do entusiasmo de Guggenheimer e de outros integrantes da Comissão Municipal de Assuntos do Consumidor, proprietários de restaurantes e de supermercados afirmaram que, desde o início da campanha até ontem, não se registraram quedas nas vendas do produto.

JAN 1977

## Produção de cana é desestimulada em Itu

Apesar de possuir terras ideais para o cultivo da cana, dificilmente a região de Itu e Porto Feliz irá aderir ao plano de expansão dessa cultura, que vem sendo estudado pelo governo para atender ao programa de álcool carburante. Agricultores e técnicos são unânimes em afirmar que dois grandes problemas estão provocando o asfixiamento da cultura canavieira da região: a escassez de mão-de-obra e a instabilidade dos preços no mercado.

Segundo os produtores, o problema de preços é antigo. João Trentim, agricultor de Porto Feliz comenta: "Tenho 57 anos e desde os 7 trabalho na lavoura de cana. Até hoje, os resultados que consegui foram estes: tenho uma dívida de 25 mil cruzeiros, que emprestei do IAA para empatar na lavoura. Tudo porque a cana-de-açúcar não compensa: o que dá num ano, tira em dobro no outro".

Essa situação mostrada por João Trentim reflete a atual crise do setor, que é agravada ainda pelo problema da falta de mão-de-obra, iniciado logo após a fixação das primeiras indústrias na área. É que o trabalho industrial, melhor remunerado e mais seguro, atraiu rapidamente os bóias-frias que eram empregados na colheita de cana.

Hoje, poucos continuam trabalhando na lavoura canavieira. João Rocco, que contrata cortadores de canas para as fazendas, reclama: "Já estamos sem mão-de-obra aqui. Mesmo pagando 45 cruzeiros por dia, dificilmente conseguimos reunir braços suficientes para uma grande empreitada".

Além desses dois problemas, os produtores contam

com um terceiro, mais recente: a retirada dos subsídios do adubo encareceu o produto e isso, segundo Nestor Angeliere, proprietário de uma usina de aguardente, vai acabar matando de vez a cana-de-açúcar de toda a região. "As terras daqui já foram as melhores do Estado para essa cultura. Hoje estão lavadas, fracas e improdutivas e só com muito fertilizante poderemos recuperá-las. Mas, quem pode investir em adubo para uma cultura que há muito tempo deixou de dar lucros?"

Sérgio Bettiol, presidente da Cooperativa de Plantadores de Cana-de-Açúcar da Região de Porto Feliz, com a experiência acumulada nos vinte anos que vem se dedicando à cultura afirma que "a tonelada de cana-de-açúcar é vendida a 123 cruzeiros, enquanto o custo chega pelo menos a isso. O que tem salvo os plantadores é a mecanização, que permite uma redução do custo. Mas nem todos têm condições de aderir à essas modernas técnicas".

Para Bettiol, os pequenos produtores estão desaparecendo: "Dos 350 plantadores que tínhamos até alguns anos atrás, temos somente 200 hoje. Em compensação, a área de cultura continua a mesma".

Segundo o presidente da Cooperativa de Plantadores é o próprio governo que mantém a área de plantio inalterada, embora indiretamente. "O governo faz o custeio da lavoura e acaba vinculando o agricultor à atividade, através das dívidas que ele assume. Cria-se um círculo vicioso do qual o agricultor não se pode safar sem dificuldades. Não fosse isso, a cana já teria dado lugar a culturas mais lucrativas."

JAN 1977

## A carne subiu 21% em SP

Os preços da carne fresca tiveram um aumento médio de 21 por cento, nos supermercados de São Paulo. Esse é o resultado prático do "acordo de cavalheiros" estabelecido na semana pas-

sada entre representantes do Ministério da Fazenda e integrantes da Associação Paulista de Supermercados. Flávio Catanzans, delegado da Sunab em São Paulo esclareceu que "nos acu-

gues, o preço do produto está liberado". Ontem o Ministério da Agricultura, recebeu denúncia da Fecocarne do Rio Grande do Sul, alegando que a Superintendência da Zona Franca im-

portou mil toneladas de carne da Argentina para abastecimento de Manaus. Laerte Poly da Fecocarne considera a iniciativa um crime contra a economia nacional.

5 JAN. 1977

O ESTADO DE S. PAULO

## VIAGEM DE M. SOARES: TRANQUILIZAR MILITARES. cb

O principal objetivo da presença do ministro da Defesa de Portugal, coronel Mário Firmino Miguel, na comitiva que acompanhará o primeiro-ministro Mário Soares ao Brasil, é o de tranquilizar o governo brasileiro e, especialmente, o sistema militar, a respeito do afastamento dos radicais, da ação dos militares portugueses e do futuro previsível do atual regime em seu país. 10 DEC. 1976

"Acredito que os militares brasileiros estão bem informados a respeito do processo histórico em andamento no meu país. Eles fizeram perguntas a título de esclarecimento e eu respondi. Outras vezes fui eu quem perguntou, para sa-

nar algumas dúvidas. Você sabe, nos, camaradas, estamos sempre trocando ideias, nos informando".

O coronel Firmino sorriu de novo quando ouviu dizer que, coincidentemente, os entendimentos de Mário Soares com o presidente Er-

nesto Geisel tornaram-se mais proveitosos depois que ele. Firmino entendeu-se com os militares brasileiros. "Uma coincidência, não? Há quem acredite que não? De qualquer forma, se fosse assim eu ficaria satisfeito. Quer-se dizer que minha conversa com os militares ajudou? Tanto melhor. Pois que então se diga. Mas creio mesmo é que o primeiro-ministro teve muito êxito na conversa com o seu presidente, que por sua vez demonstrou muita boa vontade e muito conhecimento

do nosso processo político."

O Balanço da visita de Mário Soares, feito por Firmino Miguel, é positivo, "dentro do possível". Ele acha que houve uma abertura: "Foram desfeitos alguns mal-entendidos de parte à parte. Parece que partimos para um bom entendimento. Em Portugal, a situação está sob controle. Essa foi uma das coisas que explicamos aos militares e ao governo brasileiro. Essa estabilidade política criou o clima indispensável para a renovação do nosso diálogo". 23 DEC. 1976

O ESTADO DE S. PAULO

mário soares a parlamentares do mdb:

## SOARES E O ANTI-COMUNISMO cb

"Não tenho que dar garantias a ninguém acerca de minhas próprias convicções" — afirmou o primeiro-ministro Mário Soares quando uma repórter de televisão indagou se ele havia assegurado ao governo brasileiro que o atual regime português é anticomunista. Ao receber a pergunta, pouco antes do almoço que lhe foi oferecido pelo governador Faria Lima na ilha de Brocoló, Soares explicou: "Em primeiro lugar, ninguém me pediu garantias; em segundo lugar, eu não desejei dá-las e nem as dou e sou o que sou. Não sou especialmente anticomunista nem deixo de ser. Sou um socialista que ama a liberdade". Faria Lima, ao que se informa, ficou irritado com a pergunta e com a resposta. 21 DEC. 1976.

A recepção que o primeiro-ministro ofereceu no Clube Naval de Brasília, na noite de quinta-feira, teve duas partes bem distintas, tanto protocolar quanto politicamente. Houve um jantar — restrito a convidados oficiais, com a presença do presidente Geisel e vários ministros — e, a seguir, uma recepção bem mais pluralista, onde destacava-se a presença de um pequeno, mas ativo, contingente de parlamentares oposicionistas. Houve a parte das protocolares conversas com Geisel e, posteriormente, uma conversa informal e muito solta com os parlamentares oposicionistas, concretizando um debate que o senador Magalhães Pinto impedira pela manhã no congresso. (•••)

Soares quis saber se havia algum relacionamento do MDB com o governo ou com a Arena. "Assim, assim...", respondeu com uma

gesticulação de cabeça o senador Roberto Saturnino, para complementar: "A convivência dentro do Parlamento levou a que, afinal, houvesse um diálogo fundado em amizades pessoais. Mas, com o governo, não temos diálogo algum".

Soares disse ter lamentado que não pudesse debater com parlamentares brasileiros pela manhã. "Mas nós precisamos tornar efetivo um diálogo", disse. Os oposicionistas concordaram e alguém lembrou que o recente congresso da Internacional Socialista repercutiu muito no Brasil. Soares disse, então, que a Internacional Socialista, segundo esperam os seus integrantes, deverá se transformar em uma opção dos povos submetidos a qualquer regime tirânico ou totalitário. "Nós temos pretensões de ampliar a nossa área de influência e ficamos muito satisfeitos com a presença

do presidente Perez. Pena não haver mais latino-americanos, além dos dominicanos e dos costarriquenhos".

A idéia do diálogo foi levada adiante. Soares perguntou: "Por que vocês não vão a Portugal? Poderíamos conversar mais tranquilamente, pois aqui tenho um programa muito corrido". A sugestão foi aceita:

"Mas é claro que iremos", disse Brossard. O senador gaúcho, que expressara bem claramente a satisfação de conversar com Soares, foi taxativo: "Montoro, nós podemos ir em fevereiro, que tal?" A proposta foi aprovada e todos resolveram ir. Soares disse então que confirmaria o convite prometido, através da Assembleia Nacional portuguesa ao Congresso brasileiro, e faria questão que o pequeno grupo estivesse presente. 19 DEC. 1976

## SOARES: EMPRESÁRIOS DEVEM VOLTAR cb

O primeiro-ministro de Portugal, Mário Soares, pediu ontem aos técnicos e empresários portugueses que emigraram para o Brasil após a Revolução de 74, que retornem e garantam o desenvolvimento das empresas e o sistema de livre iniciativa no seu país. O discurso de Soares foi feito ontem na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, em meio à surpresa do empresariado paulista, que esperava do ministro uma apologia do sistema econômico socialista. Mas, ouvi-

ram apenas que Portugal respeitará a propriedade privada e não imporá qualquer medida para a remessa de lucros. 18 DEC. 1976

Reinício dos estudos para realização de **joint-venture** entre a Renave e o estaleiro da Lisnave, em Lisboa; abertura de entrepostos comerciais da Cobec e Interbras em Lisboa e na cidade do Porto, além de um estudo de pautas de exportações complementares aos produtos que antes eram fornecidos pelas ex-colônias portuguesas poderão ser os pri-

meiros frutos concretos da visita de Mário Soares ao Brasil.

Ao comentarem os resultados da visita, ontem, no Rio, fontes do setor acrescentaram que já está sendo reativado o centro empresarial Luso Brasileiro, com base na disposição favorável manifestada recentemente pelo presidente português, Ramalho Eanes, em encontro com empresários em Lisboa.

Segundo as fontes do Centro Empresarial, todas essas

iniciativas poderão ser reorientadas em termos de comercialização a partir dos acordos com Portugal. Também já foram estudadas as possibilidades de realizar o **draw-back** em Portugal de peças brasileiras, visando a atingir a Europa e os mercados da chamada Rota Ibérica, tendo como compensação a possibilidade de os empresários brasileiros ativarem seus canais de comercialização de produtos por meio da Alalc, na América Latina, para os produtos de origem lusitana. 17-4

O ESTADO DE S. PAULO

## EUA/BRASIL: DIREITOS HUMANOS E NUCLEAR

COMÉRCIO EUA/  
BRASIL PRODUZ  
60% DO DEFICIT

O Departamento de Estado enviará ao Congresso norte-americano, no máximo até o fim deste mês, um minucioso relatório sobre a violação dos direitos humanos no Brasil. O estudo deverá denunciar uma série de desrespeitos aos direitos humanos, mas admite-se que as recomendações gerais do relatório serão discretas. O Departamento de Estado vem fazendo um grande esforço para evitar que o Congresso adote medidas retaliação contra os países que violam as garantias essenciais dos cidadãos.

8 JAN. 1977

"O relatório Linowitz é, pelo menos, uma forte tendência." Essa é a reação quase generalizada, entre o corpo diplomático de Brasília, a propósito da divulgação do segundo relatório sobre uma futura política dos Estados Unidos para a América Latina.

Os especialistas acham que o relatório não expressa a opinião de Jimmy Carter, mas admitem que ele apresenta, entre suas 28 recomendações, uma série de teses e pontos que seriam apoiados sem maiores dificuldades pela administração democrata. É o caso, por exemplo, do capítulo dos direitos humanos, um dos pon-

tos básicos do programa de democracia, que inclui nove recomendações.

## acordo nuclear

O problema nuclear também é longamente abordado no item 12 do relatório Linowitz, com a recomendação de que os Estados Unidos deem "a mais alta prioridade" à garantia de que toda transferência de tecnologia ou material nuclear esteja condicionada "ao estrito cumprimento" das salvaguardas internacionais. A tecnologia deve ser proporcionada preferencialmente aos países que assinaram o Tratado de Não Proliferação Nuclear — o Brasil não assinou esse documento. No final desse item, há, ainda, uma recomendação importante, de ordem política. "O novo governo deixará claro que as considerações da não-proliferação nuclear serão um grande fator na determinação da política norte-americana para com todas as nações".

Essa preocupação — lembra um especialista — nada mais faz do que colocar em um documento um sentimento bem notório de influentes setores norte-americanos. Na conversa reservada que manteve, anteontem, em Brasília, com o ministro Azeredo da Silveira,

o embaixador do Brasil em Washington, João Batista Pinheiro, disse que prevalece nos Estados Unidos "um clima antagônico a qualquer iniciativa que implique proliferação de técnicas nucleares e, indiretamente, de armas atômicas no mundo". Ora, diz um analista, é o próprio embaixador brasileiro que reconhece que, nesse ponto, a realidade norte-americana e o relatório Linowitz estão falando a mesma linguagem.

6 JAN. 1977

ALEMAES  
DISPOSTOS  
A CANCELAR

WASHINGTON — O senador democrata Allan Cranston, da Califórnia, afirmou ontem que o chanceler Helmut Schmidt, da Alemanha Ocidental, está buscando uma forma elegante de cancelar pelo menos a exportação da usina de reprocessamento, prevista no acordo nuclear assinado com o Brasil. Dessa maneira, a Alemanha Ocidental, embora não tenha concordado em cancelar o acordo, poderia pelo menos aceitar o cancelamento das cláusulas que dariam ao Brasil a capacidade de acumular o plutônio necessário para a fabricação de bombas nucleares. 7 JAN.

O déficit no comércio exterior brasileiro com os Estados Unidos deverá corresponder, em 1976, a 60% do déficit da balança comercial, o que está preocupando as autoridades e forçando a busca de alternativas capazes de mudar esse quadro. A curto prazo, os responsáveis pelo comércio exterior brasileiro não vêem solução, porque até mesmo uma diversificação das compras, para reduzir as importações do mercado norte-americano, seria de difícil adoção.

Nas importações dos Estados Unidos, informam fontes governamentais, os equipamentos têm uma participação muito grande e são adquiridos mediante "supplier's credit" (crédito de fornecedor), modalidade de empréstimos que se está tornando a contrapartida natural para a concessão de créditos em moeda.

## PROJEÇÕES

Uma estimativa não oficial, com base no comércio bilateral Brasil-Estados Unidos no período janeiro-setembro de 1976, dá para as importações o valor de US\$ 2.896 milhões e para as exportações US\$ 1.584 milhões. O resultado negativo seria de US\$ 1.332 milhões. Como o déficit da balança comercial de 1976 está estimado em US\$ 2,2 bilhões, 60% corresponderiam ao saldo negativo do intercâmbio com os Estados Unidos. 22 DEC. 1976

JORNAL DA TARDE

## tratado militar Brasil-EUA

Oficialmente, ninguém quer falar a respeito do assunto em Brasília, nas áreas militar ou diplomática. Mas informalmente assegura-se, nos setores oficiais brasileiros, que "as notícias não estão de acordo com a realidade e, por isso, não há novidades".

A reação brasileira coincide em certo sentido com a

declaração do general norte-americano Charles Spragins. O militar assegura: "Não há qualquer novidade no que diz respeito a pretensas modificações no acordo militar Brasil-Estados Unidos." Ele passava por Brasília, para despedir-se dos militares brasileiros, porque está regressando a seu país. Spragins é o chefe

da Comissão Militar Mista Brasil-EUA.

A versão estampada na imprensa e que agora é desmentida pode ser assim resumida: o acordo militar entre os dois países, assinado no Rio de Janeiro em 1952, poderia ser renegociado. O motivo: os termos do acordo em vigor estariam se tornando desatualiza-

dos, principalmente porque o Brasil, nos últimos anos, tem evoluído muito no setor.

De outro lado, o Congresso Norte-Americano vem fazendo seguidas pressões para que os países beneficiados com acordos do tipo do que o Brasil assinou prestem conta dos equipamentos recebidos.

11 JAN. 1977

O ESTADO DE S. PAULO

## EUA APOIARIAM PACTO NO SUL

WASHINGTON — A criação de uma Organização do Tratado do Atlântico Sul — OTAS — e de um Exército Centroamericano Unificado estaria sendo promovida pelos Estados Unidos, segundo revelou uma especialista inglesa em assuntos militares, Leigh Johnson. De acordo com a especialista, os esforços de Washington para a formação desses pactos militares sub-regionais deve-se às dificuldades que vêm sendo encontradas na aplicação do Pacto do Rio de Janeiro para enfrentar o "proselitismo ideológico" da América Latina.

Johnson, que é subdiretora da revista "Defesa e Política Externa", afirma, na úl-

tima edição dessa publicação: "O interesse norte-americano no Chile, Brasil, Uruguai e Argentina relaciona-se com a criação de uma Organização do Tratado do Atlântico Sul para neutralizar a influência soviética nos oceanos que se unem no estreito de Magalhães, assim como nos países que os bordeiam, especialmente do lado africano. Diversas informações indicam que Washington propôs o desenvolvimento de uma força naval integrada, com um comando estratégico unificado, poder aéreo e bases no Cone Sul. Há outras indicações de que a África do Sul teria interesse na OTAS, mas o Brasil parece haver bloqueado, de mo-

mento, a idéia, assinalando que está muito mais interessado numa estreita relação com os países da África negra".

Além disso, ainda segundo Johnson, "o Conselho Centroamericano de Defesa — Concade — está estudando um plano para coordenar as atividades dos seis países da América Central. Segundo fontes não oficiais, a agenda foi preparada por recomendação da Nicarágua e dos Estados Unidos. A proposição de coordenação, discutida nas reuniões do Concade, celebrada de 16 a 19 de agosto, integraria as atividades dos países da região sob o rótulo de Exército Centroamericano Unificado". 6 JAN. 1977

EXTRA

FOLHA DE S. PAULO

# O MANIFESTO DOS EMPRESÁRIOS

Quando José Papa Júnior afirmou no final da tarde de terça-feira passada, no encerramento de mais uma reunião rotineira das diretorias da Federação e Centro do Comércio do Estado de São Paulo, que "o empresariado, ao contrário do que se fala, quer a liberdade, a democracia e eleições diretas", não foram poucos os que, talvez tomados de surpresa, indagavam se não havia alguma coisa no ar que ignoravam. A suspeita começou a tomar corpo à noite, quando o ministro Severo Gomes declarou, na residência do empresário e banqueiro Rodolfo Bonfiglioli, que "o País precisa de uma abertura dos debates políticos".

Na quarta-feira, enquanto a maioria do empresariado ainda tentava interpretar o sentido daqueles pronunciamentos, Papa Júnior resolveu solidificar sua proposta, por meio de uma nota oficial em

FOLHA DE S. PAULO

que dizia, entre outras coisas: "Queríamos um regime democrático, e não um regime espúrio, quando preparávamos o movimento de 31 de março".

De Brasília, até aquele instante, não havia emanado qualquer comentário. Nas primeiras horas da manhã de quinta-feira, no entanto, o tema da redemocratização começou a preocupar, de forma efetiva, alguns setores governistas. Em São Paulo, o governador Paulo Egydio Martins convocou Papa Júnior para uma "reunião urgente". E, de Brasília, embarcaram para São Paulo dois emissários importantes da presidência da República: o coronel Toledo Camargo, chefe da Assessoria de Relações Públicas da Presidência, e um outro militar do Exército.

Paulo Egydio queria de Papa Júnior "amplas explicações" sobre o termo "espú-

rio": se ele queria dizer que regime espúrio é o atual ou aquele que poderia advir, caso não houvesse o movimento de 31 de março. Papa Júnior, que atendeu imediatamente à convocação, teria afirmado com veemência a Paulo Egydio que a segunda interpretação é que era a correta, e se desculpar de não ter sido claro na nota, alegando que ela tinha sido mal redigida.

"Foi esse pragmatismo de Papa Júnior", de acordo com experientes analistas, que o teria salvado de "uma casação certa".

Ainda na quinta-feira, os dois emissários enviados pela Presidência da República tratavam de sondar as opiniões dos empresários. Com um deles, pelo menos — o presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Autopeças, Luís Eulálio Bueno Vidigal Filho — teria ficado certo

que se pronunciaria contra as propostas de Papa Júnior e de Severo Gomes. Com a mesma finalidade, o ministro Mário Simonsen e o vice-governador, Manoel Ferreira, teriam se comunicado com vários empresários.

De fato, na sexta-feira, Vidigal Filho se manifestou contrário à redemocratização e o presidente da Fiesp, Theobaldo De Nigris afirmou, logo após se avistar com o comandante do II Exército, general Dilermando Monteiro, que as declarações de Papa Júnior foram feitas "com um pouco de sofreguidão".

Aquelas declarações contrárias à redemocratização coincidiram com uma incessante movimentação de ministros, diretores de empresas estatais e outras autoridades governamentais, todos com o objetivo de levantar a exata situação. 8-2-77

## Trabalhadores: "clamor tardio"

ANTONIO F. NUNES

Entre um lacônico "não nos metemos em política" e a dúvida sobre "o que estaria por trás desses inesperados pronunciamentos", situaram as reações do movimento sindical do setor assalariado às declarações de José Papa Júnior, presidente da Federação e Centro do Comércio do Estado de São Paulo.

Por outro lado, rompendo um velho hábito de calar-se a respeito de acontecimentos de cunho político, alguns sindicalistas admitiram que "é chegada a hora de empresários e trabalhadores se juntarem num esforço comum, ao lado do Governo, para eliminar as causas de crises econômicas e da intransigibilidade social".

### QUÍMICOS: ESTUDO

"O problema parece muito sério e, por isso, a diretoria do nosso Sindicato vai se reunir com seu departamento jurídico amanhã (hoje), para adotar uma posição oficial diante desses pronunciamentos empresariais". A informação é de Waldomiro Macedo, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas de São Paulo. Acrescentou Macedo, no entanto, "que nosso ponto de vista sobre o mérito do assunto, isto é, democracia e liberdade, está perfeitamente definida desde há muitos anos: sempre as defendemos como condição básica para que o País possa se desenvolver harmonicamente".

"A diretoria acha que tudo está indo muito bem, pois o Governo tem colaborado bastante com os sindicatos, com pleno atendimento dos anseios dos trabalhadores. Por isso, não emitimos opiniões políticas". Foi o que disse Eduardo Luckizinski, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de São Paulo. Acrescentou que "os empresários devem ter seus interesses específicos para virem a público contrariar a orientação do Governo; mas nós não nos metemos nessas coisas".

### COMERCIO:

#### DISCORDANCIA

"Discordo do Papa Júnior, porque acho que os sindicatos não devem se imiscuir na parte política" — afirmou Silvio Vasconcelos, presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio de São Paulo. Disse que "meu sindicato se abstém por com-

pleto da questão política, porque o dever de exercitá-la é da alçada exclusiva do Governo. E por que haveremos de contestar, criticar ou sugerir, se o Governo sabe quando deve ou não aprofundar o processo das liberdades públicas?", indagou o sindicalista, salientando: "veja aí que não há razão para os sindicatos se queixarem, pois, ainda que devagar, eles vão ganhando autonomia, como essa lei que os desobriga de prestar contas de suas atividades econômicas ao Ministério do Trabalho".

### METALURGICO: "NOSSA LUTA"

"O que os empresários dizem hoje, o movimento sindical sustenta desde 1964: "sem liberdade, o processo sócio-econômico brasileiro não se completará de forma satisfatória. Porém, receio que essa inesperada manifestação empresarial pela volta ao Estado de Direito nos seja um presente de grego" — observou Joaquim dos Santos Andrade, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Acrescentou, porém, que "estou de pleno acordo, sem entrar em seu mérito, com as declarações partidas do empresariado do comércio, visto que o fundamental é que todos nós participemos das decisões nacionais. Queremos, em síntese, que haja diálogo entre patrões, empregados e o Governo, mesmo porque, até hoje, os trabalhadores têm sido as maiores vítimas dessas restrições à liberdade ora reclamadas pelo empresariado do comércio", enfatizou o sindicalista.

Benedito Marcillo da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, focaliza a questão do mesmo ângulo, acrescentando apenas: "Necessitamos de liberdade para negociar condições de trabalho com os patrões. Por isso, acredito que, de forma conjunta, nós e os empresários podemos colaborar para que haja liberdade e justiça social neste País. Que os empresários e trabalhadores sejam igual-

mente ouvidos acerca dos problemas nacionais".

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Luís Inácio da Silva, lembrou que a nova posição dos empresários do comércio apenas coincide com as teses dos metalúrgicos, "tantas vezes defendidas e inseridas nos anais dos nossos congressos nacionais, há mais de dez anos". Declarou que "os empresários estão sentindo agora um problema que há muito afeta os trabalhadores: a falta de liberdade para reclamar seus direitos".

Opiniões semelhantes foram emitidas por Afonso de Souza, secretário geral do Sindicato dos Padeiros, e Francisco Teixeira, presidente do Sindicato dos Bancários. "Os sindicatos sempre defenderam a posição adotada, hoje, pela Federação do Comércio, porém, os patrões nunca se preocuparam com as nossas reclamações e só agora quando seus interesses são atingidos, é que se pronunciam", diz Francisco Teixeira. Mas, como Afonso de Souza Teixeira considera "salutar a tomada de atitude dos empresários" e admite que "a esse esforço poderá se somar os nossos, para que a democratização seja finalmente restituída no País".

Sublinhou: "Queremos que sejam restituídos alguns direitos importantes, como o da greve, na forma prevista pela Constituição brasileira." 8-2-77

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE S. PAULO

GEISEL  
EXAMINA  
MANIFESTO

**O presidente Ernesto Geisel passou a maior parte do dia de ontem examinando a situação criada com as recentes declarações de empresários em favor da abertura política e, ao final da tarde, havia indicações de que o governo teria encontrado uma forma de reagir à essas manifestações — o que poderia ocorrer hoje. 8-2-77**

BRASÍLIA — O governo reconhece, pelos seus porta-vozes oficiais, a existência de uma situação difícil a enfrentar, dados os recentes e os permanentes problemas surgidos nos campos da política externa, da economia, da política interna e do relacionamento específico com setores marcantes como o empresariado, a intelectualidade e a Igreja. O general Geisel, porém, não adota uma visão catastrófica dos últimos episódios, como a pressão contra o acordo nuclear, a racionalização do consumo de combustíveis, o desequilíbrio na balança comercial, os pronunciamentos do empresariado pela volta ao Estado de Direito, a reforma institucional, o manifesto contra a censura ou a posição da Igreja na questão social. O presidente está, conforme as mesmas fontes, interessado em continuar examinando e enfrentando cada dificuldade de *per se*, sem emprestar-lhes o sentido de uma crise global. Ao mesmo tempo, mostra-se decidido a não passar à defesa, em qualquer um dos capítulos referidos. 8-2-77

reações reações

M.D.B. - PE.

Em Recife, o presidente do MDB pernambucano, deputado federal Jarbas Vasconcelos, entende que "o episódio representa mais um retrocesso revelar das divergências do atual sistema político brasileiro" e, em Aracaju, o presidente do MDB sergipano, deputado federal José Carlos Teixeira, declarou que "a demissão do ministro Severo Gomes é o fim dos que acreditavam que o governo forte seria a solução para os nossos problemas econômicos". Teixeira é um dos mais sólidos industriais do Estado de Sergipe e representa o segundo maior grupo econômico local. 9-2

# Severo demite-se

"Esta é a melhor maneira de servir ao País e ao presidente". Uma frase curta, rápida, sem maiores explicações foi a reação de Severo Fagundes Gomes, logo após ter entregue, ontem pela manhã, ao presidente da República sua carta de demissão do cargo de ministro da Indústria e do Comércio. Também nessa carta, Severo Gomes foi conciso, manifestando apenas respeito e amizade ao presidente Geisel e acentuando ter procurado dar, nos quase três anos de gestão, "o melhor de meus esforços para o cumprimento das tarefas a mim confiadas". Tão protocolar quanto o pedido de demissão, foi a imediata resposta do presidente. Nella, Geisel lamenta a saída de Severo, mas agradece a atitude em face de acontecimentos recentes, de outra ordem, que assim a recomendam, em benefício do próprio governo". Ainda que o ato do ministro tenha causado surpresa, ele já estava praticamente decidido na tarde de anteontem, o que foi admitido ontem pelo próprio Severo. E confirmado pelo ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, que, também na segunda-feira, indicou o nome do presidente do Banco do Brasil, Angelo Calmon de Sá, para substituir Severo Gomes. Para o lugar de Calmon de Sá, irá Karlos Rischbieter, atual presidente

reações reações reações reações reações reações

M.D.B.

A renúncia do ministro Severo Gomes surpreendeu as lideranças oposicionistas, entre as quais o líder do MDB na Câmara dos Deputados, Laerte Vieira, para quem o afastamento de Severo pode ser interpretado de três ângulos diferentes: "a derrota da ala mais liberal do staff do presidente Geisel e da corrente favorável às empresas nacionais; a consolidação de uma dissidência na ortodoxia econômica do Sistema, com a passagem do ministro para as forças que defendem a normalização democrática; ou um simples posicionamento de Severo Gomes, na qualidade de candidato potencial ao governo paulista". 9-2-77

## EXPORTADOR

Um exportador que pediu para não ser identificado afirmou que "Severo Gomes representava o empresariado no governo. Com a sua saída, todos nós perdemos. Ele falou em redemocratizar, e é isso que esperamos há treze anos, desde que ajudamos a fazer a Revolução de 64. O que ocorre

da CEF.

A saída de Severo Gomes parece ser a resposta do governo às manifestações políticas de setores do empresariado, tal como anunciara anteontem ao "Estado" importante funcionário governamental. Mas essa não é a única interpretação corrente: para o líder do governo, Petronio Portella, a saída do ministro deve-se "às enfáticas e continuadas declarações que se contrapunham, em pontos básicos, à política econômico-financeira do governo". No MDB — e também em certos setores do empresariado —, o afastamento de Severo Gomes está sendo encarado como "o arquivamento definitivo do projeto de distensão". Parece claro também que um incidente ocorrido semana passada na residência do empresário Rodolfo Bonfiglioli acelerou a crise que resultou na saída de Severo Gomes. O ex-ministro acusou de "fascista" um empresário que se dizia representante do "grupo Médici", o que levou o SNI a investigar o episódio e elementos ligados ao ex-presidente a solicitarem providências do general Ernesto Geisel. A reação dos empresários à saída de Severo Gomes foi bastante contraditória — variando do aplauso irrestrito ao ato presidencial à lamentações veladas, nas quais voltava-se a pedir diálogo. 9-2-77

reações reações reações reações reações reações

ABDIB

é que todos nós estamos garroteados, nos aspectos político e creditício. Os empresários descontentes muitas vezes têm medo de falar, porque não estamos em uma democracia plena". 9-2-77

## C. Chagas-esp.

Basicamente, o ex-ministro da Indústria e Comércio chegou ao ponto de saturação, para alegria dos ministros da Fazenda e da Secretaria-Geral do Planejamento. Mas foi no setor político propriamente dito que encontrou a sua queda. Para o governo, Severo exorbitou e precipitou um processo nada agradável de reação de alguns setores das classes produtoras paulistas, reação que, segundo alguns, chegou às raias da contestação. Mas se os empresários aparentemente puderam, ao menos por uma vez, rotular o atual regime como espúrio, não o pôde Severo Gomes, mesmo sem usar esse termo acre. 9-2-77

"A mudança de ministro não deverá eliminar os problemas que o empresariado sente e que o angustiam atualmente. A discussão política é irreversível, desde que tenha sido iniciada. Para que ela cessasse, seria preciso um clima especial. E não estamos vendo isso hoje. O que encontramos? Uma inflação galopante, altos custos financeiros, retração de novos investimentos, enquanto os financiamentos para a indústria, pelo BNDE, serão contrabandados a taxas plenas de correção monetária em 1977, quando eram de apenas 20% em 1976".

A declaração foi feita ontem, no Rio, pelo diretor da Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base (Abdib), Henrique Sansom, para quem "o presidente Geisel sempre fez questão de manter coeso o seu governo. O momento é, portanto, de expectativa". E admitiu que várias áreas ligadas ao setor industrial já apresentam dificuldades no relacionamento com a nova cúpula do Ministério da Indústria e do Comércio. 9-2

## As teses do general

O ESTADO DE S. PAULO

O general Rodrigo Otávio Jordão Ramos, ministro do Superior Tribunal Militar, ao saudar ontem o general Reynaldo Mello de Almeida, que assumiu na vaga deixada naquela Corte pelo ministro Bizarria Mamede, cobrou da Revolução a estruturação de uma nova ordem jurídica, capaz de conciliar, harmonicamente, "um Executivo forte, indispensável às tarefas de segurança e desenvolvimento, com o poder de representação e fiscalização inerente ao Legislativo e o poder de arbitragem de um Judiciário dotado dos predicamentos tradicionais que o tornam inviolável e independente".

Destacou a imperfeição e técnica legislativa da Lei de Segurança Nacional; sugeriu o restabelecimento das garantias do Judiciário antes mesmo de se consumir a reforma da Justiça em andamento. E pediu a elaboração de nova Constituição que poderia, eventualmente, prever um Conselho ou Corte Constitucional, nos moldes do artigo 16 da Constituição francesa, "protegendo-se, assim, o regime contra pressões antagônicas de qualquer natureza".

Alguns destaques do discurso do ministro Rodrigo Otávio na solenidade de ontem no STM:

1 — Terá V. Exa. assim uma grande oportunidade de, mais uma vez, como juiz, evidenciar as peregrinas qualidades de militar e de cidadão, manejando e aplicando, a par dos códigos militares, um dos instrumentos mais delicados dessa reconstrução que é a Lei de Segurança Nacional, cuja imperfeição e técnica legislativa são notórias, dificultando a aplicação da "sanctio legis" respectiva.

2 — Desde que a Justiça Militar viu por força de dispositivo institucional, em 1965, as suas atribuições estendidas ao campo da segurança nacional, passou a ser responsável pela própria ordem jurídica da Nação, em seu embasamento, pois cumpre-lhe preservar a ordem revolucionária contra pressões, incidentes e investidas totalitárias de qualquer natureza e intensidade, não obstante as imperfeições as-

O ESTADO DE S. PAULO

sinaladas por instrumentos legais a serem utilizados.

3 — Debate-se ainda, de outro lado, com insistência

pertinaz em todas as classes sociais a convicção da urgência da oportunidade de institucionalizar o processo revolucionário, a fim de que os objetivos de 1964 sejam definitivamente consagrados, uma vez que a Revolução está consolidada no dizer de um de seus chefes e a conscientização cívica do povo brasileiro se evidenciou plenamente no último pleito eleitoral.

4 — Reduzida, pois, eventualmente, a área de arbitrio revolucionário, seria indispensável que na reforma judiciária, ora em andamento, preliminarmente se restabelessem as garantias tradicionais do Poder Judiciário de forma a que, sem qualquer restrição, se pudesse proteger efetivamente, os direitos do cidadão contra os abusos do Estado, e daquele, contra a ética e a moral. 1 1 DEC.

## liberdade não pode ser um meio de destruição

JORNAL DO BRASIL

11-12

O Presidente do Senado, Sr Magalhães Pinto, afirmou ontem, na Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, que "é certo que as democracias não podem ser suicidas. As liberdades públicas e privadas que elas garantem ao cidadão devem ter a firme consciência das imposições do nosso tempo, para não serem usadas como instrumentos para a sua destruição".

"O tema que me foi proposto para esta dissertação, até mesmo pelo alto nível intelectual do auditório a que me dirijo, deve ser tratado com serena objetividade. Todos sabemos que nos fatos da vida social causa e efeito agem solidariamente: o que é efeito transforma-se em causa, e vice-versa. E' à luz desta lei, sobre cuja validade não pesa dúvida, que devemos colocar o problema das relações entre o desenvolvimento e segurança, para atingirmos conclusões do mais amplo e fecundo alcance político e social".

Sei que não teremos respostas diferentes se nós perguntarmos de que fonte brota a inquietação coletiva? Que caldo de cultura serve às ideologias totalitárias?

É unânime a resposta de todos os pensadores políticos, de todos os sociólogos, de todos os economistas, de todos os cientistas políticos. É na cultura da pobreza, na má organização da vida coletiva que está a origem da intranquilidade social.

É no subdesenvolvimento que está a ameaça permanente à paz e à segurança da sociedade e do Estado.

Onde há real desenvolvimento, não há inquietação, não há ameaça à paz social. Ao contrário, há estabilidade política porque desaparece o caldo da cultura de que se nutrem as ideologias antidemocráticas.

A segurança emerge, assim, da própria ordem social. Cabe definir os delitos na defesa da sociedade e do Estado, com as leis, que promovendo a responsabilidade penal, asseguram as garantias constitucionais e as franquias inscritas na ordem jurídica consagrada pelo consenso nacional.

É certo que as democracias não podem ser suicidas. As liberdades públicas e privadas que elas garantem ao cidadão devem ter a firme consciência das imposições do nosso tempo, para não serem usadas como instrumentos para sua destruição.

Não se confunda, entretanto, estas observações, com a complacência dos que, a pretexto de promover a defesa da democracia, acaba, por convertê-la no seu contrário, ou seja: num Estado totalitário.

E aqui devemos reconhecer a fidelidade do eminente Presidente Ernesto Geisel à vocação liberal do nosso povo. A sua liderança patriótica na decidida política de aperfeiçoamento das instituições e a histórica missão que vem cumprindo para sustentar os ideais permanentes do Movimento de 1964.

## Saturnino: revisão do modelo

O senador Roberto Saturnino disse ontem, em almoço no Clube dos Repórteres Políticos do Rio, que o MDB deve defender, no diálogo com o governo, a necessidade de mudança do modelo econômico e social brasileiro como forma de facilitar a abertura política. Em sua opinião, a tarefa primordial da oposição deve ser a luta pela mudança do modelo e a demonstração de

que o desenvolvimento é perfeitamente compatível com a democracia.

O senador oposicionista entende que o modelo vigente é que é incompatível com a democracia, oferecendo "riscos à segurança e à soberania nacional" por causa do endividamento externo e da concentração interna da renda.

Sobre a existência de ministros que comungam com

seus pontos de vista, diz: "Vejo na atitude do presidente de manter essa dicotomia dentro do governo uma intenção de deixar uma porta aberta à implantação de um novo modelo, e não me surpreenderei se ao final deste primeiro trimestre houver uma revisão estratégica na política adotada".

AI-5

Segundo Roberto Satur-

nino, a ênfase dada pelo MDB deve mudar, sem que isto represente uma abdicação de suas posições institucionais ou uma adesão ou complacência com o AI-5. Ele afirma: "O AI-5 é repudiado por todos: povo, trabalhadores, setores importantes da Arena e até mesmo alguns empresários. Acredito que, está condenado e, mais cedo ou mais tarde, terá que desapare-

cer, embora não deseje entrar no terreno da futurologia porque quando se trata de futuro, neste País, só Deus sabe o que vai acontecer.

Pessoalmente, Saturnino está convencido de que o governo não poderá operar as mudanças que julga necessárias sem mudar sua base política, "sem contar com o apoio do MDB, que tem a confiança dos trabalhadores e da classe média, e isso deve ser considerado nesse diálogo que acredito e espero venha a ser proposto ao MDB".

#### ALTERNATIVAS

Sentindo "mais por intuito"

ESTADO DE S. PAULO

3 0 JAN 1977

## Deputado analisa situação

O deputado federal Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) afirmou ontem, em Recife, que "os crescentes reclamos de todas as classes e das mais legítimas lideranças partidárias pedem por imediatas reformas políticas".

Analisando a atual situação do País, Vasconcelos disse que "a crise econômica é realmente alarmante e citou a Zona da Mata pernambucana, sua região política, como exemplo: "O trabalhador rural está se alimentando de ratos e as usinas estão às portas da falência, jogando no desemprego homens e mulheres que viviam da agroindústria de cana". A crise econômica, para ele, vem acompanhada de uma crise política e "um dos índices mais expressivos do estado de insatisfação e cansaço, quando não de revolta, diante da instabilidade institucional e dos desmandos dela decorrentes, é o manifesto dos intelectuais e artistas brasileiros contra a censura".

Nesse episódio, Jarbas Vasconcelos criticou o ministro da Justiça, Armando Falcão, por não ter recebido a comissão de intelectuais e por transferir o conhecimento do documento à Polícia Federal, "numa atitude muito sua de desdém aos problemas da liberdade".

ção do que por informação" que o MDB será chamado ao diálogo, o senador diz que já tem alternativas a propor, que se exprimem em seis pontos:

1) Mudança da política cambial, com o racionamento geral de todas as importações e o estabelecimento de um orçamento de câmbio com tetos para importação em cada setor. Ele sugere não só o controle quantitativo como a criação de mecanismos administrativos de controle.

2) Redução de juros e custos financeiros, pois, para ele, não é possível que o setor bancário continue asfixiando a indústria e o co-

mércio.

3) Seletividade de crédito, dando-se preferência às empresas nacionais. O Senador acha "injusto que se abram os bancos oficiais a empresas estrangeiras".

4) Reforma tributária profunda, "não aumentando a carga sobre as empresas, mas sobre o patrimônio das pessoas físicas"; e não só por meio do imposto de renda, mas também do imposto de herança, predial e territorial urbano, principalmente.

5) Desenvolvimento de uma política de emprego de mão-de-obra, por meio de estímulo às empresas de menor relação capital/tr-

Sobre a crise econômica, Jarbas Vasconcelos condena colocar-se o petróleo em primeiro plano, por entender que "a crise maior e fundamental reside sobretudo na adoção de um modelo capitalista alienante, baseado nos mercados, nos capitais e nas tecnologias externas, modelo que, por isso mesmo, é inflacionário e descaracterizador da economia nacional, formando-a dependente e submissa aos centros de decisão alienígenas".

Para o parlamentar, a posição do MDB, diante desse quadro, não deve ser a "de atear fogo ao circo, no velho estilo do 'quanto pior, melhor'. Mas também não devemos ser convocados, como quer Francelino Pereira, para aquietar o povo quanto ao confisco eufemisticamente alcunhado de 'recolhimento restituível' no preço da gasolina. Meu partido pode cooperar com outras forças sociais, e não só as políticas, para a volta ao estado de direito, que a maior crise do Brasil é política e social e tudo o mais é dela decorrente".

#### ANISTIA

Vasconcelos diz que o povo deve participar dessa cooperação para a volta ao estado de direito e afirma

que "a situação indispensável para esse debate em torno da salvação nacional é, em primeiro lugar, a decretação da mais ampla e irrestrita anistia, fazendo voltar à vida do País centenas de técnicos, líderes políticos, cientistas e jovens que foram banidos ou vivem sofrendo nas masmorras das prisões políticas. Em segundo lugar, a garantia de

balho e às que empregam tecnologia que absorva maiores contingentes de mão-de-obra.

6) Manutenção da política salarial vigente nos anos de 75 e 76.

Saturnino admite que há uma "quase perfeita sintonia de seus pontos-de-vista com os dos ministros Severo Gomes, Nascimento Silva e Azeredo Silveira, e com a maioria dos integrantes do segundo e terceiro escalões da administração".

Ele observa que sua defesa de uma mudança de ênfase da oposição nada tem a ver com uma possível candidatura à Presidência do MDB. 6 JAN. 1977

todas as liberdades, com responsabilidade: liberdade de imprensa, de expressão, de cátedra, de sindicalização, de criação artística". O deputado conclui que, "somente com tais premissas, podemos ir à formação, pelo voto livre e secreto, de uma Assembléia Constituinte, para promulgar uma nova Carta Magna condizente com a realidade do mundo e do País".

## Tumulto na missa por João Goulart

Os gritos de "Jango, anistia e liberdade" ao final da missa de trigésimo dia pela morte do ex-presidente João Goulart, ontem à noite, na catedral metropolitana de Porto Alegre, motivaram a intervenção de cerca de 80 soldados da Brigada Militar. Os PMS não entraram na igreja, mas usaram cassetetes para dispersar 300 manifestantes, inclusive deputados do MDB, que pretendem agora reunir a executiva regional do partido para uma análise do incidente.

A missa em memória de Jango foi mandada rezar pelos diretórios regional e metropolitano do MDB e pela família do ex-presidente. Todos

os lugares da catedral foram tomados por cerca de 800 pessoas, entre políticos do MDB, o filho e a nora de Goulart e populares, que ouviram o bispo auxiliar dom Antonio Gheuche afirmar que "ele era um homem liberto de rancores ou revanches, um lutador pelos menos favorecidos, os pobres que precisavam tanto do nosso apoio". Os incidentes só aconteceram bem mais tarde, à frente da catedral, onde cerca de 300 pessoas começaram a gritar "Jango, anistia e liberdade", provocando a intervenção de duas camionetas, da Brigada Militar, que estavam nas proximidades e pediram reforços pelo rádio. 7 JAN. 1977

MOVIMENTO 17/01/77

## União de vereadores

Um grupo de doze vereadores eleitos em novembro passado nos seis municípios do Paraná que fazem fronteira com a Argentina está organizando uma associação inédita no Brasil: a União dos Vereadores e Suplentes do MDB de Áreas de Segurança Nacional. (1) O trabalho deve se orientar em duas direções: ampliação da base partidária com a criação de subdiretórios em bairros e distritos; e a organização paralela de associações de bairros e distritos, cooperativas de colonos e trabalhadores, cooperativas de pequenos produtores, uniões de jovens, entre outras. (...)

A União dos Vereadores e Suplentes surge como alternativa de um trabalho mais amplo junto à comunidade. O primeiro resultado concreto desse trabalho é a criação da cooperativa dos hortigranjeiros, para defesa dos pequenos agricultores arruinados pela "febre da soja" que contaminou a região. Além de outras propostas, uma que parece ser a mais significativa é a união de jovens, que pretende criar possibilidades de emprego na região. Sendo o minifúndio ainda a base principal da economia regional, os jovens não encontram outra forma de sobrevivência que não implique na par-

tilha de uma produção já reduzida. (...)

Krügel insiste sempre na perspectiva democrática do trabalho e dá um exemplo disso: todos os vereadores que se engajarem na União terão que se comprometer a abrir mão de seu cargo, por um tempo determinado, para que os suplentes possam assumir. E enquanto estão licenciados da Câmara de Vereadores assumem outras funções na União. Dessa forma, além de se somar forças em vez de dividir - como diz Krügel - impede-se que os vereadores se acomodem nos seus cargos e esqueçam do trabalho de base. (Fatima Murad).

## GEISEL: APELO A DEUS 21 DEC. 1976

Ao receber os cumprimentos de fim de ano que lhe foram apresentados ontem pelo corpo diplomático, o presidente Ernesto Geisel adiantou que "o próximo ano se nos afigura também um ano difícil. As novas restrições de ordem econômica recaem sobre o Brasil, sem dúvida de maneira forte, e isso nos obrigará, talvez, a outras restrições ou a outras medidas para enfrentar a situação internacional. As dificuldades econômicas provocarão repercussões no campo social, e Deus permita que elas não tragam maiores consequências no campo político".

### Seja o que Deus quiser

"negativismo artificial, inimigo da criatividade", els-nos de repente remetidos à instância inesperada e desesperada de um providencialismo cego, com que nem os absolutistas do século XVII chegaram a sonhar: o presidente da República, que em fins de 1975 via todas as dificuldades de 1976 "aquém, sem dúvida, de nossas possibilidades de resistência e flexibilidade imaginativa e criadora", diante de todo o corpo diplomático credenciado em Brasília, entrega-se e entrega-nos a Deus para as possíveis dificuldades no campo político, que advirão das inevitáveis, no campo econômico e social.

Por que essa estarrecedora capitulação do presidente da República, sem ter procedido, sem preconceitos e sem ambiguidades, à convocação de todas as forças vivas da Nação, por que esse apagamento do regime brasileiro, para ceder, de vez, ao regime de Deus, fugindo da história pela porta da eternidade; por que essa abdicação do papel do Estado, como objetivador de uma disciplina coletiva de vida? É a indagação que nos fica em todos ao ler o Improviso do presidente da República — que por ser improviso tem mais valor pessoal que um texto composto a muitas mãos e remanejado por outras tantas assessorias — ao corpo diplomático que lhe fora levar sentimentos de solidariedade e votos de felicidade.

Deixamos a outrem julgar dos méritos íntimos desse apelo ao sobrenatural. Compete-nos, porém, julgar o homem de Estado pela própria razão de ser do Estado, que é a de gerar e tomentar um consenso a que se subordinem voluntária e conscientemente as individualidades, convencidas de que, se o Estado parece às vezes individualmente insuperável — e tal é, quando impõe restrições sobre restrições —, permanece sempre social e pessoalmente indispensável.

Em fins de 1975 e durante todo o ano de 1976 o presidente da República foi compelido a tomar uma série de medidas de austeridade que, se não lograram os efeitos desejados, foi em parte por um

## GEISEL

Na mensagem de fim de ano transmitida ontem à noite ao País pela rede nacional de rádio e televisão, o presidente Geisel solicitou aos brasileiros "redobrados esforços, com aceitação de

*A política, na mensagem presidencial:*

1 — "A nova lei sobre o uso eleitoral do rádio e da televisão comprovou-se salutar, impedindo insanável disparidade que o uso daqueles meios de comunicação, em tais eleições, impõe injustamente aos candidatos".

2 — "O contato entre candidatos e o eleitorado, face a face, em comícios e outros tipos de reuniões cívicas, animou a campanha e constituiu um fato auspicioso por permitir autenticidade maior da escolha".

3 — "O mesmo não ocorreu, por certo, nos grandes centros populosos, fazendo-se sentir aí a influência dominante de

## PEDE SACRIFÍCIOS

CB  
30 DEC. 1976

sacrifícios", para superar as dificuldades econômicas previstas para 1977

"Estou certo de que, compreensivo, o povo brasileiro entenderá a necessidade das medidas que forem adotadas, ri-

outros impulsos, menos legítimos por seus fundamentos, na escolha de nomes a sufragar. Estranho é que, em face dessa realidade que salta aos olhos, se queira atribuir significação e autenticidade maiores ao voto nas capitais e grandes centros urbanos".

4 — "Os resultados das eleições estão sendo cuidadosamente computados e estudados; opiniões e informações, solicitadas a destacados próceres políticos; comentários de analistas credenciados, devidamente considerados — tudo isso como elementos objetivos e fidedignos da atualidade brasileira e com vistas à desejada pro-

gorosas e incômodas que seja, e prestará todo o seu apoio a um governo que timbra em não pedir sacrifícios desnecessários, nem impor ônus que desatenda à equidade e à justiça"

*moção de um sadio desenvolvimento político do País, de clima sempre de estabilidade e segurança".*

5 — "Creio, sem quaisquer dúvidas, que essas eleições, além de se polarizarem em torno de soluções alternativas dos problemas mais circunscritos às comunidades locais, representam claro e infofismável pronunciamiento da grande maioria do povo brasileiro a favor do meu governo — mais talvez a seus propósitos honestos e ao esforço incansável que despande com fé e esperança no futuro, do que mesmo ao que tenhamos podido efetivamente realizar até agora".

gradualismo que cheira mais a indecisão que a sabedoria. E que, em última análise, traduz, não a sobriedade característica do estadista, mas uma parcimônia descabida no relacionamento com o público, uma timidez extemporânea em compartilhar responsabilidades. Aos governos autoritários costuma parecer desairoso sair em busca de apoio; satisfazem-se eles com a consciência íntima (e, no caso, real) do dever cumprido, com o devotamento crescente ao trabalho. Esse apoio, jamais pedido com bastante vigor e nitidez, jamais foi entretanto negado. E aí vai todo o povo brasileiro: aí estão as classes empresariais, procurando sustentar-se diante do que podem prever; aí estão os meios pensantes, tentando, entre as diversas opções, as saídas mais aconselháveis; aí está o próprio assalariado, prestando-se a renovadas cotas de sacrifício.

A impressão de derrota que o presidente da República transmite ao final de um ano tão tenso e crispado, porque lhe sobra um ou mais anos semelhantes, não deveria transbordar do círculo que a produziu e que o presidente sempre teimou em conservar. Para os que foram mantidos todo o tempo alheios ao processo administrativo e submetidos a um autoritarismo que, por ser delicado e escrupuloso, não deixou ainda de ser sutilmente eficaz, a mensagem deveria ser outra, se se quer provocar um consenso nacional sobre algo mais confiável que a presente multidão de passividades. Não se pode mais impingir ao público, em nome da ordem e da estabilidade governamental, uma equipe administrativa que, se vale pelo que tem sido, só pode acumular preocupações pelo que promete, para 1977 e depois.

Vai aqui, neste nosso julgamento do homem de Estado amargurado pela frustração, uma última lembrança para seu inesperado recurso a Deus nas coisas que a própria religião considera do domínio do humano e do temporal — a ilusão dos regimes fechados que se ergueram e cresceram à imagem de uma Providência que de tudo sabe, a tudo atende e para tudo tem seu receituário. Quando tais regimes se encontram com a adversidade, quando findam os ciclos messiânicos da ufania e dos "milagres", não lhes resta nem a verdade de uma auto-avaliação: regridem a este ou aquele tom de magia — a adversidade se metamorfoseia, a seus olhos, em trama íntima, e o futuro da Nação em esperança e confiança no sobrenatural. 23-12

JORNAL DO BRASIL

# Óculos Escuros

Na redoma brasiliense, como peixes num aquário, perpassam às vezes idéias bem estranhas. É sabido que o burocrata, devido, talvez, à própria natureza de suas funções, tem do tempo uma noção muito especial, chegando a imaginar-se, às vezes, acionista da eternidade, e confundindo a Divina Providência com a Previdência Social.

Não chega, assim, a surpreender que seja agora moda, em Brasília, comentar num tom sentencioso que os Estados Unidos são um país em declínio, tendo em vista uma suposta diminuição de sua coesão interna. Teriam mais condições de enfrentar o futuro as "democracias" modernas que da democracia só usam o nome. (...) A mentalidade burocrática, custa crer que uma sociedade livre e aberta possa ser tão resistente. A referida visão agônica também pode ser atribuída a uma certa ótica marxista que se imiscui sem aviso na análise de determinados problemas na área do Governo. Lê-se a notícia de uma "marcha sobre a Casa Branca" e imagina-se que a derrocada começou. É exatamente porque protestam, entretanto, e têm influência na vida nacional, que os americanos têm amor ao seu sistema, e lhe conferem a sua vitalidade própria. Esta está ausente dos organismos políticos que vivem de promulgações, e que incapazes de absorver da sociedade o que ela tem de melhor, por faltar o necessário clima de confiança, passam a depender de técnicos tão convencidos da sua importância quanto ignorantes da própria incompetência.

Sendo um país que se forjou a si mesmo, os EUA não têm muitas ilusões a respeito da função do Estado, que ali é encarado, quase sempre, como um mal necessário. Mas o aparato burocrático cuida, acima de tudo, da sua própria sobrevivência. Ceva o monstro político que recolherá mais tarde os favores. Até quando?

3 JAN. 1977

O ESTADO DE S. PAULO

## REFORMA POLÍTICA <sup>cb</sup>

BRASÍLIA — As reformas políticas virão em três ou quatro meses, depois de assentada a poeira das medidas de racionalização do uso do combustível, e terão, basicamente, o objetivo de impedir que o MDB ascenda ao governo de vários Estados da Federação em 1978, embora possam oferecer saídas liberalizantes, a longo prazo.

Por isto, líderes arenistas têm procurado frear o entusiasmo de alguns liberais otimistas quanto a estas alterações. Insistem, porém, em associá-las a gravidade da situação econômico-financeira que terá inevitáveis repercussões nas áreas política e social e poderá acarretar o recrudescimento da repressão. O Palácio do Planalto comandará as mudanças, tendo presente este fato e a necessidade de assegurar o poder, por muito tempo, à Revolução e à Arena, porque não encontra no MDB condições para exercê-lo, nos próximos anos. Assim assinalam que as ino-

vações não serão casuísticas, apenas porque deverão servir ao partido do governo, não apenas no pleito de 1978.

Daf o presidente do partido, deputado Francellino Pereira, advertir que elas serão realistas e o senador Dinarte Mariz (Arena-RN), contestado pela autoria de tantas sugestões antidemocráticas e casuísticas, haver demonstrado incontinência de alegria, após conversar com o governador do Rio Grande do Sul, Sinval Guazzelli, quando este veio a Brasília entregar ao presidente Geisel seu roteiro de soluções: "Está começando a aparecer muita gente boa, pensando como eu", (...)

Alguns deputados e senadores oposicionistas, que se encontram no Distrito Federal, lembram, com melancolia, que começam a se posicionar as sombrias idéias, constantes de um chamado projeto Alvorada, anunciado por um jornal de Brasília e logo desmentido por fontes governamentais. 3 0 JAN. 1977

O GLOBO

30/1/77

## NOVOS PARTIDOS <sup>cb</sup>

BRASÍLIA (O GLOBO) — A criação de novos partidos políticos, que possibilitem uma acomodação mais diversificada de tendências e retire os aspectos de contestação ao regime, no caso de vitória, de certos nomes para os governos estaduais em 1978, é uma ideia antiga dentro do Governo que ganhou força com o relatório entregue ao Presidente Geisel pelo Governador, Sinval Guazzelli.

Esse raciocínio está sendo desenvolvido dentro do próprio Palácio, do Planalto, por membros da assessoria do Presidente, embora em princípio não se tenha nenhuma indicação de que Geisel já esteja disposto a abandonar sua posição bipartidista.

O assunto, revigorado por adesões expressivas nas últimas semanas, ganha maior realce a partir da definição de uma alta fonte do Governo, segundo a qual a posição do Presidente pelo bipartidarismo não é definitiva e poderá ser alterada caso, ao final dos estudos, que vem realizando, chegue à conclusão de que é essa a saída mais adequada para o País.

Pelas informações de que se dispõe, o Presidente Geisel, pessoalmente, continua empenhado pelas eleições diretas para os Governos estaduais, embora não queira assumir essa posição oficialmente antes de se convencer de que ela é viável. Por viável não se deve entender que o Presidente Geisel tema pressões militares ou de qualquer outro tipo contra uma eventual decisão nesse sentido. Segundo teoria desenvolvida por um dos seus principais assessores militares, o prestígio do Presidente Geisel dentro das Forças Armadas se pode ser comparado, nos últimos anos, ao do ex-Presidente Castelo Branco.

A exemplo do que aconteceu em 1965 CASO SE DECIDA POR ELEIÇÕES DIRETAS EM 1978, os Governadores eleitos tomarão posse por decisão de Geisel que, com a autoridade que exerce nos meios militares, garantirá o prosseguimento normal do processo eleitoral — afirma essa fonte militar.

No entanto, o próprio Presidente Geisel não parece disposto a tomar uma decisão sem pesar sua repercussão. Antes de mais nada, ele continua fiel a uma conduta de equilíbrio que não provoque retrocessos no desenvolvimento das instituições. Como tem almirado em diversas ocasiões, para se atingir um objetivo às vezes é preciso desviar-se, pelo menos momentaneamente, do rumo traçado, sob pena de perder-se definitivamente a estrada real.

Essas seriam as razões por que Geisel prefere manter uma posição cautelosa e se cerca de estudos das mais diferentes facções e grupos, a fim de ter uma medida exata do pensamento dessas correntes e das soluções propostas. O clima econômico atual também tem seu peso específico nas negociações políticas que se desenvolvem no Palácio do Planalto e certamente terão função determinante nas decisões a serem tomadas.

O Presidente Geisel está firmemente disposto a entregar o Governo a seu sucessor com o país saneado economicamente. Ao mesmo tempo, não pretende entregá-lo, no campo político, envolto em pressões que possam, a longo prazo, provocar um retrocesso como o acontecido em 1968.

Todos esses dados estão sendo negociados e, caso o Presidente Geisel chegue à conclusão de que eleições diretas serão de difícil ação, já tem em mãos sugestões para realizar eleições indiretas que resolveriam, no momento, o impasse previsto com a ascensão de Governadores oposicionistas nos estados críticos.

A tese de inflar o colégio eleitoral com prefeitos e vereadores está dando lugar a uma outra, mais ampla, que dá mais representatividade aos que escolherão os governantes.

Além dos prefeitos e vereadores, seriam incluídos no colégio eleitoral representantes dos diretórios regionais dos dois partidos, escolhidos dentro de critérios que abrangeriam o número de habitantes dos Estados e o número de eleitores inscritos. Desse saldo, através de uma matemática que não está ainda definida, sairiam os novos componentes dos colégios eleitorais.

Essa sugestão está sendo vista com bons olhos pelas mais diversas correntes. Os que defendem medidas casuísticas para impedir a subida do MDB — amplamente condenada por correntes fortes dentro do Governo — se satisfazem com ela porque sabem que a Arena tem uma capacidade de organização administrativa muito superior à do MDB, e virtualmente ganhará mais peso nos colégios eleitorais.

Os que defendem medidas mais liberalizantes poderão anunciar a solução como democrática, já que o colégio eleitoral, pelo menos teoricamente, se transformará em mecanismo realmente representativo.

Dentro desse esquema, os candidatos aos Governos estaduais seriam escolhidos em convenções partidárias, saídas de censos políticos sem a interferência direta do Palácio do Planalto. Essa sugestão está sendo feita por diversos setores do Governo, que acreditam que as eleições indiretas perderam a credibilidade popular pela excessiva interferência da Presidência da República. MERVAL PEREIRA FILHO.

# Sucessão

Ao discursar ontem na solenidade de confraternização natalina que reuniu no Setor Militar de Brasília 122 oficiais-generais das três Armas, o presidente Geisel avocou a condução, "no seu justo e devido tempo", da sua sucessão e alertou contra a ação "dos pregoeiros da discórdia, dos arautos da intriga, geradores de intranquilidade e que visam a estabelecer confrontos e suscitar incompatibilidades entre altos chefes militares".

Com igual vigor, o ministro Sylvio

Senhores oficiais gerais.

Agradeço vossas manifestações cordiais e aceito-as como testemunho de um espírito de coesão entre as três Forças Armadas e no seio de cada uma delas e como penhor da lealdade retilínea e franca que exalta, a planos de nobreza sem jaça, o relacionamento entre subordinados e chefes militares.

Registro com destaque a viva repulsa que se contém nas palavras de vosso intérprete — o exmo. sr ministro do Exército — à ação presente dos pregoeiros da discórdia, dos arautos da intriga, geradores de intranquilidade e que visam a estabelecer confrontos e suscitar incompatibilidades entre altos chefes militares.

Na qualidade de comandante supremo e em consonância com essas considerações, sinto-me no dever de também alertar-vos, nesta hora, e por vosso intermédio, aos mais jovens, aos menos experientes, aos que ainda não viveram situação análoga, contra as mesmas e eternas manobras dos pescadores de águas turvas e ambiciosos

## Geisel comanda a sucessão

BRASÍLIA — O presidente Geisel vai obtendo sucesso na empreitada em que falharam todos os seus antecessores: impedir a precipitação do processo sucessório ou se deixar ultrapassar pelos fatos, vendo surgir à sua reuelia uma candidatura inarredável. Depois de um período de especulações que pareciam indicar a capitulação próxima do chefe do governo — há poucos meses tinha-se como provável nos meios políticos que o quinto presidente revolucionário seria o general João Batista Figueiredo —, a situação parece ter evoluído bastante. E isso, diga-se, também por ação do atual chefe do Ser-

vulgares, os quais já começam a rondar os quartéis como vivandeiros impenitentes — assim os qualificou, em outros tempos, o grande presidente Castelo Branco — buscando, aqui e ali, despertar aspirações e estimular ambições, dessa forma espalhando a cizânia, a desconfiança, a discórdia, capazes de enfraquecer, pela desunião que propagam, a estrutura militar.

Tempo há, bastante ainda, para que se venha a cuidar, na hora própria, do problema sucessório, de significação capital para o futuro da Nação. Açodamentos ditados por interesses egoístas de indivíduos ou grupos — interesses, em alguns casos, até mesmo inconfessáveis — servem apenas para perturbar a vida nacional e frear o progresso do País, numa quadra em que, como já disse, somos chamados a enfrentar novos e mais sérios desafios.

O cargo do presidente da República, como nós o entendemos, não constitui privilégio ou posição de desfrute pessoal ou de grupos. É, antes, posto de renúncia, de sacrifício, em que a tônica é servir. Não pode ser objeto de

viço Nacional de Informações, que parece ter cortado ainda a tempo o caudal de civis e militares que pretendiam fixar o seu nome desde logo. (...)

Outros nomes de militares também falados há dois meses, como o ministro Sylvio Frota e os generais Reynaldo Almeida e Dilermando Monteiro, deixaram de circular, sem estímulo dos próprios. Assim, em termos de sucessão, mesmo que ela venha a recair sobre um deles, verifica-se imobilidade, tanto quanto é possível perceber. O único candidato declarado, não escondendo suas pretensões, é o senador Magalhães Pinto que, mesmo sem iniciar campanha, não se nega a confirmar seu desejo, quando perguntado.

Em círculos bem próxi-

Frota, do Exército, repeliu "falsas versões de acontecimentos, engendradas com o objetivo não declarado, porém mal disfarçado, de gerar a intranquilidade, estabelecer confrontos e suscitar incompatibilidades entre aqueles que, investidos de cargos da mais alta hierarquia, necessitam de paz de espírito para trabalhar e produzir, e não podem dispendar tempo, inutilmente, na análise de hipóteses vagas e capciosas, sem fundamentos reais e sustentadas por enredos fantasiosos".

ambições, nem deve ser postulado, mas entendido como atribuição pela vontade nacional, de transcendente missão a cumprir.

Confio plenamente em vossa esclarecida percepção, a cada momento, da realidade nacional, na fortaleza de vosso espírito militar e no devotamento provado de vosso patriotismo, certo de que do campo das Forças Armadas não partirão nem ambições, nem reações que venham a comprometer o sempre delicado processo de sucessão presidencial que a mim — pela posição em que estou situado e pela responsabilidade que me foi conferida — caberá conduzir, no seu justo e devido tempo.

Com renovados agradecimentos, formulo meus melhores votos pela felicidade de todos os nossos marinheiros, soldados e aviadores e de seus familiares neste Natal e no ano de 1977 — e peço que me acompanhem no brinde que faço pela união inabalável das Forças Armadas do Brasil, alicerces em que assentam hoje, amanhã e sempre, a ordem e tranqüilidade públicas e os destinos maiores da grande Pátria 2 3 DEC. 1976

mos do poder ouve-se que o futuro presidente da República poderá ser um militar, general-de-exército, mas não está liminarmente vedada a perspectiva de um civil ou de um "anfíbio" — militar da reserva em atividade política ou administrativa.

Registra-se, por outro lado, a informação de que o chamado "grupo Médici", de líderes militares e civis mais de perto ligados ao ex-presidente, também entrou de quarentena em suas atividades especulativas ou reais. Depois de um período agudo, quando o general Médici pronunciou dois discursos de evidente discordância com a linha política e econômica do atual governo, e em seguida à suspensão dos direitos políticos, por corrupção, do ex-governador Cortez Pereira,

## FALCÃO<sup>CB</sup> 23-12

Em breve nota à imprensa, o ministro Armando Falcão disse que os discursos do presidente Geisel e do ministro Sylvio Frota evidenciam a coesão existente nas Forças Armadas.

"Os discursos do presidente Ernesto Geisel e do ministro Sylvio Frota, no momento exato, colocam um ponto final nas intrigas, nas especulações e nas distorções, filhas da fantasia e do espírito divisionista.

As Forças Armadas, unidas e coesas em torno da autoridade do presidente da República, são o grande penhor da ordem, da segurança e da estabilidade que, nascidas em março de 1964, garantem e garantirão, permanentemente, a paz e o desenvolvimento do Brasil."

## REAÇÕES<sup>CB</sup> 23-12

Com exceção do presidente nacional da Arena, Francelino Pereira, que ditou aos jornalistas uma nota de pouco menos de cem palavras, classificando o discurso do general Ernesto Geisel como "roteiro para os rumos políticos", nenhum outro parlamentar de expressão quis comentar o tema, mas todos revelaram interesse e uma certa apreensão diante do "tom duro" com que o chefe do governo se dirigiu aos oficiais-generais,

Para muitos políticos, incluindo alguns vice-líderes governistas no Congresso, o discurso do presidente foi inoportuno e poderá produzir reflexos negativos no próprio meio militar.

escolhido por Médici, a temperatura refluíu a níveis mais baixos. O próprio general Figueiredo teria contribuído para desfazer equívocos entre o atual e o anterior chefe do Executivo, e uma prova desse clima ameno entre ambos foi a recente declaração do embaixador Delfin Netto, ao sair do gabinete do presidente, dizendo-se candidato ao governo de São Paulo. (...)

O general Geisel vai conseguindo vencer obstáculos que os ex-presidentes Castelo Branco, Costa e Silva e Médici não venceram. (...) A continuarem as coisas como estão e se a crise econômica for mesmo contida ou restringida, quem sabe até surgirão condições para a fixação, na hora apropriada, de um nome fora da relação de chefes militares acima exposta 1 6 JAN. 1977 C.C.

O ESTADO DE S. PAULO

# Tourinho: País é ilha de paz

"A integração povo-governo é a marca de um País que está ingressando na era nuclear com desasombrada soberania,

Na solenidade realizada no auditório do IME, o general Tourinho revelou ainda em seu discurso que a ESG "tem acompanhado com interesse a evolução do País e tem, até mesmo, algumas vezes, influenciado indiretamente, mas nem por isso menos fortemente, certos inventos decisivos, em horas de excepcional gravidade, conforme sucedeu no preparo da Revolução redentora de 31 de março de 1964".

Após o longo discurso do comandante da ESG, realizou-se o ato de diplomação dos 146 estagiários, com a chamada individual dos integrantes do curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas e do Curso Superior

## ANÁLISE

O general Tourinho iniciou seu discurso enfatizando o esforço e dedicação integral de civis e militares que se tornaram este ano e, em seguida, traçou um rápido perfil e elogiou o patrono da turma, almirante Álvaro Alberto da Mota e Silva. Tourinho assinalou a

presença de Geisel na solenidade, "para presidi-la como chefe da Nação e para trazer a prova do seu apoio pessoal ao trabalho realizado em nossa ESG".

Depois de referir-se à missão da ESG e de sua influência sobre "certos eventos decisivos", Tourinho passou a relatar ao trabalho dos alunos civis e militares "Seus estudos", afirmou, "embora conclusivos e considerados do mais elevado gabarito, não visam a impor uma nova forma de cultura; revestem-se de caráter didático, com a finalidade precípua de aprimorar e atualizar conhecimentos, que abrangem os quatro campos da vida nacional — o político, o econômico, o psicossocial e militar — bem assim a de habilitar os estagiários ao equacionamento dos problemas nacionais, através de método para a formulação da política nacional e do planejamento governamental".

Tourinho revelou ainda que os arquivos da ESG, em uns 27 anos de existência, "guardam precioso acervo, de valor incalculável para se compreender a evolução nacional — seus problemas, soluções e alternativas — nestes últimos três decê-

nios". Disse que, também no passado, "eram verificadas as grandes questões de origem interna, impressivas na vida do País, bem como aquelas influências externas de difícil superação que afetavam o desempenho doméstico e condicionavam o nosso comportamento em âmbito internacional".

Em 1963 — observou Tourinho — a ESG atentava para as pressões existentes, entre as quais destacou "as de natureza ideológica, de cunho comunista", e as "de natureza política, social e econômica que já ameaçava a paz interna". Para tudo isso, acrescentou, "visualizavam-se soluções, mas muito pouco se punha em prática, porque o caos era uma meta adversa prestes a se concretizar. E não vinham as mudanças requeridas, em bases firmes e estilo democrático".

"Ao mesmo tempo em que se engajavam na análise a fundo dos problemas e apontavam caminhos a seguir para sua solução", afirmou o general ainda em referência ao ano de 1963, "iam os estagiários adquirindo a nitida certeza de que algo heróico teria de ser feito, e depressa, como

remédio para os males que se avolumavam".

O ano de 1976, "denso de expectativas e de fatos relevantes", afirmou Tourinho, "foi sentido pelos estagiários como um período de inflexão na vida nacional, marcado por grandes desafios e suas respostas". Disse — "A evidência desse amadurecimento, afirmou, está presente no povo e no governo. No governo, que supera o crucial dilema entre a estagnação e o desenvolvimento econômico com endividamento; que conduz um seguro processo de aperfeiçoamento político e que dá prioridade à valorização do homem brasileiro, no campo psicossocial. No povo que, com um mínimo de abstenção numa eleição livre, confirma sua vocação democrática; que supera, nas urnas, o emocionalismo e as paixões, reconhecendo a seriedade e os esforços do governo, que repudia, cada vez mais, as idéias e métodos da subversão comunista e dos extremismos, e que está aproveitando exemplarmente as oportunidades de educação que lhe têm sido oferecidas.

13 DEC. 1976

## DECLARAÇÕES:

O ministro do Exército, Silvio Frota, em sua ordem do dia alusiva ao Natal de 76, disse que a Pátria renega aqueles que não comungam com seus ideais e que "esquecidos dos exemplos de Cristo, subvertem, difamam, agridem e deturpam", criticando "as ideologias calca-

Em sua mensagem de fim de ano Araripe Macedo, da Aeronáutica prega a "imperiosa necessidade do fortalecimento da unidade nacional", afirmando que isso só será possível mobilizando forças dispersas, desarmando espíritos e se-

"Qualquer de nós que praticamos a doutrina de Cristo saberá vibrar o chicote contra aqueles que são vendilhões da Pátria e expulsá-los do templo cívico da Nação" — advertiu ontem o general, Dilermando Gomes Monteiro, comandante do II Exército, depois de lembrar

## FROTA

das no ódio, as doutrinas que fazem da violência o instrumento para alcançarem seus fins, menosprezando a dignidade da pessoa humana".

O ministro ressaltou ainda que a "Providência cumulou-nos com dádivas para, com elas, construir-

## ARARIPE

parando a crítica justa e honesta da contestação fácil e improdutiva".

"Os brasileiros dos quartéis não se julgam sós, nem se colocam sós, na obra de sustentação nacional" diz Araripe Macedo, ressaltando, a seguir, que "a Pá-

## DILERMANDO

que "é preciso não confundir a amizade, a camaradagem e a boa vontade com fraqueza ou medo de agir." A advertência foi feita durante almeço de confraternização pelo Natal, no 2º Batalhão de Polícia do Exército.

Em sua opinião, "temos de estar preparados para

mos uma grande Nação" e que "nada impedirá de edificarmos uma sociedade baseada na igualdade de oportunidades, na liberdade com responsabilidade, na prosperidade com justiça social".

A Pátria que veneramos

tria não distingue seus filhos e com todos conta na medida de suas potencialidades", e que, "nos momentos críticos, os interesses da Pátria sempre estiveram acima das dissensões internas". Os que segregam, dividem e rotulam não

enfrentar os ambiciosos, os desejosos de poder, que querem a infiltração para dominar e subjugar. Enquanto isto permanecer — acrescentou Dilermando — precisamos estar preparados para a luta, para empunhar o chicote.

Somente quando a Pátria estiver confiante em seus

— e queremos cada vez maior, mais justa e mais feliz — não rejeita e nem exclui, senão aqueles que, de seus ideais, não comungam, os que, esquecidos dos exemplos do Cristo, subvertem, difamam, agridem e deturpam

24 DEC. 1976

conhecem a nossa história. "Neste limiar do ano novo, mais que desejar felicidades ou fazer prognósticos, queremos alertar para a imperiosa necessidade do fortalecimento da unidade nacional.

31 DEC. 1976

dirigentes e unida em torno daqueles que têm autoridade legal para governar os diferentes grupos — concluiu o general — é que poderá se unir a outras pátrias para chegarmos a um futuro em que a humanidade toda será uma só família".

15 DEC. 1976

## Fritz Manso: No futuro, a guerra será de inteligência

Ao saudar ontem, em Brasília, os novos generais-de-brigada

Assinalou o General Fritz, em sua oração, que nunca, como agora, o chefe militar precisou de "consagrar-se tão por inteiro às tarefas prevalentemente profissionais", notando, ainda, que a guerra dos nossos dias, ao amanhã, "haverá de ser, cada vez mais, uma luta de inteligências, sendo uma luta de vontades".

A cerimônia de entrega das espadas teve lugar no salão de cobertura do quartel general do Exército, e foi presidida pelo ministro Sylvio Frota. O ministro Sylvio Frota, quando cada um deles ia até sua presença para se apresentar, desejava "felicidade na nova função". O único que recebeu dele mais algumas palavras de incentivo foi o general Waldemar de Araujo Carvalho, designado para comandar a 23a. brigada de Infantaria de Selva, que foi transferida recentemente da cidade de Santarém, para Marabá, no Sul do Pará.

Do temario que a mim mesmo me impus, senhor ministro, quando da honrosa contingência de assumir a chefia do Estado-Maior do Exército, substituindo vossa excelência, consta que, aos generais de 25 de novembro de 1976, devo falar sobre o "Exército moderno, suas características, suas exigências, e o papel do general nesse Exército".

Desde logo me dou conta senhores generais recém promovidos, da impropriedade e temporalidade da expressão e do conceito, porque o que hoje é moderno amanhã podera ser anacrônico.

Trata-se, então, de discernir o que é mutável e o que não muda na instituição militar terrestre, assim como de compreender o sentido e as razões da mudança.

Depois da Guerra do Vietnã e da Guerra do Yon Kippur, como em nenhuma outra época, os principais exércitos do mundo se perguntaram o que será a guerra de amanhã e o que é um exército mo-

derno. Nunca, como agora, tanto se repensaram estratégias, novas formas de chamamento de pessoal para as fileiras, novos sistemas de armas, novos métodos de adiestramento militar.

Nunca, como agora, precisou o general de se voltar para o futuro; de avaliar os velhos conceitos, de se colocar a par das idéias em debate nos principais centros do pensamento militar contemporâneo; de pesquisar, de analisar, de refletir; de pensar por nós mesmos e buscar nossas soluções; de vislumbrar as tendências sem perder o contato com o chão da realidade brasileira.

A guerra — dos nossos dias, ao amanhã — haverá de ser, cada vez mais, uma luta de inteligências, sendo uma luta de vontades. O extraordinário desenvolvimento científico e tecnológico, a extrema complexidade dos equipamentos, a crescente utilização dos novos meios eletrônicos e de computação, tudo isso exige chefes cultos, interessados e

indagativos, altamente dotados de criatividade e iniciativa. Os elevados custos dos equipamentos, que fazem a ossatura dos exércitos modernos, impõem a contrapartida de organizações leves e simples, bem como a criativa busca de novos métodos de adiestramento militar que, assegurando maior eficiência, permitam poupar bens e recursos de toda ordem, principalmente tempo, combustível e munição.

E que o Exército moderno e torçosamente um exército pequeno, leve, ágil, flexível, eficiente, capacitado a distender-se e a fazer-se adequadamente forte no instante da ameaça, segundo planos judiciosamente preparados por um pessoal permanente do mais alto nível de preparação.

Imutáveis são os fundamentos morais do Exército, e aqui falo a vossas excelências, já visualizando com exclusividade o Exército brasileiro.

24 DEC. 1976

## Poder bélico está crescendo na AL

WASHINGTON — O Instituto Internacional de Estudos Estratégicos de Londres divulgou relatório mostrando que houve, no ano passado, ligeiro aumento dos efetivos militares dos Exércitos latino-americanos. De acordo com o documento, o Brasil ocupa o primeiro lugar em poderio bélico na América Latina, com um efetivo de 257.200 homens além dos 200 mil que integram as forças paramilitares. O Brasil possui cerca de 180 aviões de combate e seu orçamento militar no ano passado foi de 1.780 milhões de dólares.

Em segundo lugar, vem Cuba, com um efetivo de 175 mil homens, além dos 113 mil das forças paramilitares. Aviões de combate: 195.

A Argentina é o terceiro país a aparecer na lista do Instituto. Seu efetivo militar é de 132.800 homens. Cerca de 160 aviões de combate e um orçamento, em 1975 de 1.031 milhões de dólares. Em quarto lugar, o Chile. As Forças Armadas têm um efetivo de 70.800, com mais 30 mil integrantes das forças paramilitares. O Chile possui 80 aviões de combate.

9 DEC. 1976

## Decreto de Geisel altera promoções

O presidente Geisel voltou a alterar vários artigos do decreto que regula, para o Exército, a lei de promoções dos oficiais da ativa das Forças Armadas, fixando, entre outras coisas, o tempo mínimo de permanência do militar em cada posto e a quantidade deles, pela ordem de antiguidade, que poderão concorrer a entrar no quadro de acesso.

Anteriormente, o chefe do governo modificara al-

guns artigos desse regulamento estabelecendo o número de oficiais-generais e coronéis que a comissão de promoções deveria encaminhar ao Alto Comando do Exército para elaboração da lista de candidatos a preencher as vagas existentes, cujos nomes são submetidos, depois, à escolha do presidente da República. Desta vez, as modificações atingiram quase todos os postos de oficiais, até o de coronel.

24 DEC. 1976

## Militares vêm derrotada da força

O desbaratamento de um aparelho terrorista em São Paulo poderá ter efeitos positivos na doutrina de repressão e evidenciar que a metodologia posta em ação pelo general Dilermando Monteiro na jurisdição do II Exército, nos últimos onze meses, longe de significar o enfraquecimento da luta contra a subversão, representa a vitória da habilidade sobre a violência como meio de ação, sem alterar uma finalidade contínua imutável: manter sob domínio qualquer manifestação contra o sistema de forças oriundo da Revolução de 1964 que se apóie na violência. Esta interpretação, proveniente de setores militares de Brasília, vai mais longe ao acrescentar que é perfeitamente possível e mesmo desejável a um chefe militar assegurar um "modus vivendi" adequado com estudantes, operários e responsáveis pelos meios de comunicação e ao mesmo tempo manter-se implacável no combate armado à subversão.

A luz destas observações e segundo conclusões de influentes setores militares, fica claro que se torna cada vez mais difícil aos setores radicais da Revolução a em-

preitada de procurar caracterizar o general comandante do II Exército como alguém que, ao assumir as funções de executor da então nascente doutrina Geisel — combate à subversão sem violação dos direitos humanos —, passou a agir de maneira pouco enérgica e mesmo complacente com setores antirevolucionários ou, no mínimo, merecedores da desconfiança, de áreas revolucionárias menos sensibilizadas pelas excelências do sistema democrático de governo.

O Brasil, segundo entendimento comum a todas as áreas militares, tem "Know how" próprio no combate à chamada guerra revolucionária, mas segundo a corrente hoje dominante e sensível à orientação do Palácio do Planalto, os métodos repressivos variam de época para época e a observação do general Dilermando, de que é fundamental o apoio popular para um combate eficaz aos movimentos armados de contestação, é doutrina amplamente vitoriosa, que tem no presidente Geisel seu inspirador e no general Dilermando seu principal executor.

18 DEC. 1976

O ESTADO DE S. PAULO

# Reynaldo: trabalho garante evolução

4-12-76

O general Reynaldo Melo de Almeida despediu-se, ontem, do comando do I Exército, afirmando que a plenitude política, social e econômica que o Brasil está alcançando não será retardada.

Emocionado, o general Reynaldo — único orador da cerimônia — disse que “os chefes militares têm a justa medida das pressões emergentes e cumprem suas tarefas com uma convicção já formada. Os comandos são

confiados àqueles que viveram o período anterior a 1964, fizeram a Revolução e guardam o compromisso de seu prosseguimento, nos aspectos mais positivos.

“O sr. presidente Ernesto Geisel é o centro desse ideal com sua capacidade de iniciativa, uma formação aberta à justiça social, a autodeterminação que sustenta nossa independência e uma mentalidade cívica que favorece as aspirações

políticas que não comprometem o equilíbrio nas relações entre o governo e o povo”, acentuou o general.

O novo comandante do I Exército, general José Pinto de Araújo Rabelo, formou-se na Escola Militar do Realengo, oriundo do Colégio Militar do Rio de Janeiro, sendo declarado aspirante em 29 de dezembro de 1934. Atingiu o generalato em 25 de março de 1976, sendo promovido a general de Exér-

cito em 25 de novembro deste ano.

“Despeço-me de meus companheiros com a alma tranquila de quem cumpriu o seu dever”, prosseguiu o general, ressaltando que desejava acentuar os “excepcionais resultados obtidos nas operações de informações e na ação psicológica desenvolvida, permitindo que a nossa área desfrutasse um perfeito clima de segurança e tranquilidade.

## REYNALDO NO STM CB

Brasília — “Reconheço ser esta uma função que se exercita, muitas vezes, reprimindo o próprio temperamento, para ser imparcial” disse o General Reynaldo Melo de Almeida, ao tomar posse como Ministro do Superior Tribunal Militar e receber a Grã-Cruz da Ordem do Mérito Judiciário Militar, em substituição ao General Bizarria Mamede, que se aposentou.

O novo Ministro foi saudado pelo General Rodrigo Octávio que, em sua fala, destacou que a nova ordem jurídica que se estabelece no Brasil, “substituindo a desmoranada pelo aríete revolucionário”, não poderá deixar de conciliar “um executivo forte, indispensável

às tarefas de segurança e desenvolvimento com o poder de representação e fiscalização inerente ao legislativo e o poder de arbitragem de um judiciário dotado dos predicamentos tradicionais que o tornem inviolável e independente.”

Em 25 de novembro último, terminava meu tempo de permanência no serviço ativo do Exército. A distinção que me outorgou o Senhor Presidente Ernesto Geisel, reata minha carreira militar, dentro de um mesmo clima, conquanto num ângulo diferente. Ontem, era o instrumento de força dentro de uma poderosa estrutura adestrada para a luta armada; hoje é a lei, o instrumento do equi-

líbrio social, visando ao mesmo objetivo: o compromisso da segurança nacional e da defesa das instituições.

Reconheço ser esta uma função que se exercita, muitas vezes, reprimindo o próprio temperamento, para ser impessoal. Sabemos o que custa a busca da verdade, no labirinto das provas, até formar-se a consciência do juiz.

Fui, até agora, uma arma da nação, no emprego de um elemento de força. Incorporo uma experiência de 46 anos de serviço e trago também as marcas dessa ação.

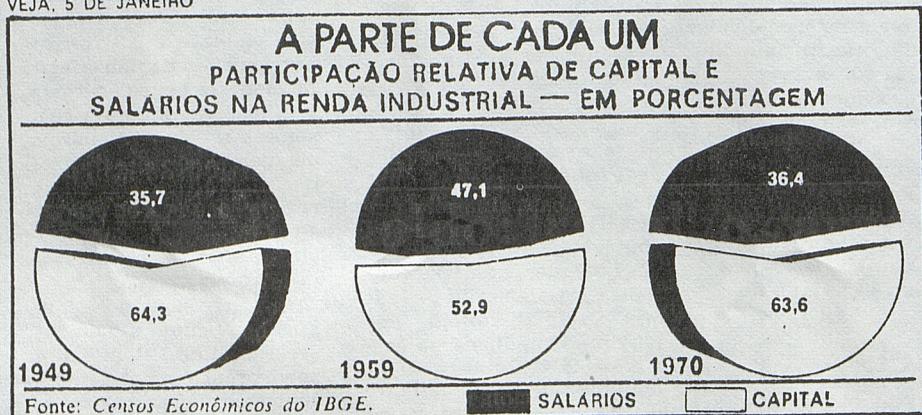
Ser que a tarefa que ora me compete é ainda mais exigente, porque cresce sua

responsabilidade, pois o que está em jogo é a liberdade.

A ordem pública é regida por uma inspiração superior que, sem lesar direitos, assegura a estabilidade. A legalidade será a pedra de toque para reprimir as atitudes extremas, distinguindo a legitimidade do poder, de falsas aparências que degradariam a ciência política. O voto inidôneo seria o que favoreceria a impunidade, precipitando a anarquia.

A democracia está aparelhada para sua defesa, sem violência, pois o emprego desta seria o crime contra o crime. Tudo pode humanizar-se quando a tolerância não compromete a própria razão de ser da justiça militar. 11-12-76

VEJA, 5 DE JANEIRO

O ESTADO  
DE S. PAULO

## redução salarial

As taxas de reajustamentos salariais, em 1977, ficarão entre 30 e 25%, admitiu ontem, no Rio, o ministro Reis Velloso, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Contudo, o ministro recusou-se a admitir que com isso, o governo irá adotar, no próximo ano, a política de arrocho salarial. E acrescentou

que em 1977 não será introduzido nenhum novo elemento na fórmula usada para determinar as taxas de reajustes de salários.

E em Brasília, o ministro Arnaldo Prieto, do Trabalho, praticamente endossou a última parte da opinião de Velloso, dizendo que a política salarial do governo não mudará em 1977, por-

que vem dando resultados satisfatórios.

A queda das taxas de reajustes, explicou Velloso, ocorrerá de forma gradual. “pois, não havendo mudança na fórmula adotada pelo governo, não haverá queda imediata e brusca, mesmo porque a fórmula leva em consideração os índices do custo de vida dos últimos 12 meses”. 16-12-76

O ESTADO DE S. PAULO

## Geisel ataca luta de classes

Ao assinar ontem, em Brasília, a lei que altera a Consolidação das Leis do Trabalho, para dar maior autonomia administrativa aos sindicatos, o presidente Ernesto Geisel afirmou que, no Brasil, não há lugar para a luta de classes, nem para outros fenômenos e fatos da vida social que já aconteceram em outros países. E acentuou que tais modelos não podem ocorrer em um País onde existe “um espírito de compreensão, de conjugação e de harmonia”. 10-12-76

ESTADO DE S. PAULO

## Prieto

Arnaldo Prieto observou que o anteprojeto da CLT, em fase final de estudos, na realidade, reúne toda a legislação esparsa que se produziu nas relações do trabalho, acrescentando poderes ao Ministério como no caso do respeito à segurança do trabalho, e permitindo o trabalho noturno da mulher, de forma contínua, mediante autorização especial do presidente da República.

Ele ressaltou a paz social que o governo conseguiu nas relações empregados/patrões, e rejeitou a idéia de que a tranquilidade sindical se havia alcançado graças à repressão policial exercida contra as reivindicações trabalhistas.

“O diálogo, sempre o diálogo — enfatizou o ministro —, é que permitiu o mais amplo entendimento entre patrões e empregados, resolvendo-se na Justiça apenas os casos onde não houve possibilidade de conciliação entre as partes” 31 DEC.

TRIBUNA METALÚRGICA

## Demissões provam a rotatividade

Conforme levantamento feito com base nas homologações assistidas no Sindicato, de janeiro até seis de dezembro deste ano, 14.452 trabalhadores metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema foram dispensados. Dentre o total de homologações, 2.276 empregados pediram demissão, enquanto 11.895 foram dispensados sem justa causa e dez deixaram a empresa mediante acordo. Em 1975, o balanço das homologações foi um pouco menor: houve dispensa e pedido de demissão de 14.143 trabalhadores.

Ressalte-se que esse montante de dispensas refere-se apenas a trabalhadores com mais de um ano de serviço, porquanto os demitidos com menos tempo de firma não passam pelo Sindicato. Isto porque a lei exige a homologação da rescisão do contrato de trabalho apenas de trabalhador com mais de um ano na empresa. Dessa forma, é perfeitamente admissível que o número de dispensas seja muito superior ao total dos casos registrados.

Esse fato vem confirmar as repetidas denúncias do Sindicato, segundo as quais as empresas promovem uma intensa rotatividade de mão-de-obra, principalmente por ocasião do reajustamento salarial, com o objetivo de aviltar a remuneração profissional. DEC, 1976

O ESTADO DE S. PAULO

## VIDROS

4 DEC. 1976

A empresa Companhia de Vidros do Brasil, que está em concordata e pertence a um aglomerado de outras empresas do setor, dispensou ontem, sumariamente, seus 25 funcionários, 90 por cento dos quais estáveis, encerrando suas atividades, segundo informações do

## DIEESE INFORME ESTATÍSTICO Ano II - Nº 12

## SALÁRIO MÍNIMO REAL

- A ação do custo de vida sobre o poder aquisitivo do trabalhador pode ser vista no quadro abaixo, em que é apresentado o salário mínimo nominal e real, tomando-se como base o mês da última variação do salário mínimo

REGIÕES	SALÁRIO MÍNIMO/DEZ/76	
	NOMINAL	REAL
Nordeste 1	544,80	471,85
Centro-Oeste, Nordeste 2 e Norte	602,40	521,74
Espírito Santo	655,20	567,47
Sul	712,80	617,36
Sudeste	768,00	665,17

## CUSTO DE VIDA

- Em dezembro, o índice de custo de vida da família assalariada apresentou uma elevação de 1,62%. Por estratos, as altas foram de: 0,94%, no inferior; 1,59%, no médio e 2,06% no superior. Em 1976, o custo de vida apresentou um crescimento de 44,22%, sendo 45,29% no estrato inferior; 44,51% no estrato médio e 43,34% no estrato superior. Esta foi a maior alta do custo de vida nos últimos 10 anos.

O ESTADO DE S. PAULO

## fábrica fechada

A direção do grupo J J Abdalla decidiu (por motivos de "força maior" encerrar as atividades da fábrica de tecidos Carioba, na cidade de Americana forçando a rescisão de contrato de trabalho de 152 empregados. A maior parte deles aceitou um acordo de pagamento de apenas 80 por cento da quantia a que teriam direito, temendo que uma decisão judicial mais favorável demore vários anos para ser tomada. Segundo o acordo entre os patrões e esses empregados, os pagamentos serão feitos em 24 mensalidades sem juros ou correção monetária. Inicialmente a empresa tentou impor acordos na base de 60 por cento.

Apenas 34 empregados decidiram tentar na Justiça do Trabalho a quantia total a que têm direito.

O procedimento da indústria, ao oferecer aos empregados 80 por cento da quantia a que têm direito, é legal, segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Americana Antonio Dir-

ceu de Leão

Os dirigentes do sindicato, porém, foram acusados de não dar assistência ao grupo de empregados da Carioba, que não aceitou a oferta da empresa, pois negaram-se a ir à fábrica alegando estar ocupados. 4 DEC. 1976

O ESTADO DE S. PAULO

## Indústria dá férias e fecha

O advogado Bosco Araújo Menezes, da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção Civil e do Mobiliário do Estado e do sindicato da classe em Guarulhos, apresentou denúncia contra a Fábrica Industrial de Móveis IMFA, daquele município, que deu férias coletivas aos seus 170 empregados sem pagar o 13º salário, férias e vencimentos atrasados. Ao mesmo tempo, ele pediu à Delegacia Regional do Trabalho que informe a Polícia Federal para as devidas providências, já que o caso configura crime contra a organização do trabalho. 30 DEC.

O QUE É A CAMPANHA SALARIAL?

A campanha salarial é o período em que os trabalhadores se reúnem para discutir em assembléias quanto deveriam receber de aumento salarial. Na verdade não é bem um aumento. É apenas uma tentativa de reajustar o salário do trabalhador para que ele continue comprando as mesmas coisas que comprava com o salário anterior.

Mas nem sempre foi assim. Há algum tempo algumas categorias sindicais bastante combativas haviam conquistado aumento salarial a cada seis meses. E lutavam para que esse aumento fosse dado a cada três meses.

Havia, no entanto, sindicatos que não eram tão combativos e que recebiam aumento salarial num espaço maior de tempo. Mas existiam sim, os Sindicatos onde seus trabalhadores se faziam melhor representados e por isso conseguiam muitas vitórias.

Mas muita coisa mudou depois da nova política salarial fixada pelo governo.

Os trabalhadores se preparavam de uma melhor forma para a campanha salarial. Fazem reuniões com os companheiros de fábrica. Assim se preparavam para apresentar nas assembléias não apenas reivindicações de aumento de salário, mas também segurança no trabalho, higiene, participação nos lucros da empresa, etc. É bom lembrar que reivindicações desse tipo fazem parte da Campanha Salarial. (...)

DISSÍDIO COLETIVO

Se os patrões - através de seu Sindicato / não aceitarem a proposta apresentada pelo Sindicato dos trabalhadores - estes têm direito a recorrer ao dissídio coletivo. O dissídio é uma forma do Sindicato mostrar que não está aceitando a proposta apresentada pelos patrões, mas que também não está querendo abrir mão do que vinha pedindo desde o início da campanha salarial.

O dissídio coletivo é uma ação judicial os interessados - patrão e empregado - não chegaram a um acordo. E esse julgamento é feito através do Tribunal Regional do Trabalho.

Mas mesmo em dissídio coletivo os trabalhadores já sabem quanto irão receber - porque é o governo quem fixa - o dissídio é apenas um canal de protesto.

É comum até os patrões responderem aos Sindicatos dos Trabalhadores:

"Nós temos condição de dar esse aumento pra vocês. Mas a política salarial do governo não permite".

Podemos dizer inclusive, que não vai ser através do dissídio coletivo que os trabalhadores conseguirão recuperar o poder de compra. Tanto é que o DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos - prova através de estudos sérios, que hoje o salário de um trabalhador só compra metade do que era possível comprar em 1965. (...)

Sendo assim, campanha salarial é uma forma de lutar pelos direitos de uma categoria trabalhadora. Mas que todos já sabem como vai ser o final. Por isso é um pouco de encenação / também. Todos já sabem de antemão quanto vai ser o reajuste, mesmo brigando durante a campanha. Porque é o governo quem fixa.

E É PRA DESANIMAR ESSA SITUAÇÃO?

Que nada. Há inúmeros exemplos de lutas de companheiros, reconhecidas como uma forma de conseguir pelo menos parte de seus direitos:

1. *Insistindo nas assembléias para que não se faça nem tão pouco se force um acordo com os patrões que não venha beneficiar a categoria.*
2. *Nas indústrias Matarazzo - no Brazil - em 1975, os trabalhadores paralizaram algumas reações, para protestar contra o desconto que seria feito da antecipação sobre o reajuste. E eles conquistaram um aumento acima do que a lei havia dado.*
3. *Na Villares em 73/74 os trabalhadores fizeram abaixo-assinado exigindo um aumento justo de salário - e como não foram atendidos através da lista de assinaturas, resolveram paralisar o trabalho. E conseguiram, nos dois anos, com essa luta, um aumento de 8% nos salários.*

É claro que como resultado dessas lutas algumas pessoas foram despedidas da empresa. Mas sem dúvida hoje já trabalham em outras fábricas. É bom lembrar também que é bastante grande o número de trabalhadores que são despedidos e não porque estavam lutando por seus direitos.

**A CAMPANHA SALARIAL É UMA LUTA DOS TRABALHADORES JUNTO AO SEU SINDICATO, EM DEFESA DOS SEUS DIREITOS.**

**MAS É PRECISO QUE OS TRABALHADORES DE TODAS AS CATEGORIAS - E NÃO SÓ OS METALÚRGICOS - PARTICIPEM MAIS PARA QUE AS CAMPANHAS SALARIAIS SE JAM CADA VEZ MAIS AUTÊNTICAS.**



# TRIBUNA METALÚRGICA

órgão oficial do sindicato dos trabalhadores nas indústrias metalúrgicas e de material elétrico de são bernardo do campo e diadema - dezembro de 1976

## Mensagem aos Trabalhadores

Há 1.976 anos, na família de um humilde trabalhador, nascia Jesus Cristo. Não se conhece muito de sua vida até que atingiu os trinta anos de idade. Supõe-se que até essa data Ele trabalhou ajudando José nos serviços de carpintaria.

Aos trinta anos Ele deixou sua família, pois tinha uma missão a cumprir, e passou a pregar uma doutrina nova, baseada no amor a Deus e no amor ao próximo. Escolheu doze homens que o seguiam. Eram também trabalhadores, na maioria analfabetos, gente simples e humilde. Sua vida pública durou apenas três anos. Ele nunca frequentou uma universidade, era tão pobre que não tinha nem onde repousar, preferia sempre a companhia dos mais pobres, nunca escreveu um livro, nunca falou em revolução, nunca se afastou de seu país, jamais exerceu qualquer cargo político. (...)

Ao pararmos, neste Natal, no findar deste 1.976, sabemos que nossa esperança está no homem, no homem simples, que ainda mantém uma certa capacidade de amar,

### ILUSTRÍSSIMO SENHOR GENERAL ERNESTO GEISEL DIGNÍSSIMO PRESIDENTE DO MEU BRASIL GRANDE E POTENTE PREZADO SENHOR:

Ao apagar das luzes de 1976, meu desejo sincero seria cumprimentar pessoalmente o Senhor Presidente. E poder expor, de viva voz, o que achei do trabalho do senhor, neste ano que se finda. (...)

Em primeiro lugar, teria de falar das providências que o Senhor tomou para que todos se sentissem tranquilos e passassem a acreditar que o Brasil, um dia, terá plena liberdade para desenvolver-se num clima de paz e concordia.

Entretanto, Senhor Presidente, escapa-me capacidade de análise desse quadro complicado, que é o da política. E nem seria possível no espaço de um simples bilhete. Por isso, eu prefiro me deter apenas num ponto, porque este diz respeito diretamente a nós, os trabalhadores: a última decisão de S. Excia., concedendo maior liberdade aos Sindicatos no que respeita às suas atividades administrativas, ou seja a lei que desobriga as entidades de submeter suas contas à aprovação do Ministério do Trabalho e que dá autonomia para a venda de bens sindicais. Pelo que entendi, Senhor Presidente, isso significa maior liberdade aos sindicatos e às assembleias dos trabalhadores em questões administrativas.

Achei, em princípio, formidável essa decisão, pois liberdade, como diz o pessoal que escreve livros e faz jornal, é sempre bem vinda. Entretanto, Senhor Presidente, vejo que se trata somente de uma liberdade pequena, de alcance limitado. O ideal seria que essa medida viesse acompanhada de outras providências que concedessem, em seu todo, autonomia e liberdade mais amplas à movimentação não apenas das diretorias sindicais, mas aos próprios trabalhadores. Leio sempre que o Senhor está interessado no fortalecimento dos sindicatos, que deseja um sindicalismo atuante e autêntico.

Estou seguro, por experiência própria, que essa pretensão só se concretizará quando os trabalhadores tiverem liberdade de negociar com seus patrões suas próprias condições de salário e de trabalho; quando puderem — sem as restrições da lei — promover um processo de convenção coletiva. Para isso, Senhor Presidente, precisaria que o governo de S. Excia. mexesse um pouco mais em nossa legislação trabalhista, restabelecendo antigos direitos dos operários, como por exemplo, o de poderem fazer greve. (...)

uma sensibilidade para ouvir a voz da razão e as razões do coração. A estes homens, nos quais incluímos a valorosa classe dos metalúrgicos, suas mulheres simples, seus filhos-esperança, seus pais cansados da luta, enviamos nossa mensagem de esperança. Esperança de que unidos podemos transformar à face da terra; esperança de um mundo mais justo, mais fraterno, mais irmão, pelo qual o Cristo viveu e morreu.

Nesta perspectiva, a Diretoria deste Sindicato deseja a todos um Feliz Natal e que, unidos, em 1977, consigamos concretizar os ideais de Justiça, Liberdade, Paz e Fraternidade, reservado na terra aos homens de boa vontade. A Diretoria.

### Ford: as irregularidades

#### que impedem a paz social

Na Ford Brasil S/A, a julgar pelas denúncias que nos chegam do ambiente do trabalho, a situação não anda nada boa. Uma série de irregularidades indica que a paz social está sendo quebrada. Aliás, paz social que ainda não chegou a se concretizar, devido ao tratamento dispensado aos trabalhadores, principalmente nos últimos anos. Mas, para quem interessar possa (ao Departamento de Fiscalização do Ministério do Trabalho, evidentemente), as irregularidades lá existentes são estas:

1— Na estamperia o barulho é tanto que já pode ser considerado poluição sonora altamente prejudicial à saúde; na seção de funilaria, fumaça e vapores tóxicos chegam a tontear os operários; na seção de pintura constata-se alto grau de insalubridade em consequência dos produtos usados, como tintas, tiner e vernizes; na usinagem do corcel, poluição sonora e fumaças de óleo; a situação é idêntica nas seções de tratamento térmico (muito calor e poluição sonora) e ponteadeiras.

2— Nos domingos a empresa exige que um grande número de empregados preste serviço, sem, contudo, determinar o plantão de um enfermeiro para casos de urgência.

3— Na Usinagem do Corcel, os operários são obrigados a fazer uma hora extra diária e mais 10 aos sábados. Trata-se de uma exigência muito severa, pois quem se recusa a obedecer, ou seja, vir trabalhar no período extraordinário (o que é contra a lei) é ameaçado de perder os aumentos de classificação ou mesmo de dispensa.

4— Há notícia de que a empresa não efetuou os depósitos do FGTS relativos às horas extras prestadas no período de 1/67 a 10/73, fato que está ocasionando descontentamento.

6— Quando acontece de o empregado ser afastado do serviço por doença e não recebe o dia justificado, ele só terá direito de reclamar em determinado dia do mês. Se não faz nesse dia, só pode reclamar no mês seguinte.

7— As carteiras de trabalho entregues ao Departamento Pessoal para as anotações de lei, são devolvidas com grande atraso, o que contraria a legislação que não permite a retenção desse documento por mais de 48 horas.

8— Os sanitários são muitos sujos, o que indica que a empresa não respeita os preceitos de segurança e higiene do trabalho.

# Aviso Prévio e os Abusos Empresariais

Em inúmeras oportunidades temos afirmado e com a mais absoluta convicção estar a nossa legislação trabalhista a merecer sérios e profundos reparos visando a sua atualização.

No que respeita a férias, por exemplo, já inúmeras reformulações foram propostas através do legislativo federal mas os «zelosos» representantes das classes econômicas sempre se encarregam de «trancá-las» ou barrá-las nas comissões, impedindo o seu prosseguimento ou pelo menos permitindo um debate mais amplo das mesmas.

Relacionado com este importante tema o Sindicato acaba de elaborar um ante-projeto sugerindo profundas modificações no referido instituto e encaminhando-o não só às altas autoridades da República, mas também a bancada paulista na Câmara Federal e Senado.

No que tange ao aviso prévio então a aberração é ainda maior, pois além de já estar superado no tempo e no espaço, ainda assim é objeto de grosseira burla por parte das empresas pouco escrupulosas.

As ditas empresas dispensam sumariamente o empregado, não pagam o aviso prévio legal, e o final tentam obrigar o empregado a aceitar «60 horas por acordo».

Se o empregado insiste em receber as 240 horas estabelecidas no artigo 487 da C.L.T., recebe a já conhecida resposta: «Vá reclamar na Justiça do Trabalho».

Para tornar mais insolente e revoltante a sua mesquinha atitude retêm demais as verbas referentes a saldo de salário, férias, 13º, Fundo de Garantia, etc., tentando através da pressão econômica obrigar o empregado a se sujeitar aquilo que elas despididamente classificam como «normas da empresa».

Opinião



ANO XXXVI — São Paulo Outubro/ Novembro / Dezembro — 1976 N° 260

Há outras empresas que também não são «flor que se cheira», que adotam critérios abomináveis, pois os mesmos depõem contra os mais comezinhos princípios de dignidade humana.

Ditos critérios consistem em manter fora da empresa os trabalhadores pré-avisados, obrigando-os a marcar seu cartão de ponto normalmente, ou seja: entrada, saída para o almoço, entrada e saída do 2º período de trabalho.

Ao empregado na fase de aviso prévio não lhe é permitido o ingresso nas dependências da fábrica, mas fica obrigado a marcar religiosamente seu ponto, permanecendo a perambular pelas imediações da empresa «judeu errante».

Se a empresa não necessita dos préstimos do seu empregado, por que não o dispensa sumariamente e lhe paga o que a lei preceitua?

O que ganha a empresa pagando as horas de um empregado, que não produz? E para que, obrigá-lo a vir até a fábrica marcar 4 vezes por dia o seu cartão de ponto?

O objetivo de tais empresas não é outro senão de ridicularizar e espezinhar os trabalhadores submetendo-os a humilhações incompatíveis com os mais primários princípios de solidariedade humana.

Já está na hora de punir com rigor empresários com essa mentalidade, que revelam antes de tudo não ter nenhum respeito pelos seus semelhantes.

O Homem não pode ser entendido como mero instrumento de trabalho, e deve ser respeitado como criatura humana, feito e criado à imagem e semelhança de Deus.

Empresários como esses que revelam vocação escravagista deviam ser convidados a passar umas «férias» atrás das grades para aprenderem a respeitar o próximo, bem como essa já superada e arcaica legislação trabalhista.

JOAQUIM DOS SANTOS ANDRADE

## GREVE DOS MOTORISTAS DE SÃO PAULO

O secretário municipal dos Transportes de São Paulo, Olavo Cupertino, o Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários e a Associação Paulista de Empresas de Ônibus negaram, no último dia 19, qualquer sucesso na programada greve de motoristas e cobradores de ônibus da cidade, garantindo que ela «não aconteceu». De acordo com a *Folha de São Paulo*, de 20/1, manifestos da desconhecida «União dos Motoristas em Transportes de Empresas Particulares» paulistas, distribuídos desde os primeiros dias de 77, chamavam os trabalhadores à greve por melhores condições de trabalho e salários.

Mas as versões dadas pelos proprietários de empresas de transportes aos jornais, especialmente daquelas que trabalham nas zonas sul e leste, da cidade, foram dife-

rentes. Na região de São Miguel Paulista, por exemplo, milhares de pessoas já se aglomeravam de madrugada à espera dos ônibus: a empresa que circula na área, a Auto Ônibus São Miguel, circulou no dia 19 apenas com metade de seus veículos. A Empresa Poá Ltda. que também serve na região, teve menos da metade de seus veículos nas ruas.

Edson Barbosa, da empresa Mar Paulista, que tem uma frota de 129 coletivos, disse à *Folha* que faltaram 34 motoristas e 59 cobradores. «Mas acredito que a maioria não compareceu ao trabalho com medo da represália dos grevistas», explicou. Outros proprietários explicaram aos jornais que o número de faltas tinha sido maior sim, mas «por causa das chuvas». A Viação e Garagem Mar Paulista distribuiu boletim aos seus empregados garantindo

«toda a segurança face a qualquer ameaça física de elementos que procuram conturbar a ordem e o trabalho», explicando que o movimento de paralisação «é ilegal, com características subversivas», anunciando que «já fornecemos aos órgãos de Segurança nomes e endereços de todos os funcionários da Viação» e apelando para «o bom senso e a responsabilidade de todos os funcionários»: «É hora de trabalhar, não se deixe iludir», informava o comunicado da empresa.

No dia 21, o presidente da Junta Governativa (interventora) do Sindicato dos Condutores de Veículos, Francisco Lima Freitas, se apressava em dizer que tinha sido informado por todas as empresas que, no dia 20, não houve «nenhuma falta», o que ele entende como malogro no segundo dia da paralisação. (J.C.B.) 28 JAN. 1977

Opinião

# Os sindicatos do carvão

21 de janeiro de 1977

O leitor Waldemar Corrêa Chaves enviou a Opinião carta por ele endereçada ao Ministro do Trabalho, "onde relato acontecimentos ligados aos sindicatos da região Carbonífera do Sul do Estado de Santa Catarina". Ao Exmo. Sr. Ministro do Trabalho Dr. Arnaldo Prieto Brasília - DF

O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Carvão de Criciúma sofreu intervenção em 1972. Em abril de 1976 foi anunciada a sua liberação para Setembro do mesmo ano, com a realização de eleições livres. Os Trabalhadores receberam com entusiasmo esta conquista (pois em mais de uma ocasião haviam feito abaixo-assinados, dirigidos a V. Excia., pedindo o levantamento da Intervenção que por mais de 4 anos vinha travando e até anulando algumas conquistas dos Trabalhadores, além de estimular, com essa inatividade, o afastamento entre estes e o Órgão de Classe). Imediatamente as lideranças começaram a contactar entre seus companheiros para comporem uma Chapa de OPOSIÇÃO, já que o Interventor Aristides Felisbino anunciara que encabeçaria uma chapa representando a Intervenção. As articulações nos meios operários continuam e o movimento oposicionista ganha força. Os representantes são escolhidos. O ímpeto deste movimento é tão grande que o Interventor Aristides Felisbino propõe a formação de uma Chapa de COALIZAÇÃO, onde ele próprio seria o presidente, e oferecendo o cargo de Secretário para a OPOSIÇÃO. Tal proposta é de imediato rejeitada nos meios operários e os Opositores continuam com seu trabalho de articulações.

Na noite do dia 20 de Maio de 1976 a sede do Sindicato amanheceu arrombada e, embora nada tivesse faltado, constou-se que "elementos estranhos" ali haviam adentrado e revolvido alguns papéis. O Interventor Aristides Felisbino informa aos Órgãos de Segurança do acontecido, e em 25 de Maio são presos os operários WALDEMIR CORRÊA CHAGAS (quando participava de uma reunião, na localidade de Mineração de Içara, discutindo detalhes finais para a formação da Chapa de Oposição, juntamente com Trabalhadores ali residentes), CEZAR JOSE RODRIGUES (em seu próprio local de trabalho) e no dia 26 de Maio são também presos WALDEMAR BRESCIANI e HERCILIO PINTO, todos sob a alegação de "presos para investigações".

Nada de "tão" excepcional haveria no caso, se não fossem exatamente os operários detidos os que encabeçavam o esquema da Oposição, e mais ainda, dentre estes (WALDEMAR CORRÊA CHAGAS, CEZAR JOSE RODRIGUES e HERCILIO PINTO) sai-

ria o candidato a presidente pela Chapa da Oposição, fato já decidido pelos Trabalhadores.

Presos, os operários foram levados para Florianópolis, onde permaneceram incomunicáveis durante 3 dias, prestando depoimentos aos Órgãos de Segurança, no fim do que "FOI CONSTATADO NADA TEREM A VER COM O REFERIDO ARROMBAMENTO". De volta a Criciúma, em 29 de Maio, os operários detidos souberam que terminara, no dia 28 de Maio, o prazo para inscrição de Chapas, e que somente a Chapa do Interventor Aristides Felisbino havia sido inscrita, pois com a prisão dos operários acima referidos, seus companheiros recuaram, preocupados com o clima de insegurança que se formou na região, agravado pela falta total de informações sobre os destinos de seus companheiros.

O primeiro objetivo tinha sido alcançado. Não haveria oposição nas eleições sindicais. Em Setembro, quando estas se realizaram, o desinteresse foi geral. Votos brancos, votos nulos, abstenções foram a tônica. Porém, através destes expedientes altamente duvidosos, pode a Intervenção permanecer no Sindicato, com o próprio Interventor, inclusive (porém agora como "Presidente Legitimamente Eleito").

Os interesses dos grupos econômicos da região venceram esta batalha, mas como bem sabemos, Senhor Ministro, a ganância pelo poder político e econômico não tem limites e as maquinacões maquiavélicas continuam, como bem o demonstra este segundo episódio que relatamos.

O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Carvão do Distrito de Rio Maina (Criciúma), emergindo de uma Intervenção (este também), teve suas eleições marcadas para os dias 03 e 04/11/76. Os operários de maior liderança sindical na região lançaram o nome do companheiro LUIZ MENDES XAVIER (nome de grande prestígio entre os Trabalhadores mais conseqüentes) e o movimento toma corpo rapidamente. Neste interim, o atual presidente (Aristides Motta) lança-se como candidato a presidente em uma Chapa representando a Situação. Vendo as mínimas (ou nenhuma) possibilidades de vitória para os candidatos da Situação, o Dr. Alberto Manente (Ex-Interventor do próprio sindicato e atualmente Juiz Classista em Curitiba-PR) visita o operário LUIZ MENDES XAVIER e propõe que se faça uma Chapa de COALIZAÇÃO (aqui também), onde seu candidato (Aristides Motta) seria o presidente, e oferecia o cargo de secretário (aqui também) para XAVIER. Este promove reunião com seus companheiros onde o assunto é discutido e repudiado de imediato. Na mesma oca-

sião, são acertados os detalhes finais e a Chapa de OPOSIÇÃO é formada tendo como candidato a presidente o operário LUIZ MENDES XAVIER.

Em 28 de Outubro de 1976 (cinco dias antes da realização das eleições) o Delegado Regional do Trabalho, Dr. Airtom Minogio do Nascimento (Ex-advogado do próprio sindicato quando da presidência do Dr. Alberto Manente - atual Juiz Classista em Curitiba), baixa portaria segundo a qual o operário Luiz Mendes Xavier seria inelegível (de acordo com as Leis Vigentes). XAVIER viaja a Florianópolis (em companhia de seu advogado) e entra com Mandado de Segurança, mas como não há tempo para julgamento do Mandado o Juiz concede Liminar, e em consequência, XAVIER pôde concorrer as eleições. Estas se realizaram na data prevista (03 e 04/11/76) votando mais de 70% dos associados e apresentando o seguinte resultado: Chapa da Oposição (LUIZ MENDES XAVIER)... 65,5% dos votos; Chapa da Situação (Aristides Motta)... 34,5% dos votos.

Após tomarem conhecimento dos resultados das eleições, os Drs. Alberto Manente e Airtom Minogio do Nascimento (Ex-Interventor e advogado do sindicato, respectivamente) não esconderam o descontentamento e alguns dias após foi comunicado à Diretoria que as eleições haviam sido anuladas, alegando que: 1) - Os operários votaram sob influência psicológica a favor da Chapa nº 2 (Oposição), tendo em vista "pretensas" pressões sofridas por Luiz Mendes Xavier para que não concorresse; 2) - "De acordo com as Leis Vigentes" o operário Luiz Mendes Xavier era inelegível.

Sem maiores explicações, numa clara desconsideração à vontade dos Trabalhadores, informaram que "oportunamente" seriam realizadas novas eleições, sendo que desta vez XAVIER não poderia ser candidato.

Este, Senhor Ministro, é o quadro que se apresenta na política sindical da região sul de Santa Catarina (região das minas de carvão) cujos sindicatos têm uma tradição de lutas sem paralelo no estado, com conquistas reais em prol da classe mineira, conquistas estas que, a partir das Intervensões Sindicais, estão sendo gradativamente perdidas (Ex. o mínimo profissional da categoria etc.) e com a transformação dos sindicatos em filiais do INPS (cujo atendimento na região é precaríssimo), enquanto se acentua, mais e mais, a exploração da mão de obra abundante e barata existente na região.

Senhor Ministro, desejamos que tais arbitrariedades tenham fim, e que nos seja, pelo menos, permitido escolher livremente nossos representantes.

## TRECHOS DA PASTORAL DA TERRA

A Comissão Pastoral da Terra, organismo ligado a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, reunida em Goiania, nesta data, na pessoa de seu Presidente, Dom Moacyr Grechi, bispo-prelado de Acre-Purus, de seu Secretário executivo, Padre Ivo Poletto, e de representantes dos 14 Regionais que a integram, vem a público manifestar-se sobre os recentes e dolorosos acontecimentos que envolveram bispos, padres, agentes de pastoral leigos e lavradores.

Após os já conhecidos incidentes de fins de outubro em São Geraldo do Araguaia, sul do Pará, o padre Florentino Maboni, missionário na região, foi detido pelas autoridades militares no momento em que levava uma mensagem de apoio do bispo Dom Estevão Cardoso de Avelar, de Conceição do Araguaia, às famílias dos posseiros que estavam sendo presos.

Mantido incomunicável durante vários dias, apesar das diligências de D. Estevão e de D. Alano Maria Peba, prelado de Marabá, e de outros bispos, inclusive da Presidência da CNBB, o padre Maboni foi submetido a torturas físicas e psicológicas. Sabe-se, de fonte segura, que o missionário, que estava preso em São Geraldo, era levado encapuçado, seguidas vezes, até Xambioá, na margem goiana do rio Araguaia, onde era torturado e interrogado. Os ferimentos que recebeu eram tão graves que ele precisou ser medicado durante o tempo que passou preso. Em São Geraldo, ele foi obrigado a capinar ruínas. Abordado por moradores que lhe perguntaram porque fazia aquele serviço, padre Maboni respondeu "que estava sofrendo porque queria estar mais próximo do povo". E, segundo D. Estanislau Kreutz, bispo de Santo Angelo, RS, diocese da origem do padre Maboni, o missionário passou 16 dias sem dormir, na prisão (cf. O Estado de São Paulo, 30-11-76, pag. 18).

Conhecendo-se estas circunstâncias torna-se desnecessário negar credibilidade a grosseira simulação de entrevista promovida pelo Correio Brasiliense, cuja direção obedecendo a inconfessáveis interesses econômicos, destacou um relatório policial para colaborar com os órgãos de segurança no interrogatório que seria publicado na edição de 17 de novembro, sob o título: "Padre Maboni declara à imprensa que ação da Igreja é mesmo subversiva".

Traumatizado pela torturas e ameaças, o padre Florentino Maboni, após ter sido colocado em liberdade, dia 26, recusou-se a recordar os terríveis dias que passara. Mas, para quem te-

O ESTADO DE S. PAULO

nha um mínimo de bom senso e esteja atento à assustadora frequência com que indivíduos presos em nome da "segurança nacional" assumem "confissões" e fazem "retratações", em troca da liberdade com que são contemplados em seguida - estes tristes acontecimentos bastam para fazer compreender que a Igreja no Brasil está passando hoje, como tantas e repetidas vezes, no últimos anos, por mais um momento de provação, do qual sairá purificada e forte na medida em que não recuar no compromisso evangélico com os pobres e marginalizados aos quais Jesus Cristo veio trazer a Boa Nova e aos quais prometeu sua ressurreição libertadora.

Nesse sentido, solidarizamos-nos com os bispos de Conceição do Araguaia e Marabá, D. Estevão e D. Alano, que também foram submetidos a massacrantes interrogatórios, durante dois dias e tiveram suas residências invadidas e vasculhadas pelos órgãos de segurança. Acompanhamos,...

Queremos ainda, nesta hora, expressar à CNBB nosso irrestrito apoio pela profética "Comunicação Pastoral ao Povo de Deus", elaborada por sua Comissão Representativa, que, com seriedade e coragem denuncia as raízes da injustiça da qual nascem situações como a do Sul do Pará, onde as vítimas são sempre os pequenos e aqueles que, na Igreja, com eles se comprometem.

É profundamente estranhável que, poucos dias após a divulgação dessa comunicação, se receba a notícia da "fuga" do assassino do padre João Bosco Penido Burnier, o ex-soldado Ezy Ramalho Feitosa e tres de seus cúmplices, da cadeia de Aragarças. Por isso, fazemos as palavras do documento da CNBB: (...)

Da mesma forma acreditamos que os conflitos de terra cada vez mais frequente e violentos de norte a sul do país, dos quais destacamos a tragédia do Vale do São Francisco com ação das companhias CODEVASF e CHESF que já expulsaram milhares de famílias da região e que prometem continuar, fato inclusive já denunciado em carta ao Ministro do Interior pelo Bispo de Propriá e ao Ministro Golbery do Couto e Silva pela Congregação, - não poderão ser superados dentro de um sistema em que o dinheiro compra a justiça e as consciências, e os pobres, procurando juntos o caminho da liberação, a Igreja que se encontra no meio rural brasileiro quer sempre caminhar.

Goiania, 7 de dezembro de 1976.

O ESTADO DE S. PAULO

ESTADO DE S. PAULO

### OS PORQUES DA EXPULSÃO DO PADRE

#### PELO GOVERNO

Fontes oficiais achavam que a expulsão do padre pode ser "um exemplo e uma demonstração de que o governo não apóia e não tolerará certos tipos de ação desenvolvidas pela Igreja no meio rural brasileiro, especialmente na Amazônia". Essas fontes não acreditavam que houvessem outras expulsões, "a não ser que o exemplo deixe de ser considerado como deve", mas destacavam que os órgãos de segurança continuarão investigando as influências consideradas externas ao meio rural.

#### PELA IGREJA

Alguns setores da Igreja acham que essa é a única explicação para as atitudes que estão sendo tomadas.

Os órgãos de segurança consideram "extremamente necessário" eliminar a ação pastoral da Igreja em áreas de tensão social por acreditar que ela estimula ainda mais a tensão e favorece o surgimento de conflitos armados. Por meio de medidas como a expulsão de alguns religiosos estrangeiros ou a caracterização para a opinião pública de bispos como cúmplices de ações subversivas, os órgãos de segurança esperam anular a influência da Igreja nessas áreas.

10 DEC. 1976

11 DEC. 1976

### GOVERNO RESPONDE A CPT

"Por injusta, desabida e inverídica, o governo, através do Ministério da Justiça, repete a nota distribuída à imprensa pela "Comissão Pastoral da Terra", organismo ligado à "Conferência Nacional dos Bispos do Brasil", sobre os episódios ocorridos em São Geraldo, município de Conceição do Araguaia, no Pará, em que foram assassinados dois soldados da Polícia Militar e, em seguida, envolvidos o padre Florentino Maboni e o bispo da região.

A ação das autoridades locais se vêm processando rigorosamente dentro das normas legais, sem qualquer abuso ou excesso. As alegações em contrário não assentam em

nenhum elemento de prova. Antes, são desmentidas por depoimentos vários e idôneos. Na verdade, partem elas de pessoas empenhadas em fomentar um clima de suspeição e desconfiança, a propósito de problemas fundiários.

O governo continuará firmemente empenhado na solução desses problemas e, bem assim, no combate à subversão e à desordem, muita vez alimentadas por quem, longe de cooperar no esforço das autoridades, instiga os ingênuos, alia-se aos agitadores e fomenta a intranquilidade, contribuindo para desfechos indesejáveis, que depois explode, tendenciosamente".

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE S. PAULO

## Religioso expulso faz denúncia

Autoridades eclesiásticas de Belém divulgaram ontem carta do padre italiano José Fontanella — expulso do país há 15 dias — na qual ele retifica as acusações que fizera a dom Estevão Cardoso Avelar, bispo de Conceição do Araguaia, em depoimento prestado a oficiais incumbidos de IPM na 8ª Região Militar. Fontanella reconhece ter acusado, d. Estevão de "esquerdista e comunista", mas afirma que isso ocorreu após ter sido "aliciado, pressionado e bombardeado continuamente com perguntas insidiosas e dialética capciosa". O padre italiano diz, também, que, ao fazer a declaração já estava "sem condições de controlar minhas faculdades". 22 DEC. 1976

O Estado do Pará

## RANGEL QUER PADRES LONGE DOS ÍNDIOS

28 DEC. 1976

A posição da Igreja Católica é sonhadora, feudal e atrasada em relação aos trabalhos desenvolvidos pelas missões religiosas junto às comunidades indígenas do País. Além disso, há uma minoria que encara o governo como perseguidor dos humildes, fazendo crer que as autoridades não se preocupam com os menos favorecidos, enquanto que outros elementos religiosos, em muitos casos, agem de maneira estranha e de má fé, colocando-se ao lado de grupos subversivos. Não reconheço o Conselho Indigenista Missionário como porta voz de coisa nenhuma, e nem como um órgão capaz de contribuir para qualquer coisa. Rangel Reis anunciou que, no próximo ano, a FUNAI afastará todas as missões que atualmente trabalham junto aos índios. "Ninguém vai cometer loucura", disse o Ministro; vamos procurar cumprir as metas do Presidente Geisel para daqui a trinta anos, quando todos os índios deverão estar devidamente integrados na sociedade brasileira".

NOVO COMUNICADO DA CNBB: MENSAGEM DE PAZ AO POVO BRASILEIRO

## "Paciência tem fim"

"O Dia da Paz, que em todo o mundo se celebrará a 1º de janeiro, seria uma celebração vã, se ela não se exprimisse através de uma decisão sincera por promover a paz.

Nosso povo tem imensas reservas pacíficas de paciência e de esperança, embora essas reservas não sejam inesgotáveis. (...) Mas cremos que também temos o direito de pedir que acreditem nas nossas intenções e que se exclua definitivamente a tenaz e absurda prevenção de taxar como subversão comunista todo clamor em defesa dos que não têm voz e todo gesto de solidariedade em favor dos oprimidos. (...)

E é esta a terceira e imperiosa condição da paz, que, como nos inculca o Papa, é não só possível mas obrigatória. A paz não é apenas uma possibilidade, mas um

O ESTADO DE S. PAULO

dever, do qual temos de nos desempenhar não somente com palavras, mas com obras. É com obras que procuramos demonstrar a sinceridade de nosso esforço. É a paz que buscamos em toda nossa atividade pastoral. Quando nos empenhamos na promoção dos humildes, neste vasto Brasil missionário, quando nos solidarizamos com todos os marginalizados pela expansão das fronteiras internas, mesmo quando, no cumprimento de nossa missão profética, denunciamos os abusos do poder, é a paz que cordialmente procuramos. Porque não pode haver paz sem justiça, e não pode haver justiça sem a segurança do direito que garante a todos as possibilidades reais de colaborar na realização do bem comum, aceitando os sacrifícios indispensáveis equanimemente suportados

e participando com equidade nos frutos do trabalho comum. Toda força exercida fora deste direito é violência, e a paz não se constrói com a violência, que gera o ódio e as discórdias entre os irmãos. Não confundimos a paz verdadeira com o silêncio imposto pelo medo das repressões arbitrárias. Não desejamos uma paz de cemitérios, mas uma paz que defenda a vida, em todos os seus aspectos físicos e morais. Queremos a paz que se constrói na alegria, no amor, na confiança e na participação de todos. Queremos uma paz que nos leve a uma união íntima e profunda entre os irmãos, na contínua construção de uma Igreja mais santa e despojada, porque unida pelos vínculos de uma verdadeira caridade, nascida, realmente, no coração de Deus.

31 DEC. 1976

## Regional do Cimi critica Funai

A Coordenação da Regional Norte-1 do Conselho Indigenista Missionário divulgou, ontem, comunicado manifestando seu protesto contra a atitude da presidência da Funai, que expulsou nos últimos dias três missionários que se encontram a serviço da prelatia do Acre-Furus.

Afirmam, que eles têm sido tolhidos no seu direito de evangelização, mas que "a Funai ou quem quer que seja não lhes tirará o direito de denunciar as injustiças que se cometem contra os povos indígenas da região".

"Aliás — temos algumas perguntas a fazer

O ESTADO DE S. PAULO

## Huet denuncia a "igreja comunista"

"A minha Igreja não é essa comunista, essa igreja progressista que está aí. Minha Igreja é aquela na qual meus pais me educaram. A minha religião é a mesma do padre Lefebvre, não essa progressista de pegar a hóstia na mão". As declarações são do presidente do Supe-

ao presidente da Funai: 1 — Por que expulsar pessoas qualificadas para atuar junto às comunidades indígenas e permitir, ao mesmo tempo que certos elementos autodenominados de "donos pais" ou "protetores de cablocos" continuem com livre acesso às áreas indígenas para satisfazerem interesses inqualificáveis? 2 — Como justificar a existência de alambiques de caça em áreas onde vivem centenas de índios? 3 — Por que aos missionários de outras confissões religiosas, como "Novas Tribos do Brasil" é dada permissão para desenvolverem suas ati-

dades em áreas indígenas, sem nunca serem molestados, e aos missionários do Cimi é negado o mesmo direito? 4 — Como explicar a prática generalizada de utilização de mão-de-obra indígena por administradores de fazendas, projetos agropecuários e seringais? 5 — Por fim, poderíamos pedir, ainda, satisfação sobre algumas certidões negativas que misteriosamente vieram parar em mãos de proprietários de empresas agropecuárias, possibilitando que estes senhores invadissem áreas secularmente pertencentes aos índios." 1 JAN. 1977

rior Tribunal Militar, brigadeiro Huet Sampaio, à imprensa, logo após inaugurar, em Belém, a nova sede da Auditoria Militar, e de lamentar, em seu discurso, "movimentos de rebeldia envolvendo gente simples e alguns religiosos, com perdas de vidas de ambas as

partes". Huet qualificou tais movimentos como "lutas inglórias entre irmãos, que só servem para favorecer os interesses do comunismo", referindo-se aos recentes conflitos em São Geraldo do Araguaia, que envolveram o padre Florentino Maboni. 9 DEC. 1976

O ESTADO DE S. PAULO

## ERASMO: PADRES E SUBVERSIVOS

O secretário da Segurança Pública, coronel Antônio Erasmo Dias, em entrevista à imprensa, ontem afirmou que alguns setores da igreja tem mantido contatos com aquilo que nós denominamos célula terrorista comunista marxista mais

bem organizada que há no Estado de São Paulo que é o presídio da Justiça Federal no Barro Branco. Duas cartas — uma do bispo Tomás Balduino, de Goiás, ao preso Hamilton Pereira da Silva e outra de Paulo de Tarso Vannuchi, também preso, ao frei

Domingos da igreja São Geraldo, nas Perdizes — foram exibidas e liberadas à imprensa pelo secretário, para comprovar a ligação de certas áreas do clero com a subversão. As cartas foram censuradas no próprio presídio, conforme informou Erasmo Dias

## D. TOMAS: ERASMO INSEGURO!

"Não fica bem a um secretário de Segurança, como o coronel Erasmo Dias, ver fantasmas rondando os presídios ultraprotetidos de São Paulo. Não é bom para o Estado ter um secretário de Segurança tão inseguro assim. A meu ver, o escândalo farisaico feito pelo coronel a propósito de uma carta — resposta que enviei a um preso político em São Paulo — só pode ter duas considerações: ou uma carta desse tipo é fato considerado realmente perigoso para a segurança nacional, ou o secretário de Segurança está aquém de sua missão".

"A afirmação feita pelo coronel de que sou comunista — continua — merece uma análise. Sua conclusão

é, na verdade, maior do que a premissa de minha carta. Ele falta totalmente à lógica em suas afirmações. Concluir que eu seja comunista por endereçar uma carta a um comunista é algo exorbitante. Por outro lado, reforçar a conclusão pelo fato de eu criticar e não concordar com a doutrina de segurança nacional é igualmente exorbitante. Se o coronel quer mesmo acusar-me de comunista, que use argumentos mais convincentes, ou menos primários".

Dom Thomás faz ainda duras críticas aos religiosos que não quiseram assinar o documento da CNBB (como é sabido, o documento não foi aprovado por todos os

participantes da assembléia). "Na minha opinião — concluiu — atitude isolada foi tomada pelos cardeais e bispos que não se solidarizaram com o documento. Aceitá-lo, aprová-lo e divulgá-lo, isto sim, é uma atitude profundamente colegiada e profundamente eclesial. E nesta posição, como pastor, que eu me sinto atingido por toda esta movimentação, partida do secretário de segurança acho que essa mobilização por parte do coronel se apóia mais num pretexto, ocultando sua real intenção. O pretexto da acusação seria a minha carta, mas o motivo, ou objeto que ele não revela como alvo, é a própria Igreja, atingindo um de seus bispos". 17 DEC

## Rádio oficial cancela programa religioso

O governador Geraldo Mesquita, do Acre, determinou a extinção do programa "Somos todos irmãos", levado ao ar semanalmente pela prelaquia do Acre-Purus, por intermédio da Rádio Difusora Acreana, de propriedade do Estado. Inicialmente, dom Moacyr Grecchi tentou contornar o problema, mas de-

pois que os padres da prelaquia tomaram conhecimento da atitude do governador, optou-se pelo rompimento formal

As divergências entre o bispo e o governador vinham se acentuando nos últimos meses, embora houvesse esforço, de ambas as partes, para atenuá-las. Chegaram a um

ponto difícil, porém, na semana passada, quando dom Moacyr comentou recentes declarações do brigadeiro Huet Sampaio,

Dom Moacyr lamentou muito a decisão do governador porque só através da emissora do governo conseguia falar diretamente ao homem do campo. 21 DEC. 1976

## TENDENCIAS NA HIERARQUIA DA IGREJA

D. AVELAR

O cardeal D. Avelar Brandão Vilela, arcebispo de Salvador e Primaz do Brasil, disse ontem que o documento da CNBB, opinando vibrantemente sobre falhas estruturais de nossa realidade, não teve tempo de estudar a posição do Cristianismo diante das ideologias marxistas, nem pôde examinar a situação dos países da área comunista nas suas estruturas viáveis. Por isso, o cardeal sugeriu que o documento — "Comunicação Pastoral do Povo de Deus" — fosse ampliado e completado em sua análise universal, para que o pensa-

mento cristão católico possa emergir com mais nitidez e segurança". 4 DEC. 1976

D. ALOISIO

O presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB — e do Conselho Episcopal Latino-Americano — Celam —, dom Aloisio Lorscheider, não fez qualquer comentário sobre a nota oficial distribuída ontem, pelo Ministério da Justiça, a respeito do comunicado divulgado pela Comissão Pastoral da Terra da CNBB. O cardeal-arcebispo de Fortaleza disse que desconhecia o documento da Comissão.

Em resposta ao discurso do brigadeiro Huet Sampaio, o presidente da CNBB declarou que "a Igreja, desde o

seu início, tem repellido o comunismo como intrinsecamente mau. A atitude da Igreja continua sendo a mesma em nossos dias. Jamais houve mudança no seu modo de pensar e nas suas precauções contra o materialismo avassalador inserido no ser e agir comunista". 9 DEC.

D. VICENTE

O Cardeal Vicente Scherer, arcebispo de Porto Alegre, condenou ontem os que estão fomentando uma crise entre a Igreja e o Governo no Brasil" e disse que isso "é uma campanha apaixonada e caluniosa". Dom Vicente voltou a criticar o "Comunicado Pastoral ao Povo de Deus", da Conferência Nacional dos Bispos do

Para CNBB,  
Erasmus quer  
confundir

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil considerou que a divulgação das cartas trocadas pelo presidente do Conselho Indigenista Missionário, D. Tomás Balduino, e pelo frei Domingos Maia Leite com presos políticos está situada num contexto destinado "a confundir a ação social da Igreja com a atuação subversiva, com o objetivo de pressionar o clero a modificar sua linha pastoral, voltada para a defesa dos direitos humanos e dos interesses das camadas mais desprotegidas da população". A divulgação das cartas foi feita pelo secretário de Segurança do Estado, coronel Antonio Erasmo Dias. Depois de uma audiência de meia hora, ontem, com o presidente Geisel, o nuncio apostólico, D. Carmine Rocco, revelou que há algumas dificuldades nas relações Igreja-Estado, "mas não se pode falar em crise". No entanto, ontem, o secretário-geral da Comissão Pastoral da Terra, D. Ivo Polletto, confirmou o teor do documento divulgado pela CPT que denuncia torturas no padre Florentino Maboni, e que foi classificado pelo ministro da Justiça como injusto, inverídico e descabido. 17 DEC. 1976

Brasil, e mostrou diversos exemplos de "distorções da realidade brasileira" por jornais e revistas do exterior. Os comentários do cardeal foram divulgados em seu programa radiofônico semanal "A Voz do Pastor". 28 DEC. 1976

A necessidade de integração entre a Igreja e o governo foi a principal conclusão do encontro que o secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB —, dom Ivo Lorscheider, manteve com 110 políticos — prefeitos, vices e vereadores — de 19 municípios da região de Santa Maria, a 303 quilômetros de Porto Alegre.

"Acredito — disse dom Ivo — que houve uma grande unanimidade na definição do bem comum no sentido de uma formação do espírito comunitário entre as populações para assim, juntos — governo, povo e Igreja —, conseguirem o verdadeiro desenvolvimento que se busca, desenvolvimento não no sentido de paternalismo às comunidades, mas quanto à responsabilidade da atuação de todos" | 4 DEC.

D. MOACIR

"Creio ser bom lembrar aos que pretendem dividir a Igreja através de calúnias, ameaças e perseguições, que ela é uma instituição, a única na História, que sobreviveu a todas as formas de governo e de regimes políticos. Temos uma longa e gloriosa experiência de martírio, a começar pelo nosso Mestre, crucificado por ordem das autoridades judaicas e romanas. A perseguição serve para nos unir; as difamações para nos enaltecer; as ameaças para nos encorajar; a morte para nos glorificar em nossa missão".

A afirmação é de dom Moacyr Grechi, bispo da prelazia de Acre-Purus. Dom Moacyr constata a existência de tensões entre a Igreja e o governo e observa: "Se o governo dá aos pobres a notícia de um galopante custo de vida, procura manter o povo na cegueira

O ESTADO DE S. PAULO

através do esvaziamento dos mecanismos de participação popular e favorece os grandes latifundiários em prejuízo das famílias que há anos moram em suas terras, é compreensível a existência de tensões". 28 DEC.

D. FERNANDO

Apontando a existência de uma "cortina de ferro e fogo que dificulta a comprovação jurídica do clima de terror que impede as testemunhas de identificarem-se e assinarem os seus depoimentos", numa clara referência ao silêncio do padre Florentino Maboni, o arcebispo de Goiânia, D. Fernando Gomes dos Santos, declarou ontem, no Rio, que, se não fosse isso, "o senhor ministro (Armando Falcão) não teria a ousadia de chamar de inverídico o testemunho dos responsáveis pela CPT" (Comissão de Pastoral de Terras).

"Há todo um contexto — diz a nota — publicado nos jornais que demonstra a veracidade dos dolorosos fatos ocorridos e denunciados. Isso só acontece porque o sistema emprega todos os meios para silenciar, não só os que sofrem as torturas, como aqueles que, mesmo querendo fechar os olhos ou, se afastando do lugar do crime, não conseguem deixar de ver os torturados, ouvir seus gritos e testemunhar uma ou outra cena de sevícias". 29 DEC. 1976

D. JOSE

O LIBERAL 12 DEC. 1976

JOÃO PESSOA — Falando por ocasião da solenidade comemorativa do 28 aniversário da declaração universal dos direitos humanos, o arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires, disse que hoje os homens se separam e se distanciam não por pertencerem a religiões diferentes, por se filiarem a ideologias opostas, mas, por interesses econômicos.

— O econômico, porém — justificou Dom José — não é a fonte única de violação dos direitos. Ele não caminha só. Tem como aliado principal o político. Sem o apoio do poder político, o sistema econômico não se manteria de pé. Para sustentar o sistema econômico, o poder político tem que cercar a liberdade dos indivíduos, evitar o debate franco e aberto de questões julgadas importantes e impede a participação direta do povo nas decisões. A sociedade é organizada não a partir daquilo que o povo considera seus interesses mas a partir daquilo que o pequeno grupo que tem o poder de decisão considera como interesse do povo.

D. TOMÁS

DE FATO JAN. 1977

De Fato — Como o senhor vê as relações entre o governo e a Igreja ultimamente? Houve mudanças? Se houve, em que sentido?

D. Tomás — Preciso distinguir do ponto de vista de cúpula. Parece que se insiste num bom relacionamento, de cúpula para cúpula. Quanto aos outros órgãos governamentais, com referência à mesma Igreja, existe todo um aparato oficial com relação aos bispos, sobretudo aqueles mais comprometidos com um trabalho de evangelização numa linha libertadora. A tensão é muito forte, e se este mesmo governo estaria ausente, creio eu, de algumas dificuldades de toda ordem no sentido de censura, no sentido de uma suspeita, de uma propaganda de desmoralização e de uma participação direta em atos de violência, pelo menos há uma omissão em procurar esclarecer as responsabilidades desses atos. É nesse sentido que eu vejo, num plano menos de cúpula, menos diplomático, uma verdadeira tensão, e em alguns setores um conflito, pelo menos surdo, que se faz sentir.

## Para líder xavante, Rangel procura manter ignorância

"Parece que o ministro Rangel Reis quer que o índio continue ignorante como no passado, igual a um bicho do mato. Ao governo parece que não interessa que os missionários ensinem o índio a se tornar emancipado, pois assim o índio exige mais: quer máquinas para suas lavouras, quer a sua terra garantida, quer escolas e hospitais como qualquer civilizado. Por isso, o ministro acha que os missionários estão tornando o índio muito perigoso. Isso é um crime do ministro e, quando eu for a Brasília, vou dizer isso a ele".

O chefe xavante Mário Juruna fez essas críticas ontem, em Cuiabá, ao ministro do Interior, a propósito de

suas recentes declarações de que pretende impedir as missões religiosas de continuarem atuando junto às tribos. Mário condenou também a política de rápida integração do índio à comunidade nacional, outra idéia defendida por Rangel. Para ele, o ministro "não conhece nada de índio, pois, se conhecesse, não falava que índio precisava se civilizar logo". E Mário acrescentou: "Do jeito que ele quer, o índio vai acabar. Todo mundo vai ficar pedindo esmola. E a terra, que é do índio, vai ficar para quem, quando o índio acabar? Acho que fica para o governo ou então para os grandes fazendeiros. É preciso tomar uma providência. Quem não conhece a problemática do índio não devia falar nada. O ministro

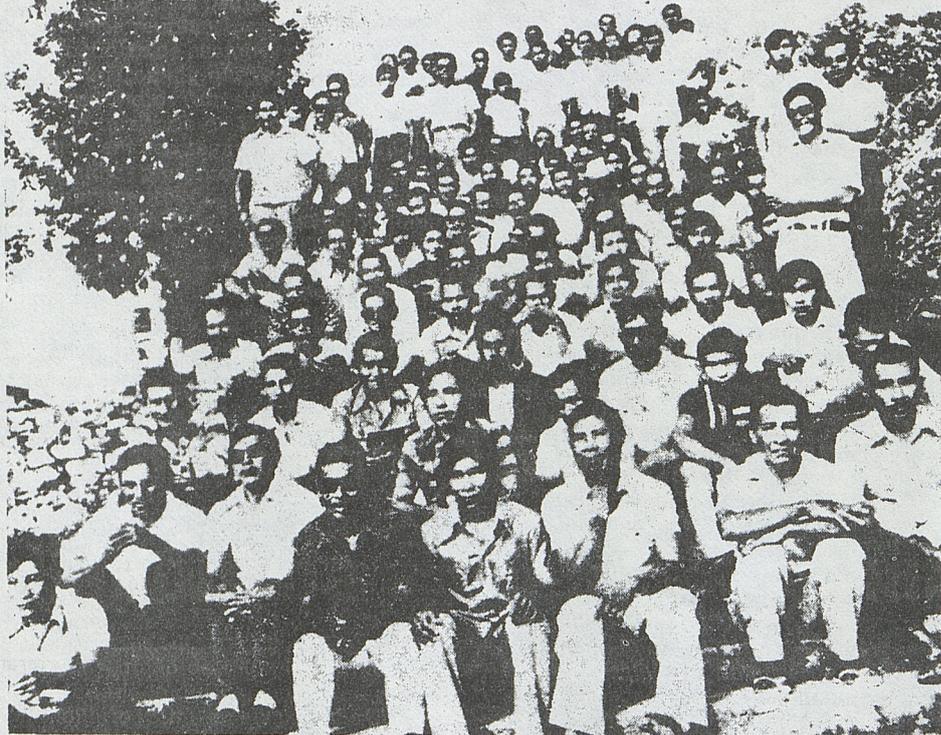
poderia ter ficado calado".

### PROJETOS

Mário afirma que "os missionários ensinam o índio, ajudam nosso povo a ter mais consciência, saber o que é bom e o que é ruim para ele. Ensinam a ler e escrever. O índio mais sabido, mais consciente, parece que é perigoso para o governo". Outro índio de Mato Grosso, Daniel Cabixi, um dos mais esclarecidos da nação pareci, também analisou ontem as posições do ministro Rangel Reis e reforçou os pontos de vista de Mário Juruna. Segundo Daniel, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) "despertou em poucos anos a consciência dos povos indígenas, fez nascer a coesão dos diversos grupos na defesa

de seus direitos e mostrou valores pelos quais os índios lutam hoje, mas que não são reconhecidos pela política oficial".

Ele criticou também os projetos comunitários da Funai, "de objetivo puramente econômico, quando o mais importante, a curto prazo, é despertar a consciência de povo entre os índios, fortalecer sua coesão para que eles decidam sem imposições seu próprio destino". E Daniel chegou a ironizar: "É quase uma brincadeira falar de projetos econômicos, de projetos de saúde, quando o índio se sente um estrangeiro na sua própria terra, ameaçado a todos os momentos pelos grandes fazendeiros e grileiros" | 4 JAN. 1977



A reunião dos caciques, antes da chegada do delegado da Funai

JORNAL DA TARDE

## reunião de 150 caciques dissolvida pela Funai

Uma reunião de 150 líderes indígenas, coordenada pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e pela prelazia do território de Roraima, foi bruscamente interrompida no último sábado pelo delegado da Funai em Boa Vista, José Carlos Alves, e agentes da Polícia Federal. O delegado impôs como condição para permitir o prosseguimento do encontro a retirada do presidente do Cimi, d. Thomas Balduino, bispo de Goiás Velho. O bispo, porém, afirmou que só preso deixaria o local do encontro — a missão religiosa do Surumu — e disse que a expulsão de um bispo, hospedado numa casa da igreja, feria a própria Constituição.

Em Brasília, alegando que a Funai "não é a casa da sogra", o presidente desse órgão, general Ismarth de Araújo Oliveira, afirmou ontem, que partiu dele a ordem de dissolver a reunião. Segundo o general, a assembléia foi um ato ilegal, uma maneira encontrada pelo Cimi para burlar uma determinação oficial que impede os índios de participarem de qualquer reunião. Afirmou também que representantes do Cimi estão proibidos de entrar em áreas indígenas e que ninguém pediu autorização para promover a reunião.

O encontro de caciques macuxis, wapi-xana e tauarepang, que representam cerca de 10 mil índios (um sexto da população total do território de Roraima), foi interrompido em seu segundo dia, quando todos os índios presentes já haviam prestado seu depoimento. Logo depois do almoço, chegou à sede da missão, a 200 quilôme-

tros de Boa Vista, uma perua da Funai com o delegado José Carlos, o sertanista Sebastião Amâncio e um policial. Outra perua ficou estacionada, perto da missão.

Diante da reação do bispo, que disse que só deixaria o local se fosse preso, o delegado resolveu interromper o encontro, tarefa que ele diz ter considerado "profundamente constrangedora". Os caciques, ou tuxauas, como eles se denominam, ouviram uma breve exposição do delegado da Funai, que não falou sobre as causas reais da intervenção, ou seja, as divergências que existem entre a Funai e o Cimi. Ele disse apenas que havia um "tuxaua" em Brasília que não tinha gostado do encontro por não ter sido convidado.

Surpresos, os índios começaram a fazer perguntas e um deles, o macuxi Cirino, um dos índios mais ativos do encontro, disse ao delegado que a reunião tinha sido realizada pelos padres porque os índios não conseguiam dialogar com a Funai, que está "do lado dos fazendeiros". O representante do órgão reconheceu que a Funai trabalhava com muitas deficiências, mas garantiu que ela estava bem intencionada e ia pensar na proposta feita pelo índio de organizar uma nova reunião.

Essa foi a primeira vez que os representantes da população indígena de Roraima puderam discutir abertamente seus problemas, que estão se tornando cada dia mais graves: as grandes empresas agropecuárias não respeitam as áreas indígenas ainda não demarcadas.

O ESTADO DE S. PAULO

## quadro crítico

16 JAN. 1977

Do polêmico encontro de chefes indígenas realizado em Roraima, e que foi dissolvido pela Funai, sobrou, além do rompimento agora sacramentado entre a Fundação e o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) o depoimento de quase 50 "tuxauas" (caciques), que delinearam um quadro realmente crítico da situação de parte representativa dos 25.000 índios que vivem no território. Quase todos os grupos tiveram suas terras invadidas pelas grandes fazendas que estão se instalando em Roraima, onde os pastos naturais têm despertado a cobiça dos criadores de gado. Ilhados em suas malocas, já cercadas pelas fazendas, os chefes denunciariam que os novos proprietários têm incentivado o alcoolismo entre os índios, proibindo-lhes, ainda, atividades como a pesca, a caça e o plantio.

Os índios presentes ao encontro representavam cerca de 10.000 macuxis, tauarepang e wapi-xana, em geral empregados nas grandes fazendas como peões. Valdir, da maloca maracanã, contou que, como segundo capataz, ganha um salário de 20 cruzeiros por dia. "Acontece que nós não temos onde comprar as coisas que precisamos e os patões aproveitam para vender mercadoria muito cara. Uma blusa, por exemplo, custa 180 cruzeiros e, no fim do mês, temos uma dívida com o fazendeiro maior do que o nosso salário."

JORNAL DA TARDE

## Protesto

7 JAN. 1977

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) divulgou ontem nota de protesto contra a intervenção da Funai na assembléia de chefes indígenas tuxauas das tribos Makuxi, Wapi-xana e Tauarepang, que se realizava no último sábado nas dependências da missão dos padres da Consolata, em Roraima.

## Oito nações discutem a posse da terra

A reunião de representantes de oito nações indígenas de Mato Grosso, realizada na semana passada na aldeia nhambiquara de "Tira-Catinga", "obteve pleno êxito" afirmou ontem, em Cuiabá, o padre Antônio Iasi Júnior, secretário-geral do Conselho Indigenista Missionário - Cimi.

O problema da posse da terra, sempre ameaçada por fazendeiros e grileiros, constituiu-se, mais uma vez, no principal tema da reunião dos chefes indígenas onde estavam representados os grupos nhambiquaras, murkee, canoeiros, parecixavante, tapirapé, bororo e irantxe.

Wamuhe, um chefe xavante, aconselhando outros grupos que, ao contrário dos xavantes, não têm garantida a posse de suas terras, afirmou: "Vocês não ficar na moleza, não. Fazendeiro entrar? Manda para trás. Tem muito branco safado". Terroxaa, outro chefe xavante, completou:

"Eu representante de chefe. Eu não quero brigar. Vem para ajudar legítimos brasileiros, primeiro que está aqui nesta terra, não é brasileiro? Branco não está matando nós

com arma de fogo. A doença transmitida do branco é que está acabando com nós. Então ficar unido para resistir branco que está entrando. Quando branco atacar primeiro, nós guerra para civilizado".

O chefe parci João Aesumaere, da aldeia do Rio Verde, no quilômetro 405 da BR-364, contou que há algum tempo, quando disse ao delegado da Funai, em Cuiabá, o coronel da reserva Rubens Pinho, que seu grupo pretendia defender a qualquer custo sua terra, aquele delegado o ameaçou dizendo que o Exército poderia "agir com toda força contra os índios" caso estes assumissem essa posição de defesa. E acrescentou o chefe parci: "É isso mesmo que nós quer. Para acabar logo. O Exército vem acaba logo de uma vez com o nosso sofrimento. Eu fiquei muito triste quando o coronel falou daquele jeito".

"É motivo de alegria", disse Iasi - saber que os índios estão tomando consciência de seus problemas e ver o ressurgimento da autêntica personalidade do índio livre e corajoso.

sobretudo sem qualquer assistência. As autoridades locais, que deveriam ser apoiadas pelo Governo estadual, são totalmente despreparadas. Não há recursos, imaginação, nada. Um político local tenta apenas manter seu feudo, resistir aos novos ares. Geralmente os partidos políticos se dividem da forma mais radical, sem contudo se opor ao Governo. Só Arenas: 1,2 e 3.

### A IGREJA

Há muito tempo, muito antes do Governo chegar, a Igreja já estava na região. Primeiramente através das missões, comuns em todas as regiões da Amazônia e depois, como consequência natural acompanhou todo esse processo de migração.

Ao mesmo tempo em que se pode acusar a Igreja de desenvolver um trabalho, como querem alguns "subversivo", dessa mesma forma pode-se jogar contra o Governo a acusação de que a sua presença tem o caráter puramente repressivo. A ação do Governo só acontece quando existe uma situação explosiva. Foi assim em São Geraldo, quando da emboscada que os posseiros armaram aos homens da PM do Pará e foi também assim no episódio de Vila Rondon, quando num tiroteio morreram o norte-americano John Davies e seus dois filhos. Nos dois casos, seguiu-se uma ação repressiva da polícia de incriáveis proporções. No primeiro caso, mais de 30 pessoas foram surradas, tiveram suas casas queimadas, entre outras violências. No segundo episódio, pior, além das habituais violências, de responsabilidade da polícia do Pará, 30 posseiros ficaram presos e enquadrados na Lei de Segurança Nacional (Artigo 159) que no máximo prevê detenção por 30 dias, sendo 10 em incomunicabilidade. Passados seis meses, 11 deles ainda estão no presídio São José, em Belém, mesmo tendo passado para a responsabilidade da Justiça Comum. Foram desenquadrados da LSN por julgo da autoridade da Justiça Militar de Belém, que julgou improcedentes tais argumentos.

### DISTINÇÃO

Mas o posseiro, o migrante, consegue separar Governo e Polícia. Polícia é uma coisa: temida e contra a qual muitas vezes é preciso reagir. Para se ter uma idéia, até os investidores que vieram do Sul do País (especialmente do Interior de São Paulo) e que se estabeleceram na região da PA-70 pedem proteção contra a polícia. Na cidade de Rio Maria o destacamento policial cobra uma "taxa de transporte". Isso quer dizer o seguinte: se alguém é proprietário de terra e dentro da sua propriedade acontece um crime, geralmente uma briga entre peões, o que é muito comum, a polícia é chamada mas cobra uma média de dois mil cruzeiros de quem fez a queixa. Numa região de aventureiros a polícia, também ela, não é uma exceção. É pior, ela goza de certa impunidade porque não há nenhuma força superior e fiscalizadora.

O Governo, esse grande ausente, para o pessoal da região está acima dessas contradições. Não tem nenhuma responsabilidade. O governo é sempre bom, um dia vai chegar, resolver os problemas e acabar com as injustiças. Não existe posseiro que tenha perdido esperanças. O que acontece às vezes é o desespero, como no caso de Vila Rondon, quando todos se revoltaram porque o sr. John Davies resolveu cercar uma lagoa que garantia a água de todas as pessoas que viviam nas redondezas.

2 de janeiro de 1977

## A área mais tensa do País

ANIBAL FERNANDO,  
enviado especial

Em seis anos, a partir de 1970, por uma série de fatores foi se formando no Sul do Estado do Pará, e no Norte de Goiás, o que se considera hoje o principal centro de tensões sociais no País.

No início de tudo, a rodovia Transamazônica. Saindo do Nordeste, atravessando o Maranhão para atingir o Pará, através das cidades de Marabá e Altamira, essa estrada abriu a possibilidade de deslocar parte da população nordestina, que veio em massa ante a perspectiva de obter uma propriedade rural, num solo de boa qualidade.

Desordenadamente, mas com total cobertura do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), os primeiros colonos foram sendo assentados às margens da rodovia, especialmente no trecho compreendido entre Marabá e Altamira. Em nove agrovilas, procurando-se agrupar os migrantes que vinham de uma mesma região, o Incra instalou pequenas cidades de madeira, com posto médico, escola, e demais serviços.

Mas logo começaram as invasões. Em cinco anos, a cidade de Altamira passou de 3 mil habitantes para mais de 20 mil. A corrida para a Amazonia estava no auge e o plano do Incra não dava resultado. A corrida aumentava, famílias inteiras de nordestinos, em caminhões ou a pé, invadiam a área e acabavam em barracos miseráveis em Altamira e Marabá à espera de serem também eles assentados. Vinham sem dinheiro, sem objetos e eram comuns filhas imensas em Altamira até para a distribuição de pás. Os índices de malária chegaram a atingir mais de 30 por cento, a mortalidade infantil disparou. A região toda, e especialmente Marabá, foram na época os pontos cruciais de tensão social.

O tão falado paraíso amazônico revelava-se, na prática, uma cruel opção. Só metade das agrovilas prosperaram, garantindo-se no plantio do arroz. O solo, a exceção de pequenas manchas roxas próximas a Altamira, era pobre. De qualquer forma, só os melhores colonos tiveram condições de se estabelecer.

Marabá, naturalmente a porta de entrada da rodovia Transamazônica,

tornou-se a partir de 1972 o principal foco dos problemas. Ficava no meio do caminho, entre os que voltavam desiludidos e os que chegavam. A migração, a partir desse momento, tomou outros rumos. Desceu para o Sul e se encaminhou pela nova rodovia PA-70 que, saindo de Marabá, desbravou todo o Sul do Pará, no que hoje forma o "Polo Carajá", uma tentativa do atual governo de criar áreas específicas para a colonização e exploração da Amazonia. Essa região foi definida como de interesse da mineração (o ferro da Serra dos Carajás) e agropecuário. Ao mesmo tempo em que continuava a migração do nordestino pobre, outras populações do estado de Goiás atravessavam o rio Araguaia. Com financiamentos fartos da Sudam, grandes projetos agropecuários foram chegando a região e hoje os municípios de Conceição do Araguaia, Santana do Araguaia, e São João do Araguaia reúnem algumas fazendas das maiores do Brasil.

Mas como o Incra não atuava nessa região, (estava por demais ocupado tentando resolver os problemas na Transamazônica) as terras sem demarcação, tanto favoreciam a grilagem como a invasão por parte do posseiro que, com o passar do tempo, foi obrigado a constantes deslocamentos. Indo sempre para pontos mais distantes, onde o possível dono da terra não aparecesse.

Os três municípios dessa região do Sul do Pará, juntos, têm uma população de 77.600 pessoas (dados de 1974, da Sudam), sendo que desses, 43.800 são migrantes que vieram de outros Estados.

### AGUERRILHA

Os problemas que o Exército enfrentou de 1972 a 1974, com o movimento guerrilheiro nessa região, foram superados. A região próxima a São Geraldo, o foco principal, está limpa. A partir de 1972, as ações de guerrilha se iniciaram na região, e denunciavam uma preparação estudada e minuciosa. Essas localidades, abaixo de São Geraldo, acompanham a margem do rio Araguaia e compreendem os lugares de Pará da Lama, Porto da Marcelinense (uma antiga madeireira), Santa Luzia e Porto Boa Vista do Pará e Perdidos. Essa região ficou com-

pletamente isolada até o final de 1974, quando o Exército conseguiu isolar os poucos guerrilheiros que restavam. No início, informa-se na região, deveria haver um grupo entre 50 a 70 homens muito bem treinados, com uma grande capacidade de locomoção. Os próprios mateiros, que na época trabalharam para o Exército, dão essa informação. Notícias não confirmadas, mas correntes na área, falam da presença de estrangeiros entre os guerrilheiros. Mas até hoje os habitantes lembram com horror os tempos passados, quando ficaram completamente isolados. Hoje não se nota a presença do Exército na região. Apenas alguns homens, entre os locais, estão encarregados de avisar sobre a presença de pessoas estranhas. E só. De resto, a impressão de que os guerrilheiros não conseguiram de fato nenhum laço com essas populações e caíram, também eles, no isolamento, com toda a espécie de dificuldades.

Passados esses tempos de exceção, como as autoridades vem hoje o problema da região? O presidente do Incra, Lourenço Vieira da Silva, após os conflitos em Perdidos, nos quais foram mortos dois soldados da Polícia Militar do Pará. (Há notícias de que também dois posseiros morreram), em discurso feito em São Geraldo, recentemente, alertava os posseiros, enquanto distribuía títulos de terras, sobre a ação de insufladores e possíveis subversivos. Foi ameaçador para o posseiro que ouviu e de um raciocínio demasiadamente simples para quem analisou. O Incra, que sempre esteve ausente na região, aparecia de repente e desconhecendo a situação, ou fazendo-se de esquecido, minimizava o problema, reduzindo-o à expressão mais simples: "Subversão".

Justamente pelas operações de guerra, toda essa região ficou isolada por dois anos. Com a construção da rodovia PA-70 e com o fim dos conflitos, a migração aumentou muito, e aí os problemas foram de outra ordem. Camponeses sem terra, ao lado de imensas fazendas (muitas delas ainda em começo de implantação, quase improdutivas). Somados aos problemas já enfrentados pelo homem natural da região, que de uma hora para outra se viu envolvido,

FOLHA DE S. PAULO

## REPRESSÃO À LUTA DOS POSSEIROS

SÃO GERALDO DO ARAGUAIA (PARÁ) - Depois das lutas entre posseiros e a Polícia Militar que terminaram com um saldo de quatro mortes, no fim do mês de outubro, a situação no distrito de São Geraldo do Araguaia está longe de ser classificada como calma. Há uma grande revolta por parte dos posseiros que sofreram, em repressão, as mais diversas violências.

Na localidade de Santa Luzia só agora se sabe que mais de vinte homens foram presos depois da troca de tiros com a polícia e alguns deles ainda estão desaparecidos. Há informações vagas de que estariam sob custódia do Exército, na cidade de Marabá, mas mesmo suas famílias nada sabem informar. Todos os homens presos sofreram maus tratos na cadeia de São Geraldo e depois foram obrigados a abrir uma picada na selva, durante um período de 15 dias.

O clima em São Geraldo e seus distritos -onde ocorreram estas últimas violências é de medo. Não se nota mais a presença da polícia mas os posseiros guardam silêncio para qualquer pessoa estranha que se aproxime. As prisões começaram nos primeiros dias de novembro, cerca de 50 policiais da PM desembarcaram vindos pelo rio Araguaia, nas localidades próximas de São Geraldo-Bela Vista, Santa Luzia e Marcelinense, usando até barcos a motor cedidos pelo INCRA. Sem explicações levavam os posseiros para a margem do rio Araguaia, onde todos foram obrigados a entrar na água de roupa para uma sumária identificação. No sítio de Dusdeth Nunes Dantas, que estava fora, os soldados chegaram à noite, mataram suas 30 galinhas, depredaram sua casa (ele calcula um prejuízo de 3 mil cruzeiros), sendo que alguns soldados levaram até roupas de cama e toalhas, inutilizando os demais objetos domésticos. Os soldados da PM espalharam na região a notícia de que o "Exército queria falar com os posseiros pela manhã, na localidade de Santa Luzia" e todos rumaram para lá. Chegando levavam coronhadas de rifles e outros maus tratos. O posseiro Gonçalo Ferreira Muniz, teve duas costelas fraturadas por uma coronhada. Deoclécio Batista da Silva levou tres socos no rosto do soldado Aloísio, de São Geraldo, e ainda foram soltas bombas de gás lacrimogênio, coisa que os posseiros nunca viram e que provocaram pânico geral. Todos iam sendo amarrados dentro do rio. A professora Diva foi violentada pelos soldados. Tudo -conforme dizem os posseiros- para uma possível identificação dos que participaram das emboscadas aos soldados no tiroteio do final do mês de outubro.

O professor Manoel Nunes Dantas foi preso na escola que era mantida pela Serraria Macelinense, próxima a São Geraldo. Os soldados chegaram prenderam-no, foi amarrado enquanto quem levavam todos os seus livros e até o diploma de professor. Deusdeth Pires de Oliveira foi preso em Santa Luzia (ele fora para a falsa reunião com seu filho de 23 anos, com Vitório Araújo de Souza e com as mulheres Diva e Eva. A primeira foi violentada e a última, poupada por que estava com uma criança de colo, foi obrigada a ficar deitada no sol durante horas. Suas casas foram queimadas, João Tertio Filho foi preso quando pescava no rio, na sua canoa, Dino Con-

ceição dos Santos contou uma história diferente. Disse ele que foi a Santa Luzia porque tinha recebido um aviso de "que os padres queriam falar com os posseiros". Quando chegou também foi preso. Lourival Pereira da Silva teve os dois filhos de 13 e 14 anos surrados na sua frente a coronhadas de fuzil. José Cardoso da Silva também foi preso quando viajava para a reunião.

Todos esses homens foram levados no mesmo dia para São Geraldo, que fica a cerca de uma hora de barco a motor. Formavam um grupo de vinte, mas há notícias de perdidos (no local dos tiroteios), que fica distante da margem do rio Araguaia. Na delegacia de São Geraldo novas violências. Os posseiros contam:

-O sargento Amauri (de São Geraldo) empunhava uma vassoura. Os posseiros ficavam em fila, numa cela grande, e ele ia batendo na cabeça. Uma pancada com toda a força, enquanto seguia contando em voz alta: "um, dois, tres". Quando chegava ao meio da fila, rindo, dizia: "gente, não é que perdi a conta", e voltava para o início da fila.

Mais grave ainda é a situação de Dalva Maria da Conceição e Antonia Ferreira Muniz, que não sabem de seus maridos. Os dois foram presos com os outros mas não houve mais notícias. O marido de Dalva se chama Terencio Ribeiro dos Santos que está sumido há 45 dias. Ela tem nove filhotes, quase em desespero, diz que os produtos da horta estão no fim. Antonia está mais desesperada porque seus filhos são todos pequenos (tem seis)

## A ORIGEM

Tudo começou quando dezoito soldados da polícia militar do Pará, foram emboscados na localidade de "Itaipava" -próxima à São Geraldo- no dia 27 de outubro por posseiros ameaçados em suas terras.

Próximo a essas terras, muitos posseiros possuem pequenos serviços de agricultura. Não se sabe, ao certo, informa o INCRA, onde terminam as terras dos posseiros de Itaipava (cerca de 400 posseiros) e onde começam as da Fundação. Os soldados foram chamados para garantir o trabalho dos demarcadores porque os posseiros não estavam permitindo que eles entrassem em suas terras. Os dezoitos soldados foram recebidos à bala e dois deles morreram. Claudiomiro Rodrigues da Fonseca e Ezio Araujo dos Santos. O primeiro foi sepultado em Belém com grande acompanhamento das autoridades e o segundo em Marabá. Mais dois soldados foram feridos com alguma gravidade. Do lado dos posseiros não há notícias sobre feridos. Hoje, sabe-se vagamente que dois deles morreram.

A segunda emboscada foi no dia 30 de novembro, um sábado, quando a polícia militar levou um contingente de 40 soldados de Belém, chegando chefiados pelo capitão Ribamar para efetuar as prisões dos posseiros que participaram da primeira emboscada. Notícias vagas, na época fornecidas pelo comando da Polícia Militar, em Belém, dizem que os soldados foram recebidos a tiros, na localidade de Perdidos, embora sem haver feridos. Nesse dia -informa-se oficialmente- foram presos 35 posseiros.

19 DEC. 1976

• O cadastramento de todos os posseiros da Amazônia será agora feito com a colaboração do Exército. O INCRA, organismo oficialmente encarregado de resolver os problemas de terra no Brasil, parece ter chegado à conclusão, segundo fontes do

órgão citadas nos jornais, de que em certas regiões da Amazônia só o Exército "seria capaz de tomar a frente do trabalho de cadastramento". Cadastrar é, basicamente, ver se o posseiro está instalado em terra devoluta (isto é, que pertença aos Estados ou

à União) ou em terras particulares; depois, segundo a lei, garantir a posse do ocupante e dar-lhe um título de propriedade. Inicialmente, a colaboração do Exército se restringirá à região do rio Araguaia, onde têm ocorrido muitos conflitos pela posse da terra. MOVIMENTO 17/01/77

## A denúncia da ABI

A Associação Brasileira de Imprensa divulgou nota oficial, ontem, esclarecendo episódio sobre a falsificação de documento através do qual a entidade supostamente solicitava a alguns órgãos de imprensa transcreverem um editorial do jornal "O Estado de S. Paulo", com teor difamatório à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), visando dessa forma a indispor os jornalistas contra a Igreja.

O documento continha a assinatura falsificada do presidente da ABI, Prudente de Moraes, neto e, além da solicitação para divulgar o editorial, dizia que a ABI apoiava o seu teor. Foi enviado ao "Diário de Notícias", de Porto Alegre, "O Liberal", do Pará, "Posição", de Vitória (Espírito Santo) e um jornal de Santa Catarina.

A diretoria da ABI só tomou conhecimento do documento quando o conselho de redação do jornal "Posição" resolveu enviar uma carta à diretoria da entidade, desculpando-se pelo fato de não publicar a solicitação, pois o conselho tinha assim decidido depois de uma reunião em que todos os membros foram consultados. Naquela altura, o conselho desconhecia que se tratava de um documento apócrifo.

Eis a íntegra do falso documento contra a CNBB, enviado aos diretores de jornais:

"Com o presente, envio a V.S. algumas cópias do editorial publicado no jornal "O Estado de S. Paulo", edição de 17 de novembro de 1976, tendo em vista ser essa a versão aceita, por unanimidade, pela diretoria da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a respeito do documento difundido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Opinião

## O salário dos jornalistas

Em assembléia-geral extraordinária, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro aprovou, por 107 votos a favor, dois nulos e nenhum contra, uma proposta de dissídio coletivo, além da formação de duas comissões provisórias, de Salário e de Propaganda, e uma comissão permanente de Defesa do Livre Exercício Profissional e Sindical. Decidiu-se que a diretoria do Sindicato e os membros da comissão de Salário terão encontros imediatos com representantes do Sindicato dos Proprietários dos Jornais e Revistas da Cidade do Rio de Janeiro para encaminhar as propostas de revisão salarial dos jornalistas. Logo em seguida os jornalistas voltam a se encontrar em novas sessões de assembléias-gerais extraordinárias para acompanhar os encontros de seus representantes com os do sindicato patronal.

Entre as novas reivindicações

"Outrossim, solicito a V.S., pela razão acima mencionada, que tal documento tenha a mais ampla divulgação possível, para que a CNBB não consiga seu intento de abalar as convicções cristãs do nosso povo, influenciar na queda do regime democrático imperante em nosso País e auxiliar na conquista do poder, em submissão ao comunismo internacional.

"Renovo a V.S. os meus protestos de maior apreço e consideração. "a) Prudente de Moraes, neto - Presidente".

"A íntegra da nota oficial da ABI é a seguinte:

"A Associação Brasileira de Imprensa cumpre o dever de informar aos jornais de todo o País que não emitiu nota ou enviou carta alguma a órgãos de imprensa, ou a quem quer que fosse, a respeito de comentários sobre atitudes ou pronunciamentos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A diretoria da ABI não cogitou desse assunto, que não foi objeto de deliberação ou debate em qualquer das suas reuniões.

"Foi, por isso, com indignada surpresa que a ABI recebeu, de diversos Estados, consulta de periódicos locais, sobre a autenticidade de uma carta que a entidade lhes teria enviado, assinada por seu presidente, Prudente de Moraes, neto, solicitando divulgação de artigo recentemente publicado, com críticas à CNBB.

"A carta atribuída ao presidente da ABI é um documento forjado e com a assinatura falsificada. Não é preciso mais, para qualificar devidamente os autores da falsidade, para a qual alertamos todos os veículos de comunicação e o público em geral." (Transcrito da Folha de São Paulo, 24/12/1976) Opinião, 31 de dezembro,

aprovadas pelo plenário da assembléia-geral estão o reajustamento dos salários efetivamente percebidos segundo o coeficiente de aumento salarial estabelecido para fevereiro de 1977, mais o adicional de 20% sobre os salários reajustados, a fim de compensar a perda do poder aquisitivo da categoria profissional; o salário-mínimo profissional compatível com o status da categoria e com o nível universitário da profissão, à base de seis salários-mínimos regionais. As empresas que não cumprirem qualquer das cláusulas do acordo ou do dissídio serão obrigadas ao pagamento mensal de 10% do piso salarial por infração cometida e por empregado, a título de multa, a qual será recolhida aos cofres do Sindicato da categoria profissional. Decidiu-se ainda pela fiscalização efetiva de cumprimento das disposições contidas neste acordo ou sentença do dissídio coletivo. 28 de janeiro 77

JORNAL DO BRASIL

## DASP 35 mil inativos

São mais de 35 mil os funcionários que optaram pelo regime de CLT proposto pelo DASP e que, por isso, foram afastados do serviço, com redução de vencimentos, em alguns casos, e suspensão de gratificações, e que até agora não sabem quando voltarão a trabalhar e quais os serviços públicos a que serão destinados.

Neste total estão funcionários da Central do Brasil, na disponibilidade há seis meses, aguardando a definição de sua situação profissional. Alguns já foram à Rede Ferroviária Federal, aos Correios e Telégrafos e ao Cais do Porto, mas a maioria continua aguardando a conclusão dos morosos processos de reintegração. 5 JAN. 1977

O ESTADO DE S. PAULO

## ACORDO NOS CINEMAS EVITA GREVE

As empresas cinematográficas que se recusavam a pagar os salários com o reajuste decidido em dissídio coletivo concordaram ontem em acatar a determinação do TRT, afastando a possibilidade de um movimento grevista esboçado pelos empregados. A solução foi encontrada ontem, durante a reunião dos representantes das seis companhias proprietárias de cinemas com o delegado-regional do Trabalho, Vinícius Ferraz Torres, e será formalizada hoje, às 16 horas, numa mesa-redonda com dirigentes do sindicato dos trabalhadores.

concedido apenas com o objetivo de atualizar o valor do salário, não se constituindo em aumento. Os proprietários de cinemas apoiavam-se dos decretos 15 e 17 do governo revolucionário, que impede aumentos salariais que envolvam tarifas.

Um dos motivos alegados pelos empresários para o não cumprimento do dissídio era o tabelamento imposto pela Sunab. Sem aumento dos ingressos — argumentavam — tornava-se impossível pagar mais aos empregados.

SERVIDORES

Deverá vigorar a partir de abril o aumento dos servidores públicos do Estado — informou ontem o secretário da Administração de São Paulo, Adhemar de Barros Filho, em Brasília.

Segundo o secretário, o índice de reajuste salarial deverá ser de 25 por cento, o mesmo que provavelmente será fixado para o funcionalismo federal. 5 JAN. 1977

## Jornalistas não obtêm piso maior

A principal reivindicação dos jornalistas paulistas — piso profissional equivalente a seis salários mínimos — foi recusada pelo Tribunal Regional do Trabalho, que julgou terça-feira o dissídio coletivo da categoria. Foram igualmente recusados o adicional de 15 por cento sobre o índice de aumento a ser fixado pelo governo e a concessão de reajuste pelo menos igual ao conseguido pelos gráficos em outubro (43 por cento).

Das propostas dos profis-

sionais, foram acolhidas apenas a garantia do salário-substituição, a estabilidade temporária da gestante e a obrigatoriedade de abono de faltas dos estagiários estudantes.

Atualmente, o piso salarial dos jornalistas em São Paulo corresponde a 2,5 salários mínimos, enquanto em Estados como Alagoas e Bahia os profissionais conseguiram na Justiça do Trabalho um piso equivalente a cinco e seis salários mínimos. 9 DEC. 1976

## PRISÕES DA DITADURA

# PRESOS DO CEARÁ DENUNCIAM: "ITAMARACÁ, CAMPO DE CONCENTRAÇÃO, CAMPO DE MORTE"

Através de noticiários da imprensa, das denúncias de personalidades políticas e eclesásticas e mesmo de pessoas que lá cumpriram pena, temos tomado conhecimento das terríveis condições em que vivem os presos políticos que cumprem pena na Penitenciária Professor Barreto Campelo (PPBC), Ilha de Itamaracá-Pernambuco.

Limitar-nos-emos, de início, à descrição factual dessas condições. Desde que foram transferidos da ex-Casa de Detenção do Recife para a PPBC, em 1973, os presos políticos tem vivido sob um estado permanente e progressivo de terror e penúria, a começar pela localização e estilo arquitetônico do presídio. 1) O presídio situa-se nos fundos da Ilha de Itamaracá, em local inóspito e, a julgar pela atitude da administração penitenciária, com feições semi-clandestinas. Na mesma ilha, mais exatamente a poucos metros da ponte que a liga ao continente, acha-se localizada a Penitenciária Agrícola de Itamaracá (PAI), que por funcionar sob um regime aparentemente aberto (poucos presos e já em fim de pena), é o cântico-postal do sistema penitenciário de Pernambuco. É usado, no entanto, para ocultar as desumanas condições reinantes na PPBC. As comissões que vez por outra surgem na Ilha para conhecerem "o presídio de Itamaracá" são encaminhadas unicamente à penitenciária aberta. Até mesmo pessoas ligadas ao sistema judiciário que já estiveram em visita à Ilha, desconhecem a existência ali de um segundo presídio. 2) O estilo arquitetônico da PPBC, para quem o vê de fora ou de dentro, e principalmente de dentro e de fora, faz lembrar os tristemente famosos campos de concentração. O presídio é circundado por três cercas de arame farpado e eletrificado, não faltando sequer a lampada-holofote com que, à noite, se iluminava as imediações dos campos de morte. Além disso, no interior dessas cercas, há uma outra, cercando uma minúscula área contígua aos alojamentos dos presos políticos, o único local, fora das celas, onde circulam. Essa área, pela suas características, é chamada entre os presos políticos de "curral".

-alimentação: pela manhã um prato raso de xerém ou mungunzá, preparado somente na água, raramente adoçados, e um copo pequeno de café adoçado com açúcar preto e que causa frequentes crises de desintéria. Ao meio-dia, uma vandeja com no máximo 4 colheres de arroz, 6 de um tipo desconhecido de feijão, 1 concha de farinha e dois ovos cozidos duas vezes por semana, duas vezes peixe ou sardinha e carne ou tocinho também duas vezes semanais, tudo de péssima qualidade, mal preparado, sujo e não raramente deteriorado. À noite é servido ou uma sopa com os restos do almoço ou se repete o prato da manhã, junto a um pequeno pedaço de pão também de péssima qualidade.

-visita: além do longo e dificultoso percurso que os familiares dos presos políticos percorrem para chegarem ao presídio, são submetidos a todo tipo de vexames e humilhações. São despedidos e revistados humilhanamente e a visita realizada sob um disfarçado cerco de policiais e guardas armados, constringendo e aterrorizando a tal ponto que tem ocasionado a redução significativa do número de visitantes; hoje limita dos quase exclusivamente aos parentes mais diretos. Além disso, só desce para o local da visita quem é visitado, o que antes não ocorria, a-

gravando ainda mais a situação, porquanto mais de 70% dos presos políticos da PPBC possuem família residindo em outros estados da região. Na prática, isso equivale a condená-los a longos períodos sem visita. Ressalte-se ainda, que essa medida restritiva foi adotada como represália à uma das greves de fome ali realizadas. -espaço: exíguo e de pouca ventilação, havendo cela onde vivem até 6 pessoas, o que, por si só, torna-se outro fator de agravamento das condições de vida dos prisioneiros políticos, sabido que é da relação cientificamente comprovada entre espaço e comportamento.

-censura: prevalecem critérios obscurantistas na censura a livros e outras publicações. Obras científicas e literárias, legalmente vendidas no país, tem sido barradas pela direção do presídio. A proibição de livros de Charles Chaplin por exemplo, dá bem uma idéia do que é a censura ali. Está proibida a entrada de jornais.

-estado de saúde: o atendimento médico-dentário é quase nulo. Juntando a isso o conjunto das condições descritas, fácil é concluir pela gravidade do estado de saúde dos presos políticos da PPBC. Neste tocante, a situação é particularmente grave por repercutir seriamente na geração e agravamento de problemas de ordem psíquica.

-segregação: sobressai-se, ainda, a situação de Carlos Alberto Soares e Rholine Sonde Cavalcante, ambos condenados a prisão perpétua e que há mais de cinco meses foram retirados do convívio dos demais companheiros e postos num regime de total isolamento interno. Dos dois, destaca-se a situação particular de Rholine S. Cavalcante, fadado a quase não receber visitas: seus familiares residem em outro estado.

É incalculável o número de vezes em que os presos políticos de Pernambuco se dirigiram, por meio de documentos e comissões de familiares, às autoridades afetos ao problema, e vendo baldados todos os esforços, já apelaram por três vezes para o sacrifício extremo da greve de fome. Entretanto as autoridades tem se mostrado insensíveis frente ao problema. E ao contrário, represálias e restrições são adotadas a cada documento ou greve de fome, enquadrando-se nessa linha o espancamento pela Polícia da Aeronáutica de quatro companheiros após a última greve de fome; a segregação dos dois presos condenados à prisão perpétua e a suspensão por 90 dias da visita imposta a José Pedro da Silva, que sofre de epilepsia e de distúrbios psíquicos, por suposta agressão a um funcionários do presídio.

Se existe um local onde ainda não foi levantada a ponta do negro véu que encobre as violações dos direitos humanos no país, esse local é a PPBC. O quadro é dantesco. Se se mantiverem essas condições, não é difícil antever o desfecho: lento e progressivo definhamento, aniquilamento físico e psíquico dos presos políticos da PPBC, na maioria condenados a longuíssimas penas de prisão. E parece ser esse um propósito consciente dos reponsáveis diretos. Os fatos descritos e as palavras, em 1973, do diretor da aquele presídio em uma audiência aos presos políticos, fazem-nos pensar assim: "a coisa aqui é diferente: vocês estão aqui para serem reeducados". Em se tratando de presos políticos e no jargão policial-penitenciário, o termo "reeducados" adquire uma conotação sinistra: significa massacre, aniquilamento. Talvez esteja se que-

rendo aplicar sobre os presos políticos da PPBC a pena de morte, lenta e sutilmente.

Está em jogo a vida e a sobrevivência digna desses presos políticos. Recorremos à sua pessoa, naquilo que estiver ao seu alcance fazer para salvá-los. Sabemos que o povo brasileiro desaprova essa situação e que a segurança e a vida estará nas mãos de todos os brasileiros que querem a liberdade, a justiça e uma vida digna para o nosso povo.

-Presos Políticos do Ceará-

## PRISÃO DO HIPÓDROMO: SP.

Em geral, os que relacionamos abaixo estão com dificuldades para o sustento de sus familiares e para pagar os serviços dos advogados que o defendem. Solicitam que qualquer auxílio financeiro seja encaminhado através da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo.

- 1- FELICIANO EUGÊNIO MERO- 56 anos, metalúrgico, ex-vereador e líder sindical em Volta Redonda, casado com 3 filhos, dos quais um menor; esposa encontra-se nospitalizada, preso desde outubro de 1975, aguarda julgamento, advogado dr. Mário de Passos Simas; endereço: Alameda São Caetano nº326, São Caetano do Sul, São Paulo.
- 2- SILVIO DA ROCHA LIRA- 52 anos, têxtil, casado, com 2 filhos, ex-líder sindical, preso desde janeiro de 1976, aguarda julgamento; advogado dr. José Roberto Leal.
- 3- ANTONIO BERNARDINO DOS SANTOS- 72 anos, estivador aposentado, ex-líder sindical, casado, preso desde outubro de 1975, condenado a quatro anos de prisão e respondendo a novo processo; advogado dr. Paulo Bueno.
- 4- GILDASIO WESTIN COSENZA - 28 anos, rádio-técnico, solteiro, ex-líder estudantil, preso desde agosto de 1975, condenado a dois anos e meio; advogado dr. Belisário dos Santos Júnior.
- 5- ANTONIO LOURENÇO LEONEL- 28 anos, casado, com 3 filhos menores, eletricitista, preso em setembro de 1975, condenado a 4 anos; advogado dr. Luiz Eduardo Greenhalgh.
- 6- JANO RIBEIRO- 47 anos, comerciário, casado, com 3 filhos, sendo 2 menores, preso desde maio de 1975, endereço: Rua Coimbra, 462, Bairro Parque 7 de setembro, Diadema-SP; condenado a dois anos de prisão, advogado dr. Aldo Lins e Silva.
- 7- SEBASTIÃO VITORINO DA SILVA - 56 anos, mineiro aposentado, ex-líder sindical, casado, um filho, preso em setembro de 1975, aguarda julgamento, advogado dr. José Roberto Leal.
- 8- RENATO OLIVEIRA DA MOTTA- 60 anos, jornalista, casado, um filho, ex-líder sindical, preso desde maio de 1975, aguarda julgamento, advogado dr. Iberê Bandeira de Mello.
- 9- FERNANDO JOSE DIAS- 36 anos, comerciário, casado, uma filha menor, ex-líder estudantil, preso desde outubro de 1975, advogado dr. Mário de Passos Simas.
- 10- JOSE RODRIGUES ALGELO JUNIOR- 39 anos, desenhista, solteiro, tres dependentes, preso desde abril de 1971, condenado a 14 anos de prisão, advogado dr. Claudio Heleno Fragoso; endereço: Rua Capote Valente, 964, apto. 41, Pinheiros-SP.
- 11- AMARO MARQUES DE CARVALHO- 58 anos, mecânico, casado, um filho menor, preso desde fevereiro de 1975, condenado a tres anos e meio, advogado dr. Mário de Passos Simas.

Além desse, encontram-se também no Hipódromo EMILIO BONFANTE DE MARIA, 52 anos, marítimo aposentado, ex-líder sindical e FREDERICO PESSOA DA SILVA, 27 anos, jornalista, ex-líder estudantil, ambos com dificuldades para pagar seus advogados. Todos os presos solicitam solidariedade para sua libertação.

## CERCA DE UM MILHAR DE PESSOAS PRESENTES NA JORNADA DO CRA DE PARIS

**Jouré  
so de arté  
plid arté  
pour les  
prisonni  
ers p  
olitiques  
bresi  
iens**

**L'art  
des pr  
isonnie  
rs  
politiques  
au bré  
sil**

COMITE BRÉSIL POUR  
L'AMNISTIE Chez Guy Aurenche  
11, rue Paul Strauss  
75020 PARIS

A 13 anos, homens e mulheres sofrem nas prisões do Brasil. Estão presos porque manifestaram ou agiram em oposição ao regime militar e por terem expressado seu desejo de serem livres.

E pensando nêles que compomos uma brochura com suas obras. São poemas que não puderam abafar o barulho das botas, e não puderam acabar com a violência. Homens e mulheres, camponêses, operários, estudantes, escreveram e desenharam para gritar aos seus carrascos: "Somos sempre homens e mulheres confiantes no nosso combate, apesar das arbitrariedades, das torturas, dos desaparecimentos e dos assassinatos."

### PROGRAMA

Apresentação e venda de uma brochura com desenhos e poemas realizados pelos presos políticos brasileiros.

Exposição e venda de artesanaria, pinturas e esculturas em madeira. Música brasileira.

Debâte : A SITUAÇÃO DOS PRESOS POLITICOS E A SITUAÇÃO CARCERARIA

DE FATO

### IMPrensa ALTERNATIVA

Pela terceira vez neste ano representantes da imprensa Alternativa de todo o Brasil se encontraram para trocar experiências e debater problemas comuns. O último encontro foi realizado em Porto Alegre, nos dias 20 e 21 de novembro; os outros dois aconteceram em Brasília e São Carlos (SP). Patrocinado pelo Sindicato dos Jornalistas de Porto Alegre, DCE da UFRGS, Grupo Gota, da Faculdade de Jornalismo da UFRGS, Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais do MOB/RS, revista Paralelo

e jornais Informação, Peleja e Lampião, o encontro de Porto Alegre foi realizado no prédio da Assembléia Legislativa local e contou com a presença de representantes do Opinião, Pasquim, Cobra de Vidro (SP), Coorjornal (Porto Alegre), Versus, Triz (Pelotas) e De Fato. O representante do Movimento não pôde comparecer, porque o Aeroporto de São Paulo estava interditado. Ao final do encontro, foi redigido um documento para coleta de assinaturas em protesto contra a impunidade dos autores de atos de terrorismo praticados contra diversas entidades nacionais.



# Maria Quitéria

Boletim do Movimento Feminino pela Anistia Ano 1 N° 1

## POR QUE A NOSSA LUTA EM FAVOR DA ANISTIA?

Toda a história do Movimento Feminino pela Anistia está num relatório que publicamos na página 3. Na página 2, estão os políticos e outras autoridades, entre as quais o arcebispo de São Paulo, cardinal Arns, que fizeram pronunciamentos em favor da anistia aos que



foram punidos por atos de exceção. Nosso editorial, em que explicamos as razões dessa luta e por que demos a este boletim o nome de Maria Quitéria, está na página 2. As adesões ao movimento na página 12. E nas páginas 8 e 9 nossos colaboradores Alceu Amoroso Lima e Barbosa Lima Sobrinho

DE FATO: 9

### ANISTIA

O Comitê pela Anistia no Brasil, organizado nas cidades de Estocolmo, Gotemburgo, Lund e Uppsala, através de uma comissão de parlamentares suecos, fez a entrega de 12.490 assinaturas na embaixada do Brasil em Estocolmo, exigindo do governo brasileiro ampla e irrestrita anistia aos presos e exilados políticos. As listas foram assinadas por diversas personalidades, parlamentares, o bispo de Estocolmo, trabalhadores, intelectuais e estudantes.

3 O DEC. 1976

## Gaúchos contra a censura

Os presidentes da Associação Riograndense de Imprensa, Alberto André, e do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Porto Alegre, João Souza, divulgaram ontem nota oficial conjunta protestando contra a censura prévia imposta à revista "Paralelo". Enviaram também ofício ao ministro da Justiça, Armando Falcão, solicitando o levantamento dessa medida que consideram "uma ameaça à liberdade de informação".

Por fim, os presidentes dos dois órgãos de classe manifestaram profunda preocupação com "esta escalada" da censura.

O ESTADO DE S. PAULO

## DOCUMENTO RESSALTA UNIÃO PELOS DIREITOS HUMANOS

1.6 JAN. 1977

Foi lançado ontem, em Salvador, um manifesto em favor dos direitos humanos no país, assinado por representantes de 43 entidades — religiosas, estudantis, culturais, de profissionais liberais e associações de bairro — e alguns intelectuais, políticos e religiosos.

O manifesto, impresso em forma de folhinha, depois de fazer um breve relato de fatos ocorridos no ano passado na capital baiana e amplamente divulgados pela imprensa, conclui: "Diante de tantos acontecimentos contrários aos direitos humanos ocorridos em 1976 na cidade de Salvador, como no resto do país, firmamos a certeza de que é preciso em 1977, avançarmos cada vez mais unidos na luta por justiça, direito de participação e melhores condições de vida para a população".

O lançamento oficial do documento foi feito depois de uma exposição da presidente do Movimento Feminino pela Anistia, advogada Therezinha Godoy Zerbini, que ratificou a posição do manifesto afirmando que os direitos humanos no Brasil estão sendo violentados.

### EXILADOS

"Não temos habeas corpus — disse a advogada — e há presos políticos (cerca de 300, segundo ela e exilados no exterior sem documentação, porque o governo brasileiro nega este direito, infringindo o parágrafo 6 da Declaração dos Direitos Humanos, onde diz que todo ser humano tem direito à nacionalidade".

Therezinha Zerbini (casada com o general Euryle de Jesus Zerbini, cassado e

reformado pela Revolução de 64) afirmou ainda que a principal luta atualmente no país deve ser pela anistia, defendendo o princípio de que "qualquer processo de abertura democrática deve começar pela anistia geral dos presos e asilados políticos". Ela definiu como principal objetivo do movimento que preside "a luta contra os atos de exceção e a busca pela redemocratização do país".

A advogada também manteve contatos com entidades de profissionais liberais e estudantis para a implantação em Salvador de um núcleo do Movimento Feminino pela Anistia, constituindo uma comissão composta de uma profissional liberal, uma estudante, uma dona de casa e uma mulher de preso político para iniciar as atividades.

## CENSURA IMPEDE CRITICA A ERASMO

Na edição especial de Natal, que circula hoje, o jornal "O São Paulo" (12 mil exemplares), órgão da arquidiocese de São Paulo, deveria publicar um editorial intitulado "Todos devem cumprir a lei". Nesse editorial, o jornal afirma que a atitude do secretário da Segurança Pública, coronel Erasmo Dias, divulgando correspondência entre presos políticos e religiosos, é "de alta gravidade" e atenta contra a própria Lei de Segurança Nacional. O editorial foi inteiramente vetado pela Censura.

A íntegra do editorial é a seguinte:

"O secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, dentre outros deslizes por ele praticados, amplamente divulgados pela imprensa, aos quais as autoridades estaduais ou federais têm feito ouvidos moucos, acaba de cometer grave infração legal, ao divulgar o conteúdo de correspondência entre presos recolhidos ao Presídio de Barro Branco e terceiros.

E de tão alta gravidade semelhante comportamento, no qual é evidente o intuito de indispor as For-

ças Armadas, às quais compete, pelos órgãos da Justiça Militar, a persecução dos crimes políticos, com a Igreja Católica, que não temos dúvida em qualificá-lo como infração do artigo 39 da Lei de Segurança Nacional, onde diz que é crime, punido com pena de 15 a 30 anos de reclusão, quando, por meio da imprensa, se incita a animosidade entre as Forças Armadas e as instituições civis — e, dentre estas, se inscrevem, é óbvio, as religiosas — ou entre essas e as classes sociais.

Realmente, a inviolabilidade da correspondência é dogma constitucional. Somente em casos especialíssimos pode ser rompida. Daí dispor o Código Penal que é punida com detenção, de um a seis meses, a devassa indevida do conteúdo de correspondência fechada, dirigida a outrem (artigo 151).

Ninguém põe em dúvida que aos diretores de prisão impõe-se a censura da correspondência dos detentos sujeitos à sua vigilância. Mas a censura, na hipótese, tem em vista a segurança do regime carcerário. Se através delas se suspeita de tramas lesivas à sociedade em

geral, sejam elas quais forem, é legítima também a intervenção das autoridades.

Mas não o é a sua divulgação pública e parcial no claro objetivo de criar animosidades e confusão. Nesse caso, a autoridade se sujeita às sanções penais, pois está em jogo o próprio conceito de segurança nacional inscrito na lei.

Não há fugir.

A hipótese é típica de infração da Lei de Segurança por um dos representantes do Poder, cabendo, pois, ao Ministério Público, que comanda a ação pública, velar, dentro de sua competência específica, pela pureza das instituições, pois, diante da lei, não valem posições ou privilégios.

Os fatos estão aí, claros e insofismáveis. Há um crime praticado. Identificado está o seu autor.

Vamos, ainda uma vez, assistir ao triste espetáculo de omissão em face de desmandos dos poderosos do momento ou é chegado o tempo de denunciar e reagir?

Fica a interrogação, dirigida aos órgãos competentes da Administração da Justiça." 23 DEC. 1976

## Intelectuais levarão a Falcão memorial contrário à censura

Um memorial de intelectuais brasileiros, que já conta com quase mil assinaturas, será entregue, possivelmente ainda esta mês, ao ministro da Justiça Armando Falcão, pedindo o fim da censura que "ameaça o próprio desenvolvimento da cultura nacional". O memorial, que está recebendo adesões de escritores, jornalistas e artistas de todos o País, será entregue ao ministro por uma comissão de intelectuais que irão a Brasília e que será composta dos mais expressivos de todos os setores da cultura brasileira.

O documento toma como exemplo a proibição dos livros "Zero", de Ignacio de Loyola, "Araceli, meu amor", de José Louzeiro, e "Feliz Ano Novo", de José Rubem Fonseca, este depois de ter esgotada sua primeira edição e de estar à venda há mais de um ano. O documento faz uma análise do mal que a censura está causando ao desenvolvimento de uma cultura nacional forte. Inicialmente, a posição dos intelectuais se referia especificamente a "Zero", mas a sequência de fatos fez com que o memorial fosse ampliado para uma análise global da realidade cultural brasileira.

O movimento para situar a intelectualidade brasileira diante da censura começou em Minas no final do ano passado, logo se desdobrando para o resto do Brasil. O lançamento da campanha na Bahia foi feito por Jorge Amado, que encabeça a lista daquele Estado. Os organizadores do movimento esperam concluir a coletânea de assinaturas ainda este mês, conseguindo

O ESTADO DE S. PAULO

### MORREU PAULO PONTES

O público que comparecer hoje aos teatros de todo o País, será convidado a tomar parte na homenagem póstuma que a classe teatral brasileira prestará a um dos maiores nomes da atual geração de teatrólogos brasileiros: um minuto de silêncio por Paulo Pontes, de 36 anos, que às 12 e 15 de ontem deixou de lutar contra o câncer, o mesmo mal que matou, há dois anos, seu amigo e também grande dramaturgo Oduvaldo Viana Filho. Paulo Pontes, por desejo expresso manifestado momentos antes de morrer, será enterrado hoje às 9 horas, ao lado do túmulo de seu amigo Vianinha, no cemitério do Caju. 2 8 DEC. 1976

cerca de mil adesões ao memorial, para então organizar a comissão que levará o memorial ao ministro Armando Falcão.

Em certo trecho do memorial, observam os artistas e intelectuais que "sob a alegação de matéria contrária à moral e aos bons costumes, ou com outros pretextos, ou sem justificativa alguma, a censura vem retirando de circulação, em escala crescente, um conjunto de obras literárias, teatrais e cinematográficas. A alegação de resguardar a moralidade e as instituições muito tem contribuído para tolher a atividade artística e criadora". Os artistas concluem o documento exigindo "a imediata revogação dos atos que impedem a circulação de livros, peças, filmes, músicas e restringem a liberdade de pensamento e de criação no País"

#### REPERCUSSÃO

Ontem, o "New York Times" divulgou a interdição de "Feliz Ano Novo" em todo o Brasil. A informação não foi publicada em forma de notícia, mas sim por meio de uma carta enviada por uma leitora. Elizabeth Lowe, bolsista norte-americana que, recentemente, passou três meses no Brasil.

Na mesma carta, Elizabeth Lowe conta que, durante sua recente estada no Brasil, uma série de escritores e intelectuais expressaram seu desejo de que "Jimmy Carter pressione o Governo brasileiro para que cessem as violações às liberdades civis, cada vez mais ameaçadas em meio a um reacionário clima pós-eleitoral"

#### PREMISSAS DE TRABALHO APROVADAS POR

##### VÁRIOS GRUPOS DE TEATRO DO BRASIL

1. Teatro como meio e não como um fim.
2. Criação coletiva.
3. Teatro móvel: praticidade de cenário, figurinos, iluminação, etc.
4. Tema relacionado com a cultura popular.
5. Tema que se coloque a favor das aspirações e necessidades populares.
6. Espetáculo dinâmico e não estático: modificações de acordo com as reações e opiniões do público popular.
7. Ida do espetáculo aos bairros operários.
8. Todos os elementos do grupo são igualmente importantes: atores, parte técnica, administrativa, etc.
9. O espetáculo deve ser formalmente bem feito embora isto não seja o fundamental.
10. Colaboração na formação de grupos de teatro popular nos bairros.
11. Ingressos a preços reduzidos, mas a gratuidade só em casos excepcionais.
12. Apresentações para a classe-média, a preço normal, para que se crie condições econômicas de ida aos bairros.
13. Decisões do grupo tomadas sempre em nível consensual e não por votação.
14. Cooperação com outros grupos que realizam trabalho de teatro popular.
15. A existência e continuidade do grupo, como instrumento de trabalho, com sua dinâmica própria baseada nas suas condições particulares.
16. Maior permanência possível junto à comunidade de bairro, dentro das necessidades e exigências da comunidade e das possibilidades do grupo.
17. Busca de uma maior integração e intercâmbio dentro da realidade latino-americana.

O ESTADO DE S. PAULO

### RANGEL LEMBRA LUTA DE PAULO

29 DEC. 1976

Paulo Pontes foi enterrado ontem às 9 horas no cemitério do Caju levado por amigos e familiares. Cerca de 300 pessoas ouviram Flavio Rangel falar em nome de todos, e Bibi sobre a "breve passagem, cheia de vida" do autor de "Gota d'água", peça que escreveu em 1975 com Chico Buarque e já é considerada um dos maiores exemplos da moderna literatura dramática brasileira.

Em suas palavras, Flavio Rangel homenageou o "campeão da liberdade de expressão". Relembrou a luta de Paulo Pontes para que a realidade brasileira volte a ser encenada "Paulo Pontes lutou do lado certo. Do lado dos oprimidos e desprotegidos."

Daquela povo que retratou no palco e que conseguiu também colocar na platéia. Essa preocupação ele a expôs no prefácio de "Gota d'água" quando diz que é preciso de todas as maneiras tentar fazer voltar o nosso povo ao nosso palco. Do jeito que estiver

ao alcance de cada criador: com o show, a comédia de costumes, o esquete, a revista, com a dramaturgia mais ambiciosa, como se puder".

Paulo Pontes era mais do que um escritor de peças teatrais, era também um estudioso do teatro. O meio cultural já se ressentia de suas reflexões que contribuíram para a formação de muitos que frequentavam os debates do Teatro Casa Grande. Como disse Flavio Rangel, "é uma injustiça que você se vá agora desfalcando o nosso time já tão combatido".

Encerrando sua homenagem Flavio Rangel afirmou em seu nome e dos amigos que o encarraram de falar que todos continuarão lutando pelo sonho possível, embora longínquo, que Paulo Pontes alimentava.

Em solidariedade a Bibi Ferreira, atriz principal de "Gota d'água" e mulher do autor Paulo Pontes, que morreu segunda-feira e foi enterrado ontem no cemitério do Caju, o elenco resolveu suspender apresentação da peça até o dia 1º de janeiro.

O ESTADO DE S. PAULO 17 DEC. 1976

O ESTADO DE S. PAULO

## II Exército anuncia morte de 3 líderes do "PC do B"

Agentes do Departamento de Operações Internas (DOI), do II Exército invadiram, ontem, por volta das 3 horas, um "aparelho" subversivo na Rua Pio XI, 767, no bairro da Lapa, resultando a operação na morte de João Batista Franco Drummond, Pedro Ventura Felipe Pomar e Ângelo Arroyo, apontados como integrantes do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil (PC do B), bem como na prisão da empregada da casa. Grande quantidade de material subversivo também teria sido apreendida.

A ação constituiu o desfecho de três meses de investigações, envolvendo também os I e III Exércitos, já que os componentes da célula procederiam, em alguns casos, do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Paraná e Recife. Segundo informou o II Exército, ontem era a terceira vez que os agentes vigiavam a casa com os subversivos reunidos em seu interior.

Lá estavam 15 líderes dos comitês estaduais do partido. Durante a madrugada, alguns deles deixaram o local, sendo seguidos por policiais do DOI. Ao amanhecer, decidiu-se pela invasão. Os integrantes do PC do B reagiram à bala e dois deles morreram atingidos por disparos: um no interior da casa e outro no jardim. O terceiro morreu atropelado, quando tentava fugir. Outros três teriam conseguido fugir.

À tarde, o II Exército distribuiu a seguinte nota oficial:

"Em operação montada e executada pelo II Exército, com a colaboração de outros órgãos de segurança, foi estourado, na manhã de hoje, um aparelho subversivo, nesta Capital, no bairro da Lapa.

Durante a operação, uma área desse bairro teve de ser interdita, travando-se um tiroteio na rua Pio XI, em face da reação à bala dos

sitiados, daí resultando dois subversivos mortos, havendo um terceiro morto, atropelado, quando de sua fuga.

No momento, procede-se à identificação dos mortos e à triagem dos detidos para verificação de suas verdadeiras identidades e reais ligações com os proscritos PCB e PC do B.

A operação foi desencadeada em decorrência de continuadas observações sobre as atividades em uma casa daquela rua, onde várias reuniões se processaram, às quais compareciam elementos anotados por informações oriundas de fontes bastante diversificadas e que os apontavam como membros da cúpula daquelas organizações subversivas.

O comandante do II Exército agradece o apoio recebido da população e da Imprensa, durante a fase preparatória, bem como a compreensão e colaboração prestada por ocasião da operação realizada."

de acompanhar pessoalmente o desenvolvimento do processo.

Os resultados diretos desta reunião puderam ser notados pelos advogados Luiz Eduardo Rodrigues Greenhalgh e Márcia Ramos de Souza no dia 29, quando obtiveram autorização para se avistarem com seus clientes Aldo da Silva Arantes e Haroldo Borges Rodrigues Lima. De posse da autorização, os advogados dirigiram-se ao DEOPS, onde comodamente instalados em uma sala, com música ambiente e serviço de café, receberam do delegado Alcides Singilo a garantia de que Arantes, sujeito a crises epilépticas, está sendo convenientemente medicado e de que "nenhum dos detidos sofreu ou sofrerá, em São Paulo, qualquer espécie de constrangimento". De qualquer forma, porém, os advogados não puderam se entrevistar com seus clientes. "Isso apenas porque o delegado Fleury, encarregado do inquérito, viajou para o Rio de Janeiro, para ouvir algumas pessoas no I Exército", explicou o delegado Singilo.

**Operação conjunta** — A viagem do delegado Fleury ao Rio de Janeiro parecia robustecer, assim, as informações de que o número de presos seria, na verdade, superior aos seis divulgados pelo

## ESTUDANTES DIVULGAM DOCUMENTO

Vinte e dois centros acadêmicos, diretórios e grêmios que congregam estudantes universitários de São Paulo divulgaram ontem documento dirigido "às autoridades e ao povo em geral", no qual manifestam sua preocupação "com a preservação da integridade física e moral desses e de todos os presos políticos do Brasil".

O documento pede "a divulgação imediata dos nomes das pessoas detidas (o que já foi feito); que seja garantido o direito à defesa e a constituição de advogado; e que seja dado tratamento médico especial exigido pelo estado de saúde do advogado Aldo Silva Arantes, assim como sejam respeitadas suas prerrogativas jurídicas".

Em sua parte final, o documento lembra que "a vida e a integridade física de todos os presos é de inteira responsabilidade de quem os deteve, no caso os I, II e III Exércitos". 23 JAN, 1976

VEJA

## Dentro da lei

Os prazos legais foram respeitados à risca: passados os dez dias de incomunicabilidade determinados pela Lei de Segurança Nacional, não só os nomes dos membros do Partido Comunista do Brasil presos em São Paulo no último dia 16 foram enviados à Justiça Militar como, por iniciativa do próprio comando do II Exército, também à imprensa. No mesmo dia em que os seis presos foram transferidos do I Exército, no Rio de Janeiro (para onde tinham sido levados em diligência) de volta ao II Exército, em São Paulo, viram-se colocados à disposição da Polícia Civil. Ao mesmo tempo, o general Dilermando Gomes Monteiro, comandante do II Exército, reuniu-se com o juiz da 1.<sup>a</sup> Auditoria da 2.<sup>a</sup> Circunscrição da Justiça Militar e com o delegado Sérgio Paranhos Fleury, titular da Delegacia de Ordem Social do DEOPS paulista, a cuja guarda foram confiados os seis prisioneiros, para reafirmar sua disposição

II Exército. "A nota oficial é, sob certo aspecto, dúbia", comentava o advogado Greenhalgh, "por esclarecer apenas que somente os seis entregues ao DEOPS foram presos 'por agentes do II Exército'. Como se tratava de uma operação conjunta dos I, II e III Exércitos", especifica ele, "é possível que existam outros prisioneiros sob custódia dos I e III Exércitos."

Por outro lado, nos meios policiais paulistas corriam informações extra-oficiais, durante a semana passada, que davam como certas as prisões do médico baiano João Renato Rabelo, do ex-jornalista Duarte Brasil Pacheco Lago Pereira, Péricles Santos Souza, João Batista Thompson e do veterano líder comunista João Amazonas, este último citado na nota distribuída à imprensa pelo Exército como responsável pela direção do aparelho subversivo do Alto da Lapa. Sua prisão — como as de Thompson, Souza, Lago Pereira e Rabelo —, porém, não foi confirmada ou negada pelo I ou III Exército.

O material apreendido continua sendo examinado, mas não houve, até hoje, o desbaratamento de mais células comunistas."

5 DE JANEIRO

## II EXERCITO REVELA NOMES DE 6

O chefe do Estado Maior do II Exército, general-de-brigada Carlos Xavier de Miranda, respondendo a solicitação dos advogados de Aldo Silva Arantes, um dos detidos no episódio do desmantelamento do aparelho do Partido Comunista do Brasil, na Lapa, comunicou a prisão de seis pessoas envolvidas no caso. Além de Aldo Silva Arantes, estão presos, de acordo com o documento, Haroldo Rodrigues Lima, Elza de Lima Monnerat, Joaquim Celso de Lima, Maria Trindade e Wladimir Ventura Torres Pomar.

Segundo a nota entregue aos advogados Luis Eduardo Grenhalgh e Márcia Ramos de Souza, "os detidos se encontram presentemente no Rio de Janeiro para fins de diligência e, a 26 de janeiro do corrente, passarão à jurisdição da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo, por onde corre o inquérito a respeito". 2 5 DEC. 1976

### VEJA

Absolvido: pelo Conselho Especial de Justiça da 10.<sup>a</sup> Circunscrição Judiciária Militar, o advogado Lindolfo Cordeiro, ex-assessor jurídico do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Autônomos do Ceará, acusado de insuflar, em 1971, uma revolta armada entre posseiros no município de Canindé; a Promotoria, baseada na Lei de Segurança Nacional, havia pedido a pena de morte ou prisão perpétua para o réu; dia 8; em Fortaleza. 15 DE DEZEMBRO, 1976

O ESTADO DE S. PAULO

## POLICIA ADMITE IMPOTENCIA

"A Polícia Federal está na estaca zero em relação aos atentados terroristas praticados pela AAB" — afirmou ontem o diretor-geral do Departamento de Polícia Federal, coronel Moacir Coelho. Durante entrevista coletiva, um repórter perguntou por que a polícia descobre os autores dos atentados esquerdistas e não os da AAB e o coronel desafiou: "Diga o nome de três terroristas de direita." O jornalista devolveu a pergunta e o coronel respondeu: "Eu fico mudo. Não conheço. Não tenho dados. Não se presente".

## DÚVIDA SOBRE SITUAÇÃO DOS PRESOS

Duarte Pacheco Lago Pereira, fundador da AP em 1962; João Renato Rabelo, médico baiano; e Elza Monnerat, seriam alguns dos presos atualmente no DEOPS que estariam na casa da rua Pio XI na Lapa, participando da reunião do PC do B. Sobre João Amazonas, há duas versões: uma, de que ele estaria preso no DEOPS; a outra, de que estaria foragido no exterior. A falta de informações oficiais contribuiu para aumentar as dúvidas sobre a situação dos presos.

Haroldo Rodrigues Lima, também estava na casa, mas não foi encontrado. Acontece que Haroldo teria saído antes do tiroteio com os órgãos de segurança, mas teria esquecido o paletó com todos os documentos.

Ao que parece a família nega que os documentos pertençam a Haroldo e supõe que alguém muito parecido com ele esteja usando indevidamente os documentos. Todavia tanto o "verdadeiro" Haroldo quanto o "falso" estão desaparecidos.

2 3 DEC. 1976

3 0 DEC. 1976

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE S. PAULO

# E as bombas?

CARLOS CHAGAS

Final, não há como evitar a indagação e nem o tema: formalmente endossados pela "Aliança Anticomunista Brasileira", ocorreram pelo menos sete atentados nos últimos seis meses, atingindo a Associação Brasileira de Imprensa, a Ordem dos Advogados do Brasil, no Rio, o Cebrap em São Paulo, a sede da Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros, no Rio, a residência do jornalista Roberto Marinho e, agora, a Editora Civilização Brasileira.

Pistas, impressões digitais, indícios e até testemunhas são fartos, mas há que perguntar: onde estão os eficientes e implacáveis serviços de segurança da Revolução, zelosos na elucidação quase imediata de atentados e provocações desencadeadas pelos outros radicais, os comunistas ou seus simpatizantes? O que fizeram as autoridades públicas, a começar pelo ministro da Justiça, para apressar a apuração desse terrorismo?

A inação oficial, o silêncio e a acomodação de aparelhos repressivos levam-nos a graves conjecturas. Estaria a Revolução, como um todo, tornando-se menos revolucionária, pois complacente com atos e fatos a que se propôs extinguir? Ou o processo da Revolução vale apenas para um lado? Existiriam impedimentos de outra espécie, dos quais nem nos arriscamos a falar? Afinal, seria incrível admitir o governo voltado para punir os terroristas da banda de lá, ou seja, a proteger a população da banda de cá, sem a necessária e correspondente recíproca?

9 DEC. 1976

## Intelectuais pedem ação contra AAB

Os intelectuais ameaçados pela Aliança Anticomunista Brasileira, por ocasião do atentado contra a Editora Civilização, divulgaram ontem documento no qual afirmam que "a insônia revelada pelos termos da agressão não atenua sua periculosidade, antes pelo contrário. Há, por certo — acrescentam os autores do documento — uma lógica nessa sequência de atentados cometidos pela mesma entidade criminosa, que se mostra organizada e bem aparelhada e cuja intenção visível é a de habituar a opinião pública com a escalada da violência".

Os intelectuais afirmam ainda que a segurança de todos cabe "à autoridade

Já se disse que bombas possuem ideologia, mas há que

indagar se as vítimas também necessitam atestado ideológico para serem defendidas? Certidão de bons antecedentes para merecerem o beneplácito da proteção do Estado?

Não obstante os "nada a declarar" do ministro Armando Falcão, a expectativa é de que alguém, senão S. Exa., declare alguma coisa. Aprete alguma conclusão. Demonstre um interesse no mínimo mediano. Ou haverá, por trás dessa tragédia potencial, algo de comédia? Serão os terroristas da atualidade passíveis de complacência ou compreensão?

Sequestros com finalidades puramente pecuniárias são resolvidos com invulgar eficiência, mobilizando o que de melhor possuem os órgãos de repressão em matéria de pessoas e de material. Simples reuniões de tresloucados subversivos (do lado de lá) são gravadas, fotografadas, detectadas e afinal invadidas. Milhares de telefones sofrem o crivo inconstitucional da censura, bem como a correspondência, os diálogos e as transmissões jornalísticas de uma cidade para outra — tudo a pretexto da segurança nacional. Mas onde está essa segurança, diante das bombas da AAB? Deveremos conviver com tais atentados como se convive com a poluição, sem ao menos diligências aos seus focos de origem?

No caso parece haver um mistério. Algo de estranho no ar, além dos aviões de carreira. Ou tudo não passa de imaginação da imprensa, sempre fértil em apresentar a ficção como realidade?

9 DEC. 1976

pública, representada pelo governo do presidente Geisel, que dispõe de polícias estaduais, fortemente equipadas, de uma polícia federal e de um Serviço Nacional de Informações, entrosado com os três setores de nossas Forças Armadas. Toda essa aparelhagem, em episódios recentes, teve oportunidade de revelar sua eficiência identificando os autores de sequestros de embaixadores e de aviões, de assaltos a banco etc". Assinam o documento Enio Silveira, Alceu Amoroso Lima, Barbosa Lima Sobrinho, Nelson Werneck Sodré, Dias Gomes, Rolando Corbier, Geraldo Melo Mourão e Max da Costa Santos.

ESTADO DE S. PAULO 9 DEC. 1976

# conjuntura brasileira

CARTÃO DE ASSINATURA

NOME \_\_\_\_\_

ENDEREÇO \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Desejo receber assinatura (s) do Conjuntura Brasileira por \_\_\_ ano (s).

Cheque bancário ou postal

PAGAMENTO POR

CCP 10 822 83A PARIS

Remeter para Conjuntura Brasileira  
BP 322  
75122 PARIS CEDEX 03

ASSINATURA

seis meses (4 nos) U\$8

um ano (8 nos) U\$16

DE APOIO

seis meses (4 nos) U\$20

um ano (8 nos) U\$40

VIA AÉREA MAIS U\$3